



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL



ANO XXV - N.º 138

SÁBADO, 24 DE OUTUBRO DE 1970

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

ATA DA 152.ª SESSÃO EM 23 DE OUTUBRO DE 1970

4.ª Sessão Legislativa Ordinária
da 6.ª Legislatura

PRESIDENCIA DO SR. FERNANDO
CORREIA

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Edmundo Levi — Milton Trindade — Clodomir Millet — Sebastião Archer — Petrônio Portella — Sigefredo Pacheco — Waldemar Alcântara — Duarte Filho — Manoel Villaça — Domício Gondim — Teotônio Vilela — José Leite — Antônio Fernandes — Carlos Lindenberg — Paulo Tôres — Lino de Mattos — Fernando Corrêa — Mello Braga — Attilio Fontana — Guido Mondin — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — A lista de presença acusa o comparecimento de 22 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2.º-Secretário procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é, sem debate, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — Não há expediente a ser lido.

Tem a palavra o nobre Senador Antônio Fernandes.

O SR. ANTONIO FERNANDES (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, nobres colegas, um dos órgãos de divulgação entre os mais destacados da imprensa baiana está co-

memorando seu quinquagésimo oitavo aniversário.

Trata-se do grande jornal *A Tarde* já consagrado pela opinião pública do meu Estado como o grande defensor das liberdades públicas e batalhador incansável no tratamento dos problemas políticos, econômicos e sociais de nossa terra.

Desde sua fundação em outubro de 1912 que vem sustentando campanhas memoráveis, sobretudo na Bahia em 1919, em favor da segunda eleição de Ruy Barbosa à Presidência da República.

Esse grande jornal orgulha-se de haver revelado ou assimilado, em toda sua longa história, líderes capazes de conduzi-lo e engrandecê-lo e de enfrentar as diversas conjunturas favoráveis ou desfavoráveis.

No instante em que se comemora mais de meio século de fundação de *A Tarde*, quero neste instante prestar merecida homenagem à memória do seu fundador, Dr. Ernesto Simões Filho, aquele que foi por muitos anos o líder indiscutível desse jornal, o construtor principal dos êxitos que o transformaram numa das mais sólidas e importantes empresas de divulgação em meu Estado.

Sua memória será sempre lembrada pelos que trabalharam a seu lado como colaboradores e estiveram sob o seu comando.

É que, às excepcionais qualidades de jornalista Simões Filho reunia virtudes cívicas e humanas que o erigiam num ponto de referência obrigatório, não somente dentro de nosso

Estado, mas também na política, na sociedade e no jornalismo brasileiro. Esse prestígio, essa confiança, esse respeito ele os soube transferir também, para sua Empresa Editora, cuja imagem pública se construiu, nos últimos tempos, como projeção de sua forte e marcante personalidade.

A equipe que organizou e formou na escola do seu jornalismo tem se revelado à altura do mestre, inovando e renovando, quando se faz necessário, pois nisso residia, precisamente, uma das dimensões maiores de sua capacidade de liderança.

Senhor Presidente e nobres Senadores. Sei que expresso os sentimentos e os propósitos dos baianos ao afirmar nesta Casa que seremos fiéis à memória do seu fundador reunindo os nossos votos para que o jornal *A Tarde*, agora sem ele, continue a crescer e ampliar o seu prestígio entre o público, do mesmo modo como cresceu e se prestigiou quando podia contar com sua direção imediata.

Junto nesta oportunidade, por intermédio do seu correspondente em Brasília "Agência Aplan", os meus votos de congratulações nesta justa homenagem de aniversário em reconhecimento aos seus inestimáveis serviços prestados à Bahia. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — Não há mais oradores inscritos.

A Ordem do Dia de hoje é destinada a trabalhos das Comissões.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente Sessão, designando para

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 20,00

Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00

Ano Cr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares

a Sessão ordinária da próxima segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

CONGRESSO NACIONAL

TRABALHOS DE COMISSÕES

Matérias em Tramitação

1

MENSAGEM

N.º 22, DE 1970 (CN)

Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.128, de 2 de outubro de 1970, publicado no Diário Oficial da mesma data, que "fixa os vencimentos básicos do pessoal docente do ensino médio federal, e dá outras providências".

Comissão Mista

Presidente: Deputado Paulo Masciel

Vice-Presidente: Deputado José Marão Filho

Relator: Senador Fernando Corrêa

Calendário

Dia 3-11-70 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

— Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110 do Regimento Comum.

Prazos

Até dia 9-11-70 — Na Comissão Mista;

Até dia 1-12-70 — No Congresso Nacional.

2

MENSAGEM

N.º 23, DE 1970 (CN)

Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.127, de 12 de outubro de 1970, publicado no Diário Oficial do dia subsequente, que "autoriza a instituição de regime especial de trabalho e de retribuição para servidores civis do Poder Executivo destacados para o desempenho de atividades compreendidas na primeira etapa do Programa de Integração Nacional".

Comissão Mista

Presidente: Deputado Floriano Rubim

Vice-Presidente: Deputado Genésio Lins

Relator: Senador Mello Braga

Calendário

Dia 4-11-70 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110, do Regimento Comum.

Prazos

Até dia 9-11-70 — Na Comissão Mista;

Até dia 11-12-70 — No Congresso Nacional.

3

MENSAGEM

N.º 24, DE 1970 (CN)

Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.128, de 13 de outubro de 1970, pu-

blicado no Diário Oficial do dia subsequente que "autoriza o parcelamento de débitos decorrentes dos lançamentos do Imposto Territorial Rural e das contribuições devidas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e dá outras providências.

Comissão Mista

Presidente: Deputado José Mário Filho;

Vice-Presidente: Deputado Paulo Maciel;

Relator: Senador Paulo Torres.

Calendário

Dia 5-11-70 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16,00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110 do Regimento Comum.

Prazos

Até dia 9-11-70 — Na Comissão Mista;

Até dia 13-12-70 — No Congresso Nacional.

MENSAGEM

N.º 25, DE 1970 (CN)

Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.124, de 13 de outubro de 1970, publicado no Diário Oficial do dia subsequente que "altera o § 1.º do artigo 74 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960".

Comissão Mista

Presidente: Deputado Flaviano Ribeiro;

Vice-Presidente: Deputado Mário Abreu;

Relator: Senador Antônio Fernandes.

Calendário

Dia 6-11-70 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16,00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110 do Regimento Comum.

Prazos

Até dia 9-11-70 — Na Comissão Mista;

Até dia 13-12-70 — No Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 15 horas e 10 minutos.)

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

ATA DA 12.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 2 DE SETEMBRO DE 1970

As dezesseis horas do dia dois de setembro do ano de mil novecentos e setenta, presentes os Senhores Senadores Gilberto Marinho, Presidente, Filinto Müller, Waldemar Alcântara, Antônio Carlos, Mem de Sá, Ney Braga, Milton Campos, Moura Andrade, Mello Braga, Pessoa de Queiroz, Oscar Passos e Aurélio Vianna, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, na Sala das Comissões.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Senadores Arnon de Mello e José Cândido.

É lida e sem debates aprovada a Ata da reunião anterior.

Inicialmente, o Senhor Presidente comunica à Comissão os motivos desta reunião, ou seja, a exposição que o Senhor Senador Auro de Moura Andrade fará com respeito ao tempo em que foi designado, pelo Senado Federal, para Embaixador Plenipotenciário e Extraordinário do Brasil junto ao Reino da Espanha.

Com a palavra, Sua Excelência profere longa e minuciosa exposição sobre sua atuação frente à Embaixada brasileira, após o que, é questionado pela quase totalidade da Comissão.

Finalmente, o Senhor Presidente agradece ao Senhor Senador Moura Andrade a brilhante exposição, correspondente à confiança que nele depositou o Senado da República e esta Comissão, ao indicá-lo, por unanimidade, para o cargo.

O Senhor Presidente determina que as notas taquigráficas sejam publicadas no Diário do Congresso Nacional, Seção II, e encerra a reunião.

E, para constar, eu, Afrânio Cavalcanti Melo Junior, Secretário *ad hoc* da Comissão, lavro a presente Ata que uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO A ATA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES, DESTINADA A OUVIR EXPOSIÇÃO DO SENADOR AURO SOARES DE MOURA ANDRADE SOBRE SUA ATUAÇÃO FRENTE A EMBAIXADA DO BRASIL NA ESPANHA, ÀS 16 HORAS DE 2 DE SETEMBRO DE 1970

Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Havendo número legal, está aberta a reunião da Comissão de Relações Exteriores.

Esta Comissão encontra-se reunida para ouvir a exposição que o Sr. Senador Moura Andrade irá fazer sobre a missão que desempenhou junto ao Reino da Espanha e ao seu Regente, Generalíssimo Francisco Franco Bahamonde.

Tem a palavra S. Exa.

O SR. MOURA ANDRADE — Senhor Presidente e Srs. Senadores, eu estava devendo a esta Comissão o relatório sobre a missão que cumпри junto ao Governo da Espanha, honrado que fui pela aprovação desta Co-

missão e do Plenário do Senado Federal à Mensagem do Presidente Costa e Silva.

Logo à minha chegada em Madri, procurei adaptar a Embaixada ao meu estilo de trabalho.

Devo, inicialmente, fazer um depoimento sobre o funcionalismo do Itamarati. É da mais alta qualidade.

O Itamarati é, realmente, na organização administrativa brasileira, um dos seus melhores Departamentos. Seus funcionários e servidores são preparados para servir ao País e têm muito arraigada esta consciência assumida.

São pessoas habilitadas ao exercício das mais variadas funções que se lhes entregue, mesmo quando sejam completamente inéditas para elas.

Não obstante o reconhecimento destas características, fiz uma reorganização administrativa na Embaixada, mais para coadunar com o meu temperamento as suas atividades e para alcançar objetivos especiais, que transcendiam o Regulamento das missões diplomáticas.

Estabeleci, desde logo, dois períodos de trabalho — um pela manhã, outro à tarde — e criei um plantão de 24 horas, para atender a qualquer hora do dia ou da noite, os brasileiros que necessitassem da assistência da Embaixada. Organizei o mesmo serviço de atendimento no aeroporto, através de um funcionário, Giacomo Mandarino, cuja função se tornou de alta utilidade. No aeroporto de Barajas éle recebia todos os aviões que chegavam, para facilitar o desembarço de documentos e de bagagens dos brasileiros vindos a Madri e entregar-lhes um folheto que oferecia todos os endereços úteis, tanto da Embaixada quanto da Chancelaria, Setor Cultural, Adido da Imprensa, Setor de Promoção Comercial e Colégio Maior da Casa do Brasil, bem como o número dos telefones de plantão a partir de 7 horas da manhã até às 7 horas do dia seguinte.

Este folheto tinha a seguinte redação:

"A Embaixada do Brasil tem o prazer de lhe dar as boas vindas, desejando-lhe uma feliz e proveitosa estada na Espanha. Este é

um país acolhedor. Seu povo é, por natureza, extremamente amável, estima particularmente os brasileiros.

As prescrições legais favorecem os turistas. As autoridades, em todos os graus de hierarquia, são compreensivas, ajudam e orientam com simpatia e boa vontade os visitantes. Por isso mesmo, a Embaixada do Brasil espera que os brasileiros retribuam com a mesma cortesia, elevando, cada vez mais, a tradição que nossos pátrios já formaram na Espanha e que encanta aos espanhóis. A natural alegria dos brasileiros, a sua comunicabilidade, o seu bom humor, aliado ao sentimento de responsabilidade e orgulho nacional que possui, tem feito de nossos compatriotas hóspedes destacados do povo espanhol.

Entretanto, pode acontecer que alguns problemas surjam de ordem inteiramente accidental, eventual, como doenças, acidentes, necessidade de documentos e muitas outras hipóteses geralmente inesperadas que podem ocorrer a quem está distante da pátria. Em tais casos, recorra a sua embaixada, através de telefones de emergência que indicamos. Não importa a hora do dia ou da noite. A Embaixada do Brasil em Madri é um prolongamento de sua casa, pertence aos brasileiros, e se orgulha disso.

Seja pois, bem-vindo à Espanha que tanto tem a oferecer em beleza, em cultura, em arte, em tradição, sobretudo em amizade. Auro de Moura Andrade — Embaixador do Brasil.

Telefones à sua disposição com os respectivos horários."

Este procedimento propiciou o atendimento a inúmeros brasileiros. Passaram por Madri 50 mil brasileiros no período de um ano. Dêstes, mais de 40 mil não tiveram a menor necessidade de contactar com a Embaixada. Do restante, uma grande maioria não sentiu necessidade de coisa alguma, mas sentiu necessidade de procurar a Embaixada, entendendo que devia uma manifestação por ter recebido aquêlê acolhimento no aereo-

porto. Por telefone, por cartas, cartões, e visitas pessoais, agradeceram-me o acolhimento, o que constitui hoje um arquivo que prezo muito em virtude de partir de pessoas de todas as regiões do Brasil, numa demonstração de quanto é educado o nosso povo e de quanto se sensibiliza pelas pequeninas coisas que se lhe fazem quando éle se acha no exterior.

Sempre ocorreram, entretanto, alguns casos em que houve necessidade, efetivamente, de atendimento por parte da Embaixada do Brasil. A maior parte eram perdas de malas — brasileiro perde malas como ninguém, extraviam-se malas, esquecem-se malas no aeroporto. Houve um total de 168 pessoas que recorreram à Embaixada no período de um ano por extravio de malas, perdas de bagagens etc. Devo assinalar que a Polícia de Madri é da mais alta eficiência e foram recuperadas integralmente 167, uma única extraviou-se. Era a que pertencia a um dos Diretores da Editora Abril, Almeida Prado. Entretanto, o Hotel foi responsabilizado e teve de pagar o valor da mala, e de tudo quanto nela se continha, o que foi avaliado pelo próprio brasileiro em 130 dólares — mala e o seu conteúdo. Recebeu essa importância integralmente, que lhe enviêl tão logo foi liquidado o assunto. Menos um dólar, comissão cobrada pela transferência dêsse dinheiro.

Entre essas cento e sessenta e oito pessoas estava também o Vice-Diretor do Tesouro Nacional de Nova Iorque, cuja mala desapareceu, mas foi recuperada intacta, e entregue a éle na Embaixada. Também documentos extraviados foram encontrados em sua maior parte, ou, então, refeitos pela própria Embaixada. Muitos perderam o passaporte. Houve uma moça de Brasília, que estudava em Madri, que perdeu em Valença o passaporte, a pasta, dinheiro, todos os documentos de identificação, tudo quanto possuía, até retratos de família. Ela pediu à Embaixada providências e conseguimos reaver a sua bolsa integralmente, até o último centavo; tudo lhe foi entregue, não tendo ela tido nenhum prejuízo.

Outros problemas resultantes dêsse oferecimento da Embaixada ocorreram, principalmente, no período que

encerrava a baixa estação, quando as companhias aéreas dão descontos em vôos para a Europa.

A "Air France" se conduziu muito mal naquele momento. Os passageiros brasileiros que ela levou com redução de passagem, pelo programa de "baixa-estação" para intensificação do turismo, ao regressarem, foram por ela trazidos de Paris e outras capitais e largados em Madri. A companhia tomava, em Madri, passageiros de alta estação, colocando-os nos lugares daqueles que haviam comprado excursão nos planos das companhias aéreas para os períodos de escassez de passageiros.

Assim, deixou dezenas de brasileiros em Madri. A Embaixada teve que providenciar no sentido de que prosseguissem viagem, conseguindo lugares na "Swiss Air" "Iberia" e "Varig" principalmente esta que tem um Diretor de primeira qualidade em Madri, o Sr. Bernardino Cifani.

Não obstante, algumas pessoas tiveram que ficar em Madri: um filho de um Deputado Federal, por não conseguirmos lugar imediatamente, e mais três senhoras e moças que também não tiveram lugar imediatamente, às quais pudemos atender na Casa do Brasil. Ficaram lá hospedadas, por conta nossa e com alimentação até o dia em que houve lugar para o embarque.

Assim que cheguei a Madri, minha primeira providência, além de reorganizar os serviços internamente, inclusive criando o almoxarifado, coisa que não existia na nossa Embaixada, com o levantamento de estoques de material, classificação pelos seus tipos, tamanho, finalidade, registro em livro próprio, bem como as pessoas que poderiam requisitar material, verificação das aquisições, punição e reposição de dinheiro, se por acaso ocorresse mau uso do material, proibição de utilizar papéis, canetas, envelopes e demais materiais da Embaixada para fins não oficiais, a recomendação de que, a exemplo do Chefe, todos os membros da Missão fizessem seus próprios papéis para correspondências por sua própria conta; além dessas providências, considerei essencial identificar-me com a Espanha, conhecê-la.

Não podia louvar-me apenas em informações distintas, fossem da Embaixada, fossem do Ministério do Exterior ou fossem da administração pública. Precisava conhecer a Espanha, conhecê-la e, para este fim, saí em viagens constantes, visitei todos nossos Consulados, honrários ou não, reuni, em todas as partes da Espanha que percorri, as principais entidades produtoras, os industriais, os comerciantes, os agricultores, os exportadores, os importadores, os bancos financiadores, as empresas de transportes marítimos e aéreo, as associações comerciais locais e conversei com as pessoas responsáveis. Fiz conferências em todas as cidades a respeito do Brasil e de suas possibilidades. Procurei coordenar, verificar o que havia em relação ao problema das exportações, dado que há quatro anos o Brasil não exportava mais do que 26 milhões de dólares para a Espanha.

No período em que lá estive, vou citar dois fatos, um grande e um pequeno, apenas para exemplificar. Um grande: a Rede Ferroviária Federal abriu concorrência internacional, para a aquisição de 100 locomotivas elétricas. Habilitaram-se o Japão, a Alemanha, os Estados Unidos, a França e a Espanha. A Espanha, com máquinas e locomotivas que fabrica com licença e a marca da General Motors. O seu preço era menor do que o demais. Mas a Rede Ferroviária Federal duvidava da qualidade do material espanhol, razão pela qual me solicitou fazer uma verificação, o que eu realizei através do Departamento da Rede Nacional de Ferro Carris da Espanha e ao mesmo tempo levantei os preços internacionais correntes para produtos da mesma natureza e qualidade.

Depois de aferir todos esses elementos, e remetê-los para o Brasil, concluiu-se que essas máquinas eram de excelente qualidade. Não apenas boas, mas classificadas dentre as excelentes, perfeitamente iguais as melhores do mundo, razão pela qual o Brasil fechou contrato com a importação dessas 100 locomotivas, na importância de vinte e seis milhões de dólares.

Agora, um exemplo pequeno: observei que o Ceará exportara cem mil dólares de chapéus de palha para a Espanha, em anos anteriores e que, naquele ano, havia exportado apenas

dois mil dólares desse artigo. Resolvi, então, procurar saber qual a razão dessa diminuição.

Essa importação era feita por uma cidadezinha chamada Gata de Gorgos, que é apenas uma vila que nasceu às margens da estrada que vai de Alicante até Valença. Marquei uma visita, juntamente com minha esposa, a essa vila. Lá chegando fomos recebidos, naturalmente, da maneira como se recebe numa cidade pequena, do interior: banda de música com a presença dos principais comerciantes, juntamente com suas esposas.

Tivemos, então, uma reunião e, nessa ocasião, conversei a respeito do assunto, a fim de saber qual o motivo pelo qual havia caído a importação de chapéu de palha do Ceará. Explicaram que era pela circunstância de que navios se recusavam a atracar no porto cearense para apanhar menos que um volume de palha correspondente, pelo menos, a 100 mil dólares e que eles não podiam fazer contratos de 100 mil dólares para cada viagem, e, sim, contratos bem menores.

Então eu os convidei todos a irmos a Valença, onde fizemos uma reunião com empresas transportadoras, com bancos financiadores e companhias de seguros. Acertamos em Valença a vinda dos navios para o fim especial de apanharem carga do Ceará.

Para compensar o frete desses navios, e como não tínhamos como fazê-lo com produtos brasileiros, obtive do Governo Espanhol a compensação com cargas em Tenerife, razão pela qual, foi possível aos negociantes de palha de Gata de Gorgos formularem um pedido de 200 mil dólares de chapéu de palha.

Eu ainda assisti pessoalmente a esse espetáculo na Espanha: os chapéus de palha tinham sido importados para serem trabalhados, para serem transformados em chapéus modernos, em chapéus típicos etc., para serem exportados, para serem debruados, para serem enformados, enfim, modificados.

As oficinas de Gata de Gorgos, aquelas casas que só vendem para turistas, estavam fazendo esse preparo de chapéus de palha quando se iniciou o fluxo de turistas na Espa-

na. Os primeiros nórdicos que passaram, suecos e também alemães, foram comprar esses artigos de palha e, ao verem os chapéus inacabados, tais como vieram do Ceará, preferiram-nos, sem *debrum*, sem coisa nenhuma. Os ônibus que passavam iam levando tudo quanto havia e ficavam realmente interessantes e até encantadoras as moças nórdicas com chapéu cearense, na Espanha cheia do sol candente do verão.

Outro exemplo ocorreu em Tarragona. Verifiquei pelas estatísticas que me mandavam os Consulados, da entrada e da saída de produtos da Espanha, que havia uma grande fábrica, em Tarragona, que exportava óleo de oliva para o Brasil, e uma grande fábrica, em Tarragona, que importava soja, para fazer óleo de soja, só que, a importava dos Estados Unidos da América.

Fiz uma viagem a Tarragona e depois visitei ambas as fábricas. Eram rivais competidores.

Conversei com ambos, separadamente. Depois, reunimo-nos na Associação Comercial de Tarragona, e, ali, propus que ambos se aliassem. Não via nenhum conflito nas suas atividades. Entendia que eles deveriam aliar-se, porque o que era importado dos Estados Unidos da América, em soja, podia ser importado do Brasil. Com isto, poderíamos importar mais óleo de oliva, o que representava uma vantagem de 200 mil dólares.

Sugeri que fizessem uma terceira sociedade, para este fim, que se beneficiasse dos lucros resultantes desta combinação. No momento, pareceu que não tinha havido resultado, mas dias depois apareceram os dois de Madri, pedindo a minha assistência para realizarem a escritura de sociedade e passarem a operar desta maneira.

Ao terminar o ano de 1968 havíamos encerrado o ano com uma exportação por parte do Brasil, de 58 milhões de dólares. Era, antes, de 26 milhões de dólares.

Em 1969, quando deixei a Embaixada, havíamos chegado a 150 milhões de dólares pela parte do Brasil e 85 milhões de dólares pela parte da Espanha, ou seja, um volume de 235 milhões de dólares.

Naturalmente isto não é devido ao Embaixador. O Embaixador não importa nem exporta, mas foi devido às novas posições adotadas pelo Governo brasileiro, em virtude do esclarecimento prestado pela Embaixada, e de maior conhecimento a respeito da economia espanhola, das possibilidades de absorção de um maior número de itens de produção nacional brasileira e de absorção de novos itens de produção espanhola.

Fui muito favorecido por uma circunstância: mal cheguei em Madri e apresentei as minhas credenciais e já pouco depois o Brasil comunicou oficialmente ao Governo espanhol que, na reunião da Organização das Nações Unidas — que iria discutir o problema de Gibraltar, o Brasil havia decidido votar contrariamente à Espanha e favoravelmente à Inglaterra. Imediatamente tomei um avião — e, entre parênteses, quando digo “fiz viagem”, “tomei avião” etc., eu digo fiz viagem, tomei avião, tudo por minha conta e não por conta do Governo brasileiro. O tempo que eu levaria para solicitar e receber do Brasil autorização para sacar na Delegacia do Tesouro em Nova Iorque a importância necessária e recebê-la em Madri, era tão precioso, que não compensava cumprir a burocracia. Cheguei ao Rio de Janeiro no dia em que se realizava a reunião da ONU. Tínhamos uma vantagem de três horas, porque nos Estados Unidos, em Nova Iorque, era mais cedo três horas. Cheguei às 10 horas da manhã no Itamarati e ainda eram 7 horas da manhã em Nova Iorque. Conversei com o Ministro, demonstrei qual era a posição de Gibraltar, expliquei qual deveria ser a nossa posição. Felizmente, consegui ser tão convincente que o Ministro, juntamente com o Secretário-Geral — o atual Ministro das Relações Exteriores, o Ministro Gibson Barbosa — depois de ouvido o Presidente Costa e Silva, decidiram mudar o voto na ONU, e comunicaram ao Governo espanhol que votariam a favor da Espanha em virtude da minha empenhada gestão.

Evidentemente, quando regresssei, 5 dias depois, a Madri, a situação era de euforia, de alegria por parte dos espanhóis. Fui recebido pelo próprio Ministro das Relações Exteriores que

me levou à presença do Caudilho que desejava agradecer, pessoalmente, a minha gestão.

Demonstrei que essa gestão representava o interesse do meu País, que nós tínhamos uma decendência ibérica comum, que era indispensável que a Espanha se interessasse vivamente pelo Brasil, que o Brasil constituía a maior parte do continente americano, que a política da *hispanidad* era uma política louvável, porque mantinha todas as tradições e ligações, mas que eu entendia que ela deveria ser ampliada, tornar-se uma política da *iberidad*, não apenas a política da *hispanidad*, mas envolver nesse conceito o Brasil e Portugal, como um todo, dentro de uma comunidade só, mais ampla do que simplesmente a de origem espanhola. O Caudilho me declarou, naquele instante, que a partir daquele momento eu não precisaria mais pedir-lhe audiência e que os seus Ministros iriam me comunicar pessoalmente que todos estavam a minha disposição.

Realmente os Ministros de Estado fizeram essas comunicações. Esta atuação política, nitidamente política, representou uma enorme abertura para o Brasil e foi uma das razões que permitiram que contratos difíceis fossem concluídos, que itens que estavam em competição com outros países, como o caso do milho, de que nós exportamos 27 milhões de dólares, fossem acertados, que se pudesse pagar com café as locomotivas compradas e que, não obstante pagas com café as locomotivas compradas, ainda a Espanha as financiasse por 20 anos.

Bem, não vou prosseguir nestas considerações. Apenas quis exemplificar a maneira como procurei conduzir a missão na Espanha.

O SR. JOSÉ GUIOMARD (Inaudível, fora do microfone.)

O SR. MOURA ANDRADE — Esses fatos chegaram ao meu conhecimento como Embaixador.

Em verdade, temos que nos manifestar da maneira a mais discreta possível, e nem é norma do Itamarati estar fazendo divulgações a respeito da atividade pessoal de cada um de seus representantes.

Nos meses de agosto e setembro realiza-se na Espanha uma competição

de futebol, à qual são convocados seis times estrangeiros. Por coincidência foram escolhidos seis times do Brasil: Palmeiras, São Paulo, Santos, Corinthians, o Coritiba e a Portuguesa do Rio de Janeiro.

Esses seis times, no fim de agosto é princípio de setembro, disputaram as seis taças colocadas em disputa.

Recebi os seis times, cada um por sua vez. Jogaram em cidades diferentes da Espanha, uns em Barcelona, outros em Valença; outros em Saragoza; outros, em Madri.

Compareci a todos os jogos e, por felicidade, todos venceram as partidas. O Palmeiras venceu a "Taça Carranzas", que há 16 anos era mantida em poder dos espanhóis.

No dia 7 de setembro realizei a Festa Nacional do Brasil que coroava a semana da Pátria, realizada na Casa do Brasil e na Embaixada, constando de conferências, inclusive de autoridades espanholas, portuguesas, brasileiras, de sociólogos, historiadores e de jovens, música, clube de arte, cinema, esporte etc.

No dia 7 de setembro dei a recepção que a Embaixada deveria dar, entre parênteses também, sem ajuda do Itamarati. E isto não cito para queixar-me, cito apenas para que não se suponha que a vida do Embaixador é tão fácil quanto se imagina.

Percebe o Embaixador — e eu percebia — 3.116 dólares. Nessa quantia está incluído o salário-família, e também o tempo de serviço. Tudo contado, e mais a ajuda de custo. E, dentro dessa quantia, todas as despesas comuns, inclusive as de recepção, que devem ser por ela cobertas. Para cobrir-se uma despesa extraordinária é preciso autorização expressa do Itamarati. Por conseguinte, nossos diplomatas não têm a vida folgada que se imagina. Desconhecendo esse fato, muitas vezes nós, parlamentares, queixávamo-nos da desatenção de certos embaixadores. Hoje posso imaginar por que o faziam: as quantias de que dispunham, a cada mês, já estariam esgotadas, ou eles estavam muito sacrificados.

Durante o tempo em que lá estive, recebi uma verba reservada de 3 mil

dólares, para fazer face a despesas que atingiram 10.500 dólares.

O Sr. Waldemar Alcântara — O que queriam 50.000 brasileiros que transitavam pela Espanha... (Sem microfone.)

O SR. MOURA ANDRADE — A maior parte era apenas uma parcela do número de brasileiros que normalmente vai à Europa. O brasileiro é turista de alto coturno, a Espanha recebe vinte milhões de turistas por ano, na sua maioria turistas europeus.

Recebe um milhão de turistas americanos, recebe onze milhões de turistas franceses, recebe três milhões de turistas ingleses, recebe seis milhões ou cinco milhões de turistas alemães e recebe mais um milhão de turistas nórdicos. O turismo na Espanha é muito bem organizado, a melhor organização turística do mundo. A Espanha vivia em grandes dificuldades. Para se poder compreender essas razões, agora vou passar para alguns assuntos de ordem geral. Antes que me esqueça, só gostaria de contar que cheguei à Espanha, em Cádiz, a Força Tarefa n.º 10, do Brasil, comandada pelo Comandante-em-Chefe da Armada Brasileira, Vice-Almirante Dantas Tôrrés. Essa Força tinha como nave capitânea o "Barroso", e havia o "Minas Gerais", submarinos, contra-torpedeiros, enfim, era força-tarefa muito importante, que compreendia cerca de três mil homens e que deveriam descer em Cádiz — pequena cidade da Espanha, de origem fenícia. Dispõe de um pequeno porto, onde só pôde ancorar o "Barroso", ficando todos os demais navios em alto-mar, sendo trazidos seus tripulantes por lancha. Quando chegaram a Cádiz para passar aqueles dias, entrei em entendimentos com as autoridades espanholas. Primeiro, achei conveniente sugerir que a força de policiamento fosse mista: metade espanhola e metade brasileira, já para identificar brasileiros e espanhóis, a fim de não haver atritos entre nossos soldados, os nossos marinheiros e os marinheiros espanhóis. Obtida essa fórmula, sugeri uma rotação: uma parte da tripulação ficaria a bordo, porque tinha que manter trabalhos dentro dos navios. As outras três partes, uma fi-

caria em Cádiz, a segunda em Sevilha e a terceira em Jerez de la Frontera.

No dia seguinte, a de Jerez de la Frontera iria para Cádiz, a de Cádiz para Sevilha e a de Sevilha para Jerez de la Frontera. E assim, rotativamente. Dêsse modo todos poderiam conhecer essas cidades e não se acumulariam tantos jovens numa cidade tão pequena e com tão poucas moças como é Cádiz.

Entre em contato com o Ministro da Marinha e com o Ministro do Exterior para o efeito de dar-lhes ciência da vinda dessa força-tarefa, da significação da escolha da Espanha para essas manobras e da importância que o Brasil atribuía àquelas manobras, no momento em que confiava o comando dessa força-tarefa ao próprio comandante-em-chefe da Armada brasileira.

Dêste entendimento resultou que os Ministros aceitaram a sugestão que lhes fiz, de condecorar o comandante-em-chefe e os comandantes dos navios. E como se tratava de uma viagem de instrução de guardas-marinhas e de cadetes, que também condecorassem um guarda-marinha e um cadete.

A cerimônia da entrega dessas condecorações foi realizada em Cádiz. Ofereci uma festa a todos eles, abrihantada pela orquestra da própria força-tarefa.

Essa festa foi oferecida às autoridades espanholas, civis e militares e à sociedade de Cádiz. O Governq espanhol, retribuiu, em Cádiz, com outra festa dez vezes melhor, verdadeiramente espetacular, com danças típicas, com as melhores dançarinas da Espanha. As mesas eram fartíssimas e durante ela foram entregues as condecorações aos oficiais que, depois, se dirigiram comigo a Madri, onde o Caudilho nos aguardava para audiência especial.

O Generalíssimo conhece profundamente a Marinha. Sabe muito a respeito desses assuntos. Conhece muito a respeito do Brasil. Teve, o Almirante Dantas Torres, uma palestra muito agradável com ele. No mesmo dia ofereci mais um coquetel às autoridades de Madri, na Embaixada, e

um jantar aos oficiais da nossa Armada.

Regressaram eles e eu recebi de Cádiz, de Sevilha e de Jerez de la Frontera cartas que honram a Marinha brasileira, de comerciantes, de cidadãos, agradecendo a oportunidade que tinha tido. Porque, anteriormente à chegada da nossa força-tarefa, tinham estado lá outras forças-tarefas, de outros países e estas tinham tido conflitos e problemas sérios com as populações e o comércio local. Com os brasileiros nada disso aconteceu. Impressionou tanto a conduta brasileira que eles julgaram necessário escrever ao Embaixador para prestar esse depoimento, que encaminhei ao Almirante Dantas Torres, para que dele tomasse conhecimento.

De modo que, uma vez contado isso, vamos passar a responder à indagação do nobre Senador José Guimard.

Para uma perfeita compreensão dos fenômenos políticos, sociológicos e econômicos da Espanha, é mister situá-la, desde logo, no processo, de idêntica natureza, ocorrido na Europa nos últimos seis lustros.

Os anos de 1936 e 1939, durante os quais se esvaiu a Espanha na mais terrível guerra civil, estavam sendo vividos pelo Velho Continente sob o signo do medo. Uma impressionante apatia caíra sobre aquelas nações; a perplexidade se apossara de seus governos; as atividades produtoras reduziam seu ritmo, procurando descapitalizar-se, intimidadas diante dos fatos. Espanha entre esses povos uma nova mentalidade: viver intensamente os últimos anos de suas sociedades estáticas, frutos do capitalismo liberal.

Assim se podiam desenhar duas atitudes humanas, concomitantes e em contraste. De um lado, a Alemanha, excitada para os perigos da guerra, agressiva, decidida, elevada a sensação de superioridade do misticismo nacionalista, explodindo em coragem e desafiante de destinos. Do outro lado, as demais nações, em atitude negativa, passivos espectadores de sua própria derrota, sob avassaladora depressão psicológica, inibidas frente ao perigo, sem iniciativas e sem disciplina guerreira. Enquanto a Alemanha se agigantava e preparava aos olhos da Europa e do mundo uma espetacular

economia para a guerra, e compunha as mais poderosas forças armadas de que até então se tivera notícia, a França entrava num estado de estupefação e paralisia. Em uma hora em que deveria mobilizar todos os elementos de sua produção e convocar para o trabalho de defesa nacional todas as energias humanas nela existentes, era exatamente o contrário que acontecia. A produção, em vez de crescer, baixou. O mesmo se passava nos demais países, sentindo todos que não estavam preparados para a hora dramática que lhes tinha sido anunciada e, o que era desesperante, que não tinham condições psicológicas para o terrível desafio.

A Renânia foi ocupada pela Alemanha, sem um tiro, reduzindo a França o episódio a um mero incidente diplomático. A Etiópia foi sacrificada, batida, ocupada pela Itália, sem mais que alguns protestos e ameaças de sanções econômicas por parte da Inglaterra. As ditaduras nazi-fascistas começavam a marchar; as democracias européias começavam a recuar.

A vitória da Frente Popular na França, em 1936, trouxe ilusórias esperanças de que uma barreira se ergueria às ditaduras em movimento. A Internacional foi cantada nas salas e nas ruas. As esquerdas se congregaram, a resistência ao nazismo foi proclamada.

Mas a Espanha estava em plena guerra. E a Espanha fica aquém dos Pireneus. A vitória de Franco interessava à Alemanha e Itália e intimidava a França, que se veria colocada entre três fronteiras inimigas. Os países fascistas, principalmente a Itália, emprestaram seu concurso às forças nacionalistas espanholas. Material de guerra, soldados e combustíveis foram enviados para apressar a vitória franquista, enquanto a França e a União Soviética procuravam salvar o Governo Republicano espanhol, socorrendo-o com armas, técnicos, soldados, brigadas internacionais e todos os recursos possíveis.

Hitler, porém, passa ao mesmo tempo à nova etapa de sua estratégia e promove o Anschluss da Austria. Em seguida, parte para a ocupação da Tchecoslováquia e as advertências

franco-britânicas novamente se dissipam.

Chamberlain vai a Munique, pagar mais um inútil tributo pela paz.

A Europa havia tomado consciência da fatalidade da guerra e a cotação do preço da paz subiu muito alto. Passaram a pagá-lo; porém, quanto mais o faziam, mais inacessível se tornava. As ocupações da Renânia e da Abissínia, o Anschluss da Austria, a ocupação da Tchecoslováquia, a capitulação de Munique, todas as concessões e sujeições ao poderio nazifascista foram meros adiantamentos, pois o verdadeiro preço era a guerra e teria inexoravelmente de ser pago.

Mas o fragor das batalhas ainda estava na Espanha, entre pais e filhos, irmãos contra irmãos. Somente quando reboassem na França e Inglaterra as marchas alemãs sobre a Holanda e a Bélgica, Churchill seria chamado. Foi a 13 de maio de 1940:

"... Recebi de Sua Majestade a incumbência de formar um novo Governo... Temos diante de nós uma provação das mais graves... A nossa orientação é levar avante a Guerra... com a nossa própria força e a que nos vier de Deus... Vencer... Sobreviver..."

Ali, e com ele, se organizava a resistência. Ressurgia a coragem indômita de um povo, infundindo confiança, admiração, entusiasmo em outros povos e, dando-lhes, por fim, capacidade de se superarem a si próprios, de redimirem seus erros e de fazer despertar a bravura dos humilhados. E, mais uma vez, a fé readquirida transmutava-se em força regeneradora para aquelas nações até então curvadas.

A Espanha terminara pouco antes a sua luta fratricida. Em abril de 1939 assistira à última batalha, ao último tiro e houvera o último caído de sua horrível tragédia. Quando, no mesmo ano, a guerra mundial se iniciou, a Espanha estava coberta de sangue, totalmente destruída, sem casas, sem hospitais, sem escolas, sem pontes, sem portos, sem estradas, sem indústrias, sem agricultura, sem comércio, contemplando na mais profunda miséria, enlutada e famélica, as ruínas de seu passado, de seu presente e de seu futuro. Os homens que haviam combatido de armas nas mãos não ti-

nham, para substituir os instrumentos da morte, os instrumentos necessários ao trabalho e à vida. Vinte mil jovens espanhóis incorporaram-se às forças do Eixo.

Esse fato trouxe ao país consequências políticas desmesuradas à sua proporção. Terminada a guerra, os aliados não aceitaram que os camisas azuis tivessem sido voluntários e, sim, entenderam que a Espanha quebrara a sua declarada neutralidade. Como consequência, a ONU, em dezembro de 1946, recomendou a todos os seus membros o rompimento de relações diplomáticas com o Governo de Madrid. Assim, este país, que vivera insulado durante os quase três anos de sua Guerra Civil, a que se somariam cinco de Guerra Mundial, continuaria sem convívio internacional durante os anos de paz e de reconstrução posteriores a 1945.

Enquanto isto se passava com a Espanha, os Estados Unidos consideravam a Alemanha e a Itália como vítimas de seus governos e compreendiam a necessidade de restaurar economicamente a Europa, oferecendo condições favoráveis à retomada das iniciativas criadoras.

O Plano Marshall foi o primeiro, gigantesco e surpreendente passo nesse sentido. Disse surpreendente porque até então era costume exigir-se indenização aos vencidos. Todavia, mais surpreendente foi o comportamento do capital privado americano, particularmente o de sua indústria, que passou a investir de forma concentrada na Alemanha, França e Itália e, de modo mais generalizado a partir da formação do Mercado Comum Europeu, nos demais países que o compõem. Segundo Jean Jacques Servan-Schreiber na sua obra "O Desafio Americano", o investimento privado americano era, à data da publicação, de US\$ 14 bilhões, apenas em ativo fixo, e mais US\$ 14 bilhões em capital de giro. De ano para ano, tal montante vem sendo aumentado, conforme assinala o Departamento de Comércio do Governo dos Estados Unidos, fonte da informação citada.

Por outro lado, a técnica incorporada ao Mercado Comum pelos investidores privados norte-americanos revelou-se extraordinariamente avançada, ultrapassando sua produtividade

de os melhores índices europeus e japoneses.

O segundo passo americano na Europa, porém, superou de muito o primeiro, representado pelo Plano Marshall. O primeiro fôra a reconstrução, o segundo foi a prosperidade, a inovação tecnológica, a combinação inteligente dos fatores de produção, o investimento maciço, a capitalização empresarial — o que, reunido à capacidade dos países do Mercado Comum e à sábia política econômica desenvolvida, representou para os Estados Unidos um novo, formidável e lucrativo mercado e abriu para a Europa os caminhos de uma prosperidade que nunca anteriormente percorrera.

Desta Europa, porém, da Europa do Plano Marshall e dos investimentos americanos, não fazia parte a Espanha. Esta estava relegada a viver de si, por si e para si mesma: deixara de integrar econômica, política e sociologicamente o continente. Um pesado trabalho de 30 anos durou a sua reconstrução. A geração seguinte à Grande Guerra, nos demais países, assistiu à reconstrução, à consolidação, ao desenvolvimento, à prosperidade e à conquista dos frutos da ciência e dos bens de vida em benefício próprio. A geração seguinte à Guerra Espanhola não pôde ser testemunha do mesmo renascimento. Ela, e ainda a atual, prosseguem recompondo a nação, restabelecendo o diálogo, abrindo suas portas ao turismo, a 20 milhões de pessoas que anualmente vêm da Europa rica, defendida e restaurada, ao belo país pobre, árido e abandonado, na sua península de dois oceanos, geograficamente na Europa, mas batido pelos ventos da África e com a alma irremediavelmente posta na América.

Compreender-se-á, então, porque há trinta anos permanece o mesmo homem à frente do Governo, mantém-se o estranho regime de uma monarquia constitucional em que o Chefe do Estado é, como Caudilho, o pré-rei; como Regente, o pós-rei, e, além de Chefe de Estado, Caudilho e Regente, é também o Chefe do Governo.

Se de um lado não se pode negar que na pessoa do Generalíssimo Fran-

co se reúnem qualidades inequívocas de estadista, de outro é preciso reconhecer que o povo espanhol não teve nenhuma oportunidade de optar.

A Itália pôde fazê-lo através de Badoglio, Enrico de Nicola e Luigi Einaudi; a Alemanha através de Doenitz e Adenauer, a França através de Giraud e De Gaulle.

A esses países foi garantida a possibilidade de escolher um novo método de vida, chamando os homens que quisessem realizá-la na comunidade ocidental e democrática.

Não houve isolamento, não se plantou em torno deles uma cortina de indiferença, nem se buscou contra eles um catálogo de sanções.

O povo espanhol não tinha porque inconformar-se com o próprio Governo, quando as Nações do Ocidente se recusavam a conformar-se com a Espanha.

Estas palavras constam de um estudo que fiz, em termos de Relatório, sobre a Espanha, e que dirigi ao Ministério das Relações Exteriores.

É claro que tenho que considerar que ele deve conter muitas imperfeições. Todavia, procurei fazê-lo o mais perfeito e o mais identificado possível com os fatos daquele país.

Não me aventurei a redigi-lo senão depois de ter conhecido plenamente a Espanha e haver conversado profundamente com os seus homens de Estado, com os seus políticos, com os homens da Córte, com os seus Ministros, com os homens responsáveis pela sua economia; compulsado toda a sua evolução através das suas estatísticas e das estatísticas feitas pela Organização das Nações Unidas, ou por outras entidades, inclusive pela Organização do Trabalho de Genebra.

Desde tempos imemoriais, desde os fenícios, os cartagineses, os gregos, os romanos e os otomanos, a Espanha foi ocupada em virtude de sua posição estratégica, particularmente do fenômeno Gibraltar. A Espanha, além de ter Gibraltar, que é a porta do Mediterrâneo, se debruça sobre o Norte da África. Se a Alemanha tivesse ao seu lado a Espanha ocuparia Gibraltar imediatamente, fecharia a entrada do Mediterrâneo às forças aliadas e não precisaria ter enviado

Rommel ao Norte da África, pois, fechando Gibraltar, fechado estaria Suez.

Creto ser do interesse desta Comissão uma análise, ainda que superficial, da natureza do Estado espanhol.

O processo constituinte espanhol oferece uma curiosa combinação de métodos monárquicos e de fórmulas aparentemente democráticas.

O poder constituinte originário está na pessoa do Chefe de Estado. Aprovada a norma constitucional, entretanto, sua revisão se subtrai à vontade deste, uma vez que pela Lei de Sucessão (1947) para derrogar ou modificar as leis fundamentais é necessário o voto das Côrtes, seguido de referendun nacional. Não obstante, todo o Poder constituinte emana do Chefe de Estado, que assumiu com exclusividade esta prerrogativa por Decreto da Junta de Defesa Nacional durante a Guerra Civil (em 29-9-36). Nessa ocasião, chamou a si o supremo e exclusivo direito de estruturar organicamente o Estado e ordenar juridicamente o País, através de normas principais (constitucionais), de leis ordinárias e de decretos nas demais hipóteses.

Exerceu plenamente essa prerrogativa em dois casos: Lei de 9-3-46, modificadora da Lei das Côrtes, e Lei do Referendun, de 24-10-45. Em outras oportunidades preferiu submeter suas proposições às Côrtes, e mesmo ao Referendun da Nação, quando o julgou necessário. Com este procedimento foi elaborada a Lei Orgânica do Estado, a Lei de Sucessão, a Lei do Trabalho (Fuero del Trabajo), a Lei das Côrtes, a Lei de Direitos e Deveres dos Espanhóis (Fuero de los Españoles) e a Lei de Referendun.

Natureza de Regime

O desdobramento jurídico da revolução espanhola revela uma preexistência doutrinária, a demonstrar que o movimento nacionalista não chegou perplexo ao Poder, embora criando um regime até certo ponto contraditório. A estrutura oferecida pelo ordenamento constitucional prevê uma monarquia limitada, não parlamentar que se diria inspirada nas monarquias alemãs anteriores a 1918.

Após o atual Caudilho, a eleição do Presidente do Governo corresponderá a um processo inusitado que, por sua vez, e apenas superficialmente, poderia lembrar a fórmula suíça: o Conselho do Reino apresentará ao Chefe de Estado uma lista triplíce e este elegerá entre os indicados o que deve ser o novo Presidente do Governo.

Se a natureza monárquica limitada do regime assemelha-se muito às velhas monarquias alemãs e o método de escolha do Presidente de Governo recorda vagamente o procedimento suíço, a formação das Côrtes inspira-se no corporativismo pela sua complexa composição de representações corporativas, familiares e territoriais.

Formas Constituídas

As Leis Fundamentais, quanto à forma externa, são uma constituição não codificada em um instrumento único. Quanto à forma interna, dividem-se em três partes: a primeira é a Lei de Princípios do Movimento Nacional, solene declaração política, de natureza prescritiva e orgânica. A segunda é a dos Fueros, declaração de direitos, de deveres e de aspirações individuais. A terceira compreende a organização do Poder, personificado na figura do Chefe do Estado, mas com obrigatório concurso do Conselho do Reino e do Governo da Nação (como órgãos moderados e co-responsáveis na execução legal), dos Tribunais (como instrumentos de justiça geral e de controle judiciário dos atos do Governo), das Côrtes (como entidade de processo legislativo para a elaboração, aprovação e emendas das Leis, funcionando o veto governamental em termos de **Contra Fuero**), e ainda do Conselho Nacional e, finalmente, da própria Nação (através do **Referendun**).

Parece, ante os textos, que a Constituição espanhola está hoje completa. Não resta dúvida de que padece de desordem, é demasiadamente grande, pouco disciplinada e mal deduzida. Tudo isto fruto, indiscutivelmente, de um prolongado processo de elaboração, descontínuo, ademais, pelos grandes hiatos havidos entre cada um dos documentos que a integram.

Entretanto, abrange os temas habituais das Constituições dos Estados de estrutura unitária.

Vale citar a forma de promulgação de Lei de Princípios do Movimento Nacional, de 17 de maio de 1938. O documento foi redigido em Conselho de Ministros, porém, em vez de seguir às Côrtes como projeto, foi desde logo lido e promulgado verbalmente pelo Chefe de Estado ante o Plenário destas. Não se obedeceu, assim, à legislação sobre a matéria: adotou-se um procedimento especial de promulgação, não previsto em direito, sem prévia publicação, nem mesmo no Boletim Oficial.

O Chefe de Estado fê-lo por temer que as tendências políticas dos membros das Côrtes desfigurassem a Lei, ou protelassem o encontro de ponto conciliatório em torno dela.

A promulgação, em presença das Côrtes, veio a ser uma forma de outorgar a Lei, tomando por testemunhas do ato os próprios legisladores, aos quais deveria ter sido submetida em prévio processo de elaboração. Foi uma maneira de certificar sua existência solene ante o órgão a que era dirigida.

Sendo de princípios a Lei, e proibindo ela que se legisle contra os Princípios, quebrou o Chefe de Estado um princípio legal, para assegurar-se de que os Princípios da Lei não seriam modificados.

Sucessão

A Lei de Sucessão, de 1947, desdobra o mecanismo sucessório em duas etapas. A primeira trata de juramento e proclamação do sucessor. A segunda, da aceitação do Rei (ou Regente). A faculdade de apresentação às Côrtes do candidato compete ao Caudilho. Na sua falta, transfere-se essa faculdade a um órgão composto pela fusão dos Conselhos do Reino e do Governo, com um total de 36 membros votantes.

Sobre a possibilidade de recusa do indicado, nada se acha disposto.

As condições legais para um candidato ocupar o trono — ademais dos requisitos básicos de que seja maior de trinta anos, varão, espanhol, católico e de estirpe real — limitam-se a exigir-lhe "as qualidades necessárias para o desempenho da alta missão".

Note-se que a expressão "estirpe", empregada pela Lei, é muito mais ampla do que a expressão "dinastia". Esta refere-se à série de príncipes de uma mesma família, aquela significa o tronco de toda uma linhagem.

Mesmo se considerarmos que a estirpe real da Espanha se conte apenas a partir da fundação da Casa Bourbon-Anjou, com Felipe V, ocorre que esta estirpe produziu quatro dinastias: a reinante em Parma até 1859, a reinante em Nápoles até 1860; a reinante em Madri até 1931, e uma quarta não reinante, a dinastia carlista.

Aproxima-se o tempo da "solução real" ou da "solução regencialista". Há 30 anos vem sendo preparada para que se dê sem sobressaltos, dificuldades ou contestações. Há 30 anos que o povo espanhol vem sendo condicionado para aceitá-la. A monarquia constitucional na Espanha foi semeada, cuidada dia a dia, inoculada no espírito popular, trabalhada com paciência e perseverança pelo paciente e perseverante Caudilho, pré-rei e regente. Terá conseguido o metucioso jardineiro a rosa azul de seus desejos.

Lei Orgânica

De tudo quanto foi exposto, são verdades patentes que a Espanha somente teve espanhóis para se reconstruir, que plantou sua paz sobre sua guerra, que trabalhou ingentemente por 30 anos e que fez quase interminável a institucionalização jurídica de sua revolução nacional. Concluiu-a em 1967, trinta e um anos após a investitura de Franco.

Fê-lo através de sua Lei Orgânica, onde, no título primeiro, estrutura o Estado, declara seus princípios e define o Movimento Nacional. Os dois títulos seguintes ocupam-se da figura do Chefe de Estado e do Governo da Nação, criando o cargo de Presidente do Governo e ditando-lhe a devida competência. O título quarto cuida do Conselho Nacional, de sua representatividade com base nas estruturas da comunidade espanhola. Pelo título quinto, a Justiça tem garantida absoluta independência e inamovibilidade. As Forças Armadas ficam institucionalizadas no título sexto, como entidades permanentes, destinadas a

defender e garantir a unidade e a independência da Pátria, a integridade de seu território e segurança nacional e a ordem institucional. Os restantes artigos têm respeito aos Órgãos de Estado e à figura do **Contra Fuero** (pelo qual se entende todo ato legislativo ou disposição legal do Governo que vulnere os princípios do Movimento Nacional e as demais leis fundamentais). A Lei Orgânica se completa com quatro disposições adicionais sobre os **Fueros de los Españoles y del Trabajo**, os **Foros e a Sucessão**. Há, por último, cinco disposições transitórias e duas finais; derogatória a primeira destas de quantas outras se oponham ao estatuido na Lei e a segunda declaratória do caráter fundamental e constitucional da Lei Orgânica.

As três entidades básicas — Movimento Nacional, Exército, Igreja

As feridas do passado, as profundas cicatrizes de sua guerra e as seqüelas resultantes de sua marginalização internacional ainda são visíveis e marcam profundamente o espírito espanhol. A unidade, a estabilidade, a paz, foram — com efeito — o fruto da vitória das armas, da pronta formulação doutrinária da revolução e o resultado de compromissos assumidos em nome do retorno da Espanha ao convívio das nações.

Assim Franco, fêz descansar sobre três entidades principais o edifício da revolução nacional. Para assegurar o regime, baseou-se na Igreja. Para a segurança do Estado, fêz as Forças Armadas responsáveis pela ordem. Para a administração e a política, erigiu o Movimento Nacional.

O Movimento Nacional

O Movimento nasceu da necessidade de unificação política das forças nacionais anticomunistas que a certo instante se encontraram e lutaram lado a lado na Guerra Civil.

Atuavam como entidades revolucionárias a Falange Espanhola Tradicionalista e as Juntas Ofensivas Nacionais — Sindicalistas, estas últimas ampliadas pela participação de grupos monárquicos e de outros católicos e católicos-afins. As Juntas Ofensivas Nacionais-Sindicalistas recebiam o apoio da Falange espanhola, sobres-

salndo naqueles primeiros tempos a figura que se tornou nacional, e são José Antonio Primo de Rivera, Miguel Primo de Rivera, e quem assumiu a condução da Falange e da JONS.

Todavia, o Generalíssimo Franco tinha clara consciência de que a pluralidade dos grupos ideológicos que compunham os diferentes corpos de combatentes acabaria criando, após a vitória, perigosas disputas em torno do Poder no instante da formulação do novo Estado e conflitos concepcionais quanto à natureza do regime.

Advertia-se ele de que, cessada a guerra, que a todos unia na comunhão dos campos de batalha, a construção do Estado e da paz poderia representar, e certamente representaria, divisões, incompreensões, dissensões nas forças vitoriosas, perda e deformação do impulso revolucionário.

No grupo monárquico, atuavam os carlistas com extrema energia, oferecendo apoio guerreiro e político. De outro lado, as aspirações do Duque D'Aosta ao trono espanhol, respaldadas por Mussolini, começavam a ganhar adeptos através da doutrinação fascista, que buscava situar-se mais sólidamente na Espanha. Os democrata-cristãos, que haviam perdido a oportunidade de salvar o país da Guerra Civil, apresentavam-se redimidos no sacrifício comum e ganhavam créditos para sentar-se como aliados, com condições próprias, na mesa da reconstrução e da institucionalização do Governo.

Havia ainda que contar com a ação e a posição dos liberais, bem como de outros elementos da linha conservadora. Por último, não podia ser ignorada uma vasta legião de homens não definidos ideologicamente, principalmente trabalhadores rurais, pequenos funcionários, operários desempregados, artesãos e grupos familiares sem formação política, que participaram da Guerra e constituíam objeto de interesse da ação nacionalista.

A unificação dessas forças apresentou-se aos olhos do Generalíssimo Franco como indispensável para prosseguir e concluir a Guerra e, para na posterior grande tarefa da paz, cristalizar em um novo Estado o pensa-

mento e o estilo da revolução nacional.

Em 19 de abril de 1937, em Salamanca, pronunciava ele o discurso da unificação, com estas inequívocas definições:

"Esta unificação que eu exijo em nome da Espanha, e no sagrado nome dos que tombaram por ela, não quer dizer conglomerado de forças, nem concentrações governamentais, nem uniões mais ou menos patrióticas e sagradas. Nada inorgânico, fugaz nem passageiro é o que peço."

Em Burgos, a 10 de junho de 1939, ao anunciar que institucionalizara os 26 pontos do Movimento, fez sentir:

"Eu lhes asseguro que assim como minha vontade, inspirada em minha consciência do futuro da Espanha, converteu em norma os 26 pontos do Movimento, genuína expressão atual da tradição espanhola, cuja interpretação constante é imperativo indeclinável e exclusivo do caudilhismo, essa mesma vontade fará também com que eles se cumpram, porquanto constituem o fundamento inviolável da nova ordem constitucional e a empresa histórica a que o Estado deve servir."

Nasceu assim o Movimento Nacional, integrado pela Falange e pelas Juntas Ofensivas Nacional-Sindicalistas, envolvendo e contendo as demais forças político-ideológicas nacionais e anticomunistas.

Essa unificação não foi, efetivamente, uma simples reunião de valores heterogêneos, sob uma única denominação. Ao contrário, veio acompanhada de um conteúdo ideológico e de uma doutrina política, que a todos se impôs em nome do tradicionalismo e do futuro, como uma maneira dinâmica de ser, ou, nas próximas expressões de Franco, "como atitude dogmática, intelectual, moral e cordial perante a História, no que esta tem de passado, de atual e de futuro".

Surgiu o Movimento, em consequência, do imperativo de unificar forças, para conduzir a guerra; de harmonizá-las, para constituir a paz; de submetê-las, para fruir a ordem interna; de hierarquizá-las, para

constituir o Governo e fundamentar a autoridade. O Movimento seria o estuário das forças nacionais que se haviam movido à Guerra em defesa dos valores que formavam e configuravam as tradições da Espanha.

O Exército:

São hoje muito nítidas as relações entre as estruturas política e militar na formação do Estado moderno, seja no que respeita à organização do Exército para fins de guerra, seja no que relaciona às suas finalidades de defesa, fortificação e sustentação institucionais. Aos agrupamentos mercenários da Idade Média e ao exército profissional da Renascença — fatores negativos para a estabilidade interna dos respectivos senhores ou soberanos, que buscavam mantê-los quase permanentemente imobilizados em torno de objetivos externos — sucedem, com efeito, os exércitos permanentes, que o Estado moderno dignifica com uma de suas instituições, elevando-os à ordem constitucional e tornando-os instrumentos de sua segurança e da manutenção da ordem e paz internas.

É o Exército institucional e permanente em nossos dias, além de defensor da integridade física da Pátria, o fiel depositário das virtudes cívicas do povo, incumbindo-lhe nesse sentido preservar os valores éticos, as tradições históricas, o patrimônio espiritual, garantir, em suma, no presente, a viabilidade de futura do projeto nacional de cada país.

Os anos da Guerra Civil deram à Espanha, e mais particularmente às suas Forças Armadas, a medida do desastre que pode advir a uma nação se lhe faltarem a lealdade, o espírito de sacrifício, a linha de hierarquia e o sentido de disciplina entre os militares — todos os princípios, enfim, a que nos referimos anteriormente.

Daí ser maior que em outros países a integração do Exército no atual Estado espanhol, a ponto de sentir-se uma total identificação, diríamos mesmo, verdadeira fusão entre a ordem governamental e política e a ordem militar.

A Guarda Civil, outrora senhora dos campos e dos povoados, ainda hoje aguerrida e disciplinada, constitui atualmente um dos ramos das Forças Militares, subordinada à sua hierarquia e com idênticas atribuições, às

quais se acrescem os serviços de policiamento e manutenção da ordem social. Foi ela fundada em princípios do século passado, após as invasões francesas, como proteção ao viajante e para combater o bandidismo das estradas.

A situação financeira da Espanha não tem permitido a suas Forças Armadas a modernização que seria desejável à vista da especial situação do país no contexto geopolítico ocidental.

Tais dificuldades, no entanto, não se refletem negativamente sobre a consecução dos objetivos internos da estrutura militar espanhola, vinculadas basicamente à defesa do Estado e à manutenção da unidade nacional.

Ressalte-se, finalmente, que — pela sua reconhecida importância no processo histórico de que emergiu o novo Estado espanhol, bem como pelos compromissos internacionais de natureza militar contraídos pelo país a partir de 1953 — as Forças Armadas exercem, sem dúvida, fundamental papel na vida política espanhola, nos planos internos e externo.

As negociações hispano-britânicas de 1986 sobre o futuro de Gibraltar dão bem exemplo desta influência no campo da política internacional. Com efeito, parte substancial das propostas então apresentadas pelo Governo de Madrid referia-se à destinação que se poderia dar à base militar gibraltarina. Propunham os espanhóis três fórmulas distintas para tal fim, a saber: sistema de comando conjunto hispano-britânico, análogo ao vigente para as bases norte-americanas; incorporação da fortaleza ao sistema defensivo da OTAN, ou a entrega das instalações militares à exclusiva jurisdição das Forças Armadas espanholas.

Todas as alternativas citadas indicam, como se vê, uma curiosa subordinação do problema de Gibraltar, cuja solução é publicamente apresentada como imposição de um processo generalizado de descolonização, a interesses da estratégia militar espanhola.

Tal estratégia — vinculada, em todo o período anterior aos acordos defen-

sivos com os Estados Unidos, as preocupações elementares de segurança do Regime —, ampliou-se, a partir de 1953, de forma considerável, ao influxo da cooperação militar norte-americana. Consolidadas internamente em sua estrutura material, puderam às Forças Armadas espanholas, desde então, identificar seus interesses em termos de potência mediterrânea de porte médio, e de país com decidida vocação europeizante, ademais dos clássicos postulados que na prática já as uniam à comunidade ocidental.

Nesta ordem de idéias, a preocupação dos altos chefes militares espanhóis em selecionar qualitativamente o material bélico a ser fornecido pelos Estados Unidos, em decorrência de eventual renovação dos convênios recém-expirados, é bastante sintomática. Na verdade, a importância do fator militar na revisão dos acordos de 1953 pode ser perfeitamente aquilataada pelas consultas técnicas de alto nível mantidas por representantes dos dois países no último trimestre de 1968, e pela repercussão negativa, no Senado norte-americano, do anúncio oficioso da concordância de pontos de vista a que teriam chegado, no particular, os negociadores das partes.

Do entendimento a que afinal se chegar sobre a matéria no âmbito de novos convênios parece depender, em certo sentido, a evolução da estratégia global militar espanhola, cuja tendência — se examinado o problema dentro de uma perspectiva de médio alcance — é de multilateralizar suas fontes de suprimento logístico.

A Igreja

Conforme se assinalou anteriormen-te, a Revolução procurou erigir o Estado organizando e unificando a ação política, através do Movimento Nacional, e tomando, como os dois outros elementos de sustentação, as forças institucionalizadas do Exército e da Igreja.

No que se refere à Igreja, as relações do novo Estado com o Vaticano foram estabelecidas através de uma vinculação particularmente estreita, pela Concordata, consagrando as Leis Fundamentais a mais rigorosa linha da tradição católica espanhola.

Esta colocação do problema foi conseqüência imediata do princípio ideológico revolucionário segundo o qual seria retomado o Tradicionalismo para o fim de realizar os objetivos do Estado, mediante um processo evolutivo que respeitasse os valores tradicionais da nação na ordem moral, espiritual, cultural e histórica. Dessa forma, razões sentimentais quanto ao passado e utópicas quanto ao futuro se somaram ao interesse prático do momento, que levaram à proclamação de uma Espanha católica, oficial e concordatária.

Hoje, já se pode avaliar a extensão da surpresa e do desconforto provocados por esta arriscada posição para ambos os signatários da Concordata.

O empenho do Regime em construir um Estado católico, manifestado como aspiração e decidido propósito durante a guerra de 1936/39, proclamado publicamente em 1945, no "Fuero de los Españoles", e erguido à culminância oficial com a Concordata de 1953, representou, na instauração das relações do Estado franquista com a Igreja, a própria restauração das relações que existiam há quase cinco séculos entre o Vaticano e o Estado espanhol de Fernando de Aragão e Isabel de Castela.

Essa doutrina de integração político-religiosa pela qual o Estado assume o papel de defensor da fé, de seu propagador, intérprete e executor, embora não estivesse de todo esquecida na Espanha, era, entretanto, se não inaceitável como ideal, pelo menos julgada irrealizável nos tempos atuais.

Com a assinatura da Concordata de 1953, evidenciou-se a ausência de fundamentos da afirmação, tão repetida pelo Vaticano, de que a Igreja não assinaria nenhuma Concordata em que contasse o confessionalismo do Estado. Maritain havia saudado, com elogio e aprovação, a circunstância de não haver sido, por motivos político-históricos, consignado o confessionalismo do Estado na Concordata com Portugal. O Padre Rouquette escreveu em 1949:

"A situação espanhola põe na consciência católica, a menos que se esconda a cabeça na areia, um problema impossível de eludir,

problema que tem conseqüências práticas imediatas, gravíssimas para o catolicismo universal."

De fato, a doutrina do Vaticano, no presente século, firmava-se em que era mais vantajoso para a Igreja e para o bem comum temporal o Estado laico cristão do que o Estado confessional católico. Celestino Melzi, na obra "Laicità e la Confessionalità dello Stato" (1952), assim explicava a posição eclesiástica:

"Trata-se do maior esforço dialético para legitimar a laicidade do Estado como regime, não só o mais adequado aos tempos presentes, se não o único que pode garantir a liberdade religiosa."

Jean Rolin, S.I., em seu trabalho "Ecole libre et liberté d'école", em Études 79, explica a distinção conceitual entre laicidade e laicismo. A laicidade seria o princípio da liberdade da consciência e segundo o qual o Estado não professaria nenhuma religião, nem filosofia na ordem sobrenatural. O laicismo, exercido no século XIX, condenado por Pio IX e Leão XIII, suporia, por parte do Estado, uma atitude positiva, nascida de uma filosofia própria com respeito à religião.

O Papa Pio XII, como se vê de seus "Discorsi e radiomessaggi de Sua Santità Pio XII", XX, pág. 33, observa a respeito:

"A legítima e sã laicidade do Estado é um dos princípios da doutrina católica; é uma tradição da Igreja o contínuo esforço para manter distintos os dois Poderes (Estado e Igreja) e apenas unidos segundo os retos princípios."

A Igreja, disse, não é uma sociedade política e sim religiosa; isto, entretanto, não a impede de ter com os Estados relações não somente externas, mas também internas e vitais.

A laicidade seria pois, em última análise, o esforço para libertar o homem da excessiva sujeição moral e espiritual ao Estado. Todavia os espanhóis não interpretam assim, pois o tradicionalismo católico os faz repelir tais conceitos, ainda que explicados pelos Papas. No seu radicalismo, afirmam a inaceitabilidade da tese, lembrando que o que primeiro se-

parou o Estado de qualquer vinculação evangélica foi o protestantismo com Lutero. Por tais motivos, o tradicionalismo espanhol interpreta que os gestos estatais, enquanto informados pela Igreja, têm de ser religiosos, considerado o Estado como expressão e realização última da estrutura social da pessoa humana. Entretanto, em sua final e mais remota interpretação, o princípio da laicidade estaria contido nas palavras do próprio Cristo: "A César o que é de César, a Deus o que é de Deus".

Não obstante, o "Fuero de los Españoles" em seu art. 6.º, transcrito no Anexo 7.º da Concordata de 27-8-53, consigna que "a Religião Católica Apostólica Romana continua sendo a única da nação espanhola".

Em 1957, a Lei Orgânica do Estado preceituou, dentro do processo de liberalização política do regime, a reafirmação da natureza católica romana do Estado, mas permitiu, no campo da liberdade religiosa, o exercício de outros cultos.

A Concordata, portanto, ao contrariar a doutrina da laicidade, em franca evolução, haveria de ser a causa inevitável de futuros descontentamentos e discórdias.

A princípio, as divergências foram de natureza tipicamente doutrinária. No correr dos anos, porém, a reação contra o instrumento passou a ter conteúdo político, dividindo-se o Clero e o Governo na equação do problema.

As organizações religiosas de natureza laica, como o "Opus Dei", passaram a divergir das ordens eclesásticas defensoras da Concordata, o mesmo ocorrendo com a Ação Católica e a Juventude Universitária Católica.

A ação laica, antes de natureza e finalidades exclusivamente religiosas, passou também a ter natureza e objetivos políticos, procurando nesse sentido integrar no Governo elementos de suas organizações, com vistas a reduzir os níveis de pressão do Estado e obviar a subordinação à hierarquia eclesástica.

Os que divergiam da Concordata adotaram uma atitude reivindicatória da consciência individual contra o

confessionalismo do Estado, o que configurou o conflito entre autoridade (social, espiritual, jurídica) e liberdade pessoal.

Estes fatos, ocorridos na ordem interna e logo extravasados para a área internacional, acabaram repercutindo no Vaticano, que passou a buscar nova solução para as suas relações com a Espanha, ao passo que o Generalíssimo Franco persiste em sua posição de manter, cumprir e exigir respeito aos termos e compromissos da Concordata.

Prosseguindo, não obstante, os movimentos favoráveis à revisão ou à denúncia do instrumento, desenvolvem-se em clima de tensão as relações entre a Santa Sé e a Espanha. Certo é que as dificuldades têm sido, por enquanto, resolvidas de acordo com as exigências do Governo espanhol, o qual não abre mão das prerrogativas que lhe advêm daquele documento.

Pela Concordata, assumiu o Estado pesados encargos financeiros, praticamente, comprometendo-se a manter a Igreja na Espanha em todos os graus de sua hierarquia, inclusive no que se refere às despesas de formação de eclesásticos, da construção de seminários, igrejas e catedrais e da manutenção de sacerdotes. A esse preço, recebeu prerrogativas políticas de suma importância, tais como a indicação de bispos e a corresponsabilização da Igreja nos assuntos do Estado. Desta última, decorre a participação direta no Governo dos mais altos dignatários da Igreja espanhola pelas funções que desempenham no Poder Executivo, nas Côrtes e no Movimento.

Tem o General Franco, como vimos, exigido a execução e o cumprimento, ao pé da letra, da Concordata de 1953. A este respeito, é preciso não esquecer que o tripé Igreja-Exército-Movimento constitui, em última análise, o alicerce da ordem social, econômica e política da Espanha. Foram essas três forças, com efeito, definidas como entidades constitucionais e sua institucionalização se fez com o propósito de integrá-las na própria estrutura do Estado.

A Igreja não poderá, pois, de acordo com o ponto de vista do Chefe do Estado, denunciar pura e simplesmente a Concordata, sob pena de contur-

bar todo o sistema constitucional espanhol e de alterar a sua formulação orgânica. Tal ato seria a perpetração de uma hostilidade incompatível com as tradições católicas da Espanha e com os sentimentos religiosos do seu povo e pareceria, ademais, incoerente partindo do único Estado, além da Santa Sé, que se proclamou constitucionalmente católico.

Dai a posição do regime franquista, não aceitando como válidos os movimentos do clero chamado jovem, ou progressista, que pretende superpor as novas linhas papais aos velhos, profundos e concretamente definidos compromissos religiosos e políticos da Santa Sé com o Estado espanhol.

Em virtude dessa firme atitude do Governo de Madrid, em meados de 1968 algumas das dificuldades existentes com o Vaticano somente encontraram solução quando satisfeitos os interesses espanhóis.

Opus Dei

A fundação do Opus Dei, em fins de 1928, obedeceu a razões doutrinárias que aconselhavam estabelecer as relações Igreja-Estado com base no princípio da liberdade de consciência. A orientação filosófica do Opus Dei assentava-se na laicidade vital, para conformar-se com o preceito católico de que a Igreja não é uma sociedade política e sim religiosa e de que existe uma relação vital entre o Filho de Deus e o corpo social da humanidade, do Cristo com o gênero humano em sua unidade e que isso implica na igual dignidade pessoal de todos os homens e nas múltiplas sociedades particulares.

Segundo tal raciocínio, a estas sociedades pertencem a Família, o Estado e ainda a Sociedade dos Estados, porque o bem comum, fim essencial de cada um deles, não pode existir, nem ser concebido, sem a sua relação implícita com a unidade do gênero humano.

O fundador do Opus Dei, Monseñor Escrivá de Balaguer, sacerdote espanhol, declarou que a finalidade da Organização seria "promover a santificação dos laicos, mediante sua ação livre e responsável no seio das estruturas temporais, a elas levando o fermento da mensagem cristã". O substantivo santificação é tomado no

sentido de educar religiosamente; de moralizar a conduta dos homens; de fazê-los celebrar a própria vida seguindo os preceitos da fé; de se elevarem, enfim, os leigos pela prática severa dos princípios religiosos.

A preocupação do Opus Dei, de acordo com sua inspiração formadora, era pois nitidamente religiosa, como intento de defender-se o homem dentro das fronteiras da própria consciência santificada contra toda a invasão ou alienação procedente de seu mundo exterior, salvando assim o próprio ser natural e a própria liberdade.

Esses motivos determinantes da Organização exerceram, desde logo, uma forte atração no meio católico espanhol e o Opus Dei tornou-se uma entidade poderosa.

Conta êle com sacerdotes em sua estrutura básica, à semelhança de outras congregações ou instituições religiosas, mas o recrutamento de adeptos é feito entre os leigos de ambos os sexos. Estes, como membros ativos e elementos de propagação da fé, produzem os três votos essenciais: desambição, obediência, pureza. Esses três votos, correspondentes aos de pobreza, obediência e castidade, têm, porém, sentido mais amplo e conceito mais moderno. A pobreza pode não ser uma virtude, mas uma fatalidade; pode não ser um testemunho meritório, mas um fracasso; pode não produzir o bem sem produzir o mal; pode produzir o mal sem produzir o bem. A desambição é uma qualidade mais ampla, contém o compromisso de não desejar veementemente o poder, a glória, a riqueza, de não cobiçar, de não invejar, de não aspirar imoderada e injustamente. A obediência tem o sentido da disciplina e da tomada de consciência de um dever. A pureza não é um pressuposto de mera castidade, mas um objetivo de limpidez em todos os atos da conduta humana, de retidão, de transparência, de dignidade e de autenticidade pessoal.

Atualmente congrega o Opus Dei milhares de adeptos, compreendendo 68 nacionalidades e trabalhando em todos os países da Europa Ocidental, em quase todos das Américas, em muitos da África, Ásia e Oceania. A sua direção não é pessoal e sim co-

legiada. Exerce-a em âmbito nacional uma comissão constituída por maioria absoluta de leigos, de distintas condições e posições sociais, e presidida por "Conciliário", cujo chefe, via de regra, é um sacerdote do respectivo país. Em Espanha, o chefe do "Conciliário" é o Padre Florencio Sanchez-Bella.

Ainda de acordo com as palavras de Monsenhor Escrivá, "sendo o Opus Dei uma Organização sobrenatural e espiritual, limita-se o seu governo a dirigir e orientar o trabalho apostólico, com exclusão de qualquer tipo de finalidade temporal".

Não obstante, a circunstância de haver o Estado espanhol se confessado, em suas Leis Constitucionais e na Concórdata, católico-apostólico-romano, identificando-se com a Igreja e esta com aquêle, fez com que o Opus Dei se sentisse como excedente em sua missão evangélica. As ordens eclesiásticas comprometidas com o Estado passaram a considerar provocadoras as atitudes do Opus Dei, que enfatizavam a necessidade da absoluta prevalência da consciência individual sobre o confessionalismo do Estado.

Essa atitude reivindicatória da consciência do indivíduo, em termos de comparação e de conflito entre a liberdade pessoal e a formulação orgânica Estado-Igreja, arrastaria o Opus Dei a uma atuação política não prevista em suas razões criadoras.

Não mais podendo, na Espanha, dirigir e orientar o trabalho apostólico, por força da união da Igreja com o Estado e da consequente direção e orientação desses trabalhos pela hierarquia eclesiástica, o Opus Dei precisou considerar que finalidades temporais deveriam ser atingidas para a sua sobrevivência e consecução dos fins espirituais que inspiraram seu nascimento. Daí, uma tática política de penetração nas esferas governamentais passou a ser exercitada com meticulosa eficiência. A catequese se fez e é feita, com êsses objetivos, entre homens de empresas, para fortalecer o poderio econômico; entre homens do povo, para fortalecer o poderio popular; entre altos funcionários e membros do Governo, para fortalecer o poderio político do Opus Dei.

Contra tudo isso, reagem as Ordens eclesiásticas da Espanha, a cada dia porém mais vulneradas pela doutrina da laicidade e pelas tímidas, mas sempre crescentes, definições de elementos do Vaticano, e do próprio Papa, no sentido da abolição de compromissos confessionais com os Estados.

Estes conflitos, ações e reações religiosas e políticas tornam o Opus Dei, de modo especial na Espanha, uma Organização altamente discutida. Para grande parte da opinião pública, êle nada mais é do que um grupo de pressão, cuja finalidade religiosa seria meramente instrumental para o seu real objetivo de controlar todas as forças econômicas e, através delas, as forças políticas da Nação. Para outros setores dessa mesma opinião pública, a acusação seria impropriedade e persecutória, entendendo êles que o Opus Dei é uma trincheira de luta pela liberdade individual e de resistência aos atentados contra a consciência religiosa da pessoa humana.

Sindicalismo

Poucos foram os movimentos sociais que alcançaram a importância, a amplitude e a profundidade do sindicalismo. Chegou êle a culminâncias capazes de auxiliar, fundamentar e por vezes alterar, ou paralisar, a ação política do Estado. Em muitas ocasiões, o processo social e político dos sindicatos impôs modificações substanciais na conduta estatal; em outras, acabou por caracterizar e compor a própria estrutura do Poder Público nacional.

Após um longo período embrionário de associações profissionais, o surgimento das forças trabalhistas como elemento considerável de ação política e fator de problemas sociais conduziu, após a Revolução de 1848, à organização do sindicalismo, a princípio apenas força defensiva ante um capitalismo pouco concentrado.

A subsequente evolução capitalista e sua crescente tendência monopolizadora tornaram, porém, imperativas uma revisão de conceitos na organização sindical e a sua institucionalização em órgãos profissionais, como entidades públicas de direito. Deixou, assim, o sindicalismo de ser um meio regulador de salários e condições de trabalho. Ultrapassou êsses objetivos, tornando-se atuante no desdo-

bramento econômico e intervindo na ordem social como força política.

Na Inglaterra, o sindicalismo aparece como criador de movimentos e inspirador de partidos; nos Estados Unidos, surge como grupo de pressão eleitoral e legislativo; na União Soviética, como instrumento do partido único, para organizar as massas trabalhadoras e cumprir uma tarefa doutrinária, social e política, conforme os princípios, os objetivos, as necessidades e táticas do marxismo soviético; na Alemanha Ocidental, a sua presença está ligada às funções de gestão econômica e social, contidas numa bem organizada e objetiva atividade político-sindical.

Nos países onde ainda não se estruturaram os sindicatos em termos legais e doutrinários bem definidos, o movimento reivindicatório toma, geralmente, aspectos revolucionários, visando à alteração da ordem social e política estabelecida, o que predispõe e facilita a participação e as influências comunistas e socialistas, a pretexto de procedimentos radicais e indispensáveis à organização profissional.

Na Espanha, antes da Guerra Civil, o movimento sindical esteve permanentemente dividido entre a UGT (União Geral dos Trabalhadores) e a CNT (Confederação Nacional dos Trabalhadores), a primeira representando o movimento sindical socialista e a segunda, o movimento sindical anarquista. Constituíram-se, pois, essas entidades em sindicalismo de lutas de classes e protestos, somente não exercendo mais profunda influência pelos antagonismos e divergências que as separavam.

Após a Guerra Civil — único instante em que a UGT e a CNT se uniram ao lado do Governo Republicano —, passaram ambas à ilegalidade por disposição das forças vitoriosas.

José Antonio Primo de Rivera, figura central da Falange e quem primeiro propôs a união desta com a JONS, origem do Movimento Nacional, foi o ideólogo nacionalista do sindicalismo. Justificava-o dentro de uma forma especial, com estas palavras:

“Nem os benefícios do capital, hoje em dia frequentemente injus-

tos, nem as tarefas do trabalho estarão determinados pelos interesses ou pelo poder da classe, mas sim pelo interesse conjunto da produção nacional e pelo poder do Estado.”

Desse modo, o sindicalismo ideado por José Antonio era o sindicalismo do Estado e da ordem, para se contrapor ao sindicalismo das classes. Era, também, o sindicalismo da produção nacional, cujos interesses ficavam postos acima dos interesses dos profissionais organizados em sindicatos.

Dessa maneira, o sindicalismo espanhol concebido por José Antônio seria a imposição trabalhista através do poder do Estado. Passaria tal organização a constituir finalidade estatal e fundamental objeto de sua atenção. Essa teoria, com as modificações, desenvolvimento e interpretação posteriores, acabou resultando na estrutura unificada da atual Organização Sindical espanhola.

Compreende ela seções de empregados e patrões, que se denominam, respectivamente, sociais e econômicas. É considerável a sua representação nos órgãos construtivos do Estado e especialmente no Conselho do Reino e nas Córtes, chegando nestas últimas a serem majoritárias. O Presidente da Organização Sindical tem assento no Gabinete, como Ministro-Secretário-Geral do Movimento. Participa ativamente das negociações de convênios coletivos e da organização e administração de serviços sociais.

A Organização Sindical na Espanha, portanto, desfruta de uma posição privilegiada na estrutura formal do Estado, o que não tem paralelo em organizações congêneres de outros países. Esta posição, que se lhe atribuiu para torná-la essencialmente um instrumento da política estatal, deu-lhe, porém, tanta força que a Organização Sindical espanhola pôde ir caminhando para o exercício de uma atividade cada vez mais autônoma. Isto lhe permite apresentar-se com crescente independência diante do poder político, sem perder as condições influenciadoras dentro do Estado, que a sua natureza inicial lhe conferiu.

Todavia, esse desdobramento liberalizador do sindicalismo espanhol não

foi suficiente para estancar os processos reivindicatórios de completa independência e autonomia. De fato, generaliza-se a pressão no sentido de modificar a Organização Sindical, subtraindo-a à vontade do Estado. Sem ter em vista a natureza do regime, aumentam os adeptos e propugnadores de uma Organização Sindical representativa da vontade de todos os seus membros, ao invés de imposta pela direção política do país. Os movimentos sindicalistas internacionais influenciam naturalmente os trabalhadores espanhóis nesta fase de postulações.

Um movimento sindical unido, forte, livre e responsável, reconhecido pela lei, mas isento do controle governamental, começa a ser uma bandeira operário a contrapor-se às formulações institucionais do sindicalismo estatal espanhol. A tese de que um movimento sindicalista livre, genuinamente representativo, constitui um pressuposto de respeito às liberdades civis básicas, é o tema universal que começa a ser colocado com mais intensidade entre as fronteiras espanholas.

A Espanha, porém, é um país altamente definido, em sua história e tradições, como daqueles que costumam adotar soluções próprias e, por isso mesmo, típicas. Daí não ser ainda oportuno supor que aceite tais postulados e modifique abruptamente ou em futuro próximo as suas características particulares de sindicalismo. Não é, pois, de esperar-se que aqui se reproduzam quaisquer tipos uniformes de sindicalismo instituídos em outros países. A evolução do sindicalismo espanhol vem-se processando lenta, mas firmemente, hoje muito distanciada das concepções originárias de José Antônio e bastante liberalizadas posteriormente à sua implantação.

Em Congresso reunido em Tarragona, em maio de 1968, por iniciativa da Organização Sindical, várias conclusões foram adotadas, visando à revisão da Lei, após amplas consultas preliminares entre os membros do sindicato. Estas conclusões foram enviadas ao estudo de uma Comissão Ministerial, esperando-se que as propostas de revisão da Lei sejam apresentadas às Córtes, em futuro próximo.

Pretende a Organização que os cargos investidos da autoridade no Movimento Sindical, em todos os níveis, sejam preenchidos por eleição. Pede, também, autonomia e igualdade entre as associações de empregadores. Solicita que os funcionários designados fiquem subordinados aos dirigentes sindicais eleitos. Embora enquadradas nas leis do Estado, advoga sua independência de direção ou controle de qualquer movimento político. E, por último, propugna pela liberdade de expressão e reunião no âmbito da entidade sindical.

Com isso, considera o Congresso de Tarragona, de 1968, haver cumprido a recomendação do Congresso Sindical de Madri, de 1962: "adequar sua estrutura aos ensinamentos das experiências e às perspectivas que a convivência nacional de nossos dias oferece".

O Governo vem aceitando esses procedimentos com naturalidade e talvez até mesmo os julgue necessários como dados para apreciar sua própria conduta, e também como testemunho de sua marcha para a liberalização do regime.

O Generalíssimo Franco, em recente entrevista, deixa patentes esse sentido e intenção:

"Nossa democracia recebe do povo seus anelos e necessidades, como o demonstram os Conselhos Sindicais, Provinciais ou Comerciais, nos quais são debatidas e estudadas as soluções dos problemas que os afetam. Se assim não fôsse, como teríamos mantido a fé e o progresso em tôdas as ordens durante 30 anos?"

Na Espanha de hoje ainda é verdade afirmar-se que a Organização Sindical, juntamente com o Movimento Nacional, o Exército e a Igreja, continuam sendo os elementos de sustentação política, social e ideológica do Estado, correspondendo, senão totalmente, pelo menos substancialmente, às inspirações do Caudilho na fase pré-orgânica, no período de concepção doutrinária, captada dos impulsos e aspirações da Revolução Nacional.

A questão universitária

O ano de 1968 caracterizou-se na esfera universitária por intensas agitações que levaram à mobilização das

classes estudantis, iniciando o nível médio, e com o apoio dos sindicatos e de forças políticas principalmente de esquerda, a exemplo do que ocorreu em inúmeros outros países.

Na Espanha o problema também se colocou, embora com menor intensidade do que na França, atingindo primeiro Madri, depois Barcelona, e as demais universidades do País nos meados do ano. À medida que os dias passavam, a violência estudantil aumentava e a participação de agitadores tornava-se mais evidente, crescendo no meio dos estudantes os elementos profissionais e técnicos em escaramuças com a força pública.

O Governo a princípio reprimiu com energia as manifestações estudantis, o que provocou um movimento de unificação da juventude espanhola e manobras de solidariedade nas áreas políticas mais variadas. Advertido de que a repressão agravava a situação, e para evitar acontecimentos análogos aos de maio em Paris, resolveu o Governo transigir e estabelecer o diálogo, sacrificando o Ministro da Educação e o Reitor da Universidade de Madri, que foram substituídos pelos atuais. A medida provocou um alívio transitório que permitiu às autoridades apresentar o projeto de reforma de ensino e anunciar medidas para sua democratização, através da melhoria de métodos e da consideração do problema, em termos de razoável amplitude, no II Plano de Desenvolvimento.

Todavia, a circunstância de tais medidas não terem sido precedidas por um estudo conjunto em comissão paritária, como o desejavam os estudantes, reativou a ação reivindicatória após as férias de fim do ano letivo, evidenciando-se no segundo semestre os mesmos aspectos que ameaçaram deteriorar a autoridade no período anterior.

Voltou o Governo a agir em termos de prevenção, desta vez através de investigações, do que resultou surpreender e autuar inúmeros líderes, inclusive não estudantes, procedentes não só das esquerdas, como também das alas clericais.

Assim, verificou-se que em três paróquias da província de Barcelona realizavam-se reuniões políticas não

apenas em torno do problema estudantil, mas também de natureza nitidamente oportunista e subversiva da ordem constitucional. Sucederam-se prisões, apreensões de manifestos contrários à ordem pública, e lavraram-se autos de flagrantes naquelas paróquias no momento exato em que ali se imprimiam folhetos destinados à distribuição entre as Forças Armadas e a elas dirigidos.

O Arcebispo de Barcelona recebeu das autoridades a notificação, já com os fatos consumados, de que se efetuara, com base na Concordata de 1953, uma completa revista nas paróquias da diocese, por motivo de urgente necessidade, relativa à segurança do Estado, conforme a hipótese autorizativa daquele instrumento.

Essas diligências, iniciadas no campo estudantil, transbordadas para o político, para o eclesiástico e para o militar, deram ao Governo um quadro de preocupações graves que o levaram afinal a decretar o estado de exceção pelo prazo de 90 dias. O estado de emergência conteve as agitações devido às suas características extremamente severas, já que suspendeu as garantias dispostas no *Fuero de los Españoles* e excluiu qualquer possibilidade de recursos a medidas judiciárias.

O Governo tinha, entretanto, o maior interesse em voltar o mais breve possível a normalidade constitucional, para não enfraquecer a sua posição perante as Nações Unidas, onde se apresentava no plano da vida interna nacional como um agente liberalizador e, no plano externo, como responsável por espontâneo e intenso processo de descolonização.

Com efeito, havia ele se reconciliado com os melhores postulados do Direito Internacional contemporâneo — os princípios da autodeterminação e a não-intervenção — pela outorga de independência da Guiné, que se processara de forma inatacável, merecendo dos observadores da ONU um amplo e justo elogio. Não lhe convinha, portanto — no instante em que, afinal, a Espanha começara a ganhar autoridade e consideração na comunidade mundial, colocando-se em situação nitidamente vantajosa com relação à Inglaterra — destruir inter-

namente, através de um estado de levantamento de direitos e garantias, tudo quanto construira externamente, fazendo com que as demais Nações comesçassem a reconhecer a sinceridade do Governo espanhol na sua anunciada marcha para a democratização.

Estes motivos, aliados à proximidade da época de fruição das correntes turísticas na Espanha, determinaram que o Governo agisse com a mais extrema rapidez de modo a poder antecipar o prazo, que a si mesmo impusera, para o lapso de suspensão dos direitos constitucionais.

O Livro Branco sobre a educação foi então editado, com ampla divulgação, procurando cativar o interesse da juventude para obra revisionista do ensino planificado pelo Estado.

Cabe assinalar que a disposição do Governo em identificar as causas da deficiência de sua estrutura educacional e os motivos de rebelião da juventude é de tal ordem que não hesitou — e foi a Espanha o único país que já o fez — em submeter a técnicos da UNESCO o seu projeto de reforma do ensino assegurando-lhes ampla investigação e plena liberdade de críticas.

A Educação: Reforma e Livro Branco

Com a promulgação da Lei Orgânica do Estado, foi reconhecido, pela primeira vez desde a implantação do atual regime, o direito de greve. Imediatamente, trabalhadores e estudantes passaram a utilizar-se desse instrumento, inédito na vida política contemporânea do país. Reclamaram os universitários, daí por diante, o direito à livre associação. Ao defendê-lo, implicitamente repudiavam o Sindicato Espanhol Universitário (SEU), organismo oficial dependente do Movimento e que lhes coordenava as atividades. No que se refere aos aspectos técnicos, os seus propósitos de reforma visavam à obtenção de maiores dotações orçamentárias através das quais se pudessem criar novas faculdades. Igualmente, pretendiam uma modificação dos currículos, com vistas a adaptá-los às exigências da vida moderna; do sistema de seleção do professorado e da instituição da cátedra; dos requisitos necessários ao

acesso à educação superior; e, finalmente, novas técnicas didáticas.

A ausência de planificação dos últimos anos originou uma progressiva crise de instalações elementares. Careciam os centros de instrução superior de laboratórios; constatava-se um número excessivo de alunos por salas disponíveis, as instalações eram precárias e o corpo docente desestimulado a adotar novas técnicas de ensino.

A modernização da sociedade espanhola repercutiu sobre o sistema educacional, exigindo-lhe um ritmo de crescimento muito superior ao dos demais setores. Percentualmente à renda nacional, a Espanha é, dentre os países da Europa Ocidental, um dos que menos recursos emprega no setor. Como se sabe, a evolução de despesas com a educação nos países desenvolvidos é essencial à manutenção do ritmo do desenvolvimento absoluto e relativo nas despesas com o setor. Na Espanha, o ritmo de crescimento dos investimentos no setor educacional não foi tão intenso como nos demais países da Europa, nem se mostrou conforme à sua expansão econômica, como se depreende dos valores expressos na seguinte tabela.

Gastos públicos com a educação Percentualmente à renda nacional

	1950	1960	1965
Alemanha	3,2	3,9	4,2
Austria	—	3,7	4,8
Bélgica	2,1	5,7	7,1
Espanha	1,2	1,5	1,3
França	1,9	3,2	4,6
Grécia	—	1,8	2,3
Holanda	3,5	5,9	7,0
Inglaterra	3,2	5,3	6,2
Itália	2,9	5,3	—
Noruega	3,2	5,4	6,9
Portugal	1,4	2,2	1,9
Suécia	3,5	5,4	—
Suíça	—	3,4	4,6

(Fonte: UNESCO. Statistical Year Book, 1966)

Por outro lado, cumpre notar que a estrutura do sistema educacional espanhol ainda se filia às práticas dominantes no século XIX sendo portanto insatisfatória para as características, tendências e necessidades sociais dos tempos correntes. Sobre essa estrutura tradicional formam-se

agregando algumas inovações, como apêndices superpostos, mas sem a integração orgânica que exige o caráter unitário e global da educação moderna. O acesso a níveis superiores de ensino, por exemplo, revela-se diretamente vinculado à categoria sócio-econômica do estudante, podendo-se mesmo afirmar que coexistiam no país dois sistemas educativos: um, para os núcleos sociais mais elevados e que, via de regra, beneficiava as famílias das classes alta e média; e outro, para as camadas sociais menos favorecidas, principalmente operários e agricultores. Encontrava-se assim deturpada a finalidade precípua de qualquer sistema educativo moderno, qual seja a de transformar-se num instrumento efetivo de mobilidade social, propiciando a seleção com base nas qualificações e aptidões individuais, e não na procedência social dos candidatos.

Este quase imobilismo na evolução dos sistemas educacionais é na verdade uma característica peninsular. O fenômeno corresponde também a Portugal, com a cátedra vitalícia e o diagrama cultural de elite, de que é índice expressivo a Universidade de Coimbra, com suas práticas medievais, pouco permeáveis a democratização do ensino. Na realidade, os fatores de desatualização do ensino na Espanha e em Portugal foram transferidos à América Latina, seja ao Brasil, seja aos países de origem hispânica. A ascendência cultural das duas pátrias-mães haveria de tornar-se responsável pela defeituosa implantação do ensino e pelas limitadas possibilidades de acesso à cultura que afinal se verificaram nas nações ibero-americanas.

Assim, a importância da reformulação a que se propõe o Governo espanhol transcende os limites deste país, pois as mesmas razões de transferência originária de concepção escolar universitária, didática e pedagógica, acabarão por dela extravasar-se mais uma vez, influenciando a evolução do processo nas nações de sua língua e de sua tradição.

Em fevereiro do corrente ano, o Senhor Villar Palasi, Ministro da Educação, apresentou à Comissão das Cortes Espanholas as bases para a futura política a ser empreendida no

setor educativo, consubstanciadas no chamado "Livro Branco".

O "Livro Branco" traduz o propósito do Governo de equacionar o problema da educação nos seus múltiplos aspectos, representando um meio de informação e consulta com a nação e com os setores diretamente interessados. Nêle se informa a respeito dos estudos levados a cabo pelo Ministério da Educação e Ciência, dos diagnósticos pertinentes e da orientação que deverá pautar a reforma do sistema. A obra está concebida em duas partes, sendo a primeira uma apreciação do sistema vigente, sua análise e crítica. Seguem-se-lhe levantamentos sôbre a distribuição e classificação da população escolar e da procedência social dos estudantes. O Livro procura aprofundar-se no estudo dos fatos que considera prejudiciais à evolução cultural do país e os analisa com meritório esforço de tomada de consciência social. Dá especial ênfase aos métodos empregados nos níveis primário, médio e superior. No correr de doze capítulos, enriquecidos com oitenta e dois quadros estatísticos diversos, procuram os técnicos da equipe governamental apresentar realisticamente a questão, abrangendo desde o início pré-escolar ao universitário.

A segunda parte refere-se às opções existentes para a reforma do sistema. A orientação oficial assenta-se em duas premissas fundamentais: direito de todos os cidadãos receberem instrução elementar e igualdade no que concerne às oportunidades de acesso ao ensino superior. Cumpre desde já ressaltar, pelo seu conteúdo e atualidade políticos, a sugestão de conceder às universidades maior autonomia, e de adotar, no ensino superior, novos métodos de recrutamento de professores e admissão de alunos.

Os princípios que consubstanciam a filosofia do Governo na matéria são, em síntese, os seguintes:

- a) todo cidadão tem o direito de receber uma educação geral básica, e igual oportunidade de acesso aos estudos posteriores, em função exclusiva de sua capacidade e vocação. A educação básica será obrigatória e gratuita. Os estudos de nível médio serão igualmente obrigatórios e gra-

tuitos tão logo o permitam as condições econômicas e sociais do país;

- b) a educação deverá inspirar-se, em todos os seus níveis, no conceito cristão de vida que recolhe e potencializa todos os valores humanos, e nos princípios do Movimento Nacional. A educação visa ao preparo da juventude para o exercício responsável da liberdade e procurará fomentar a integração social e a unidade e convivência nacionais, respeitando e cultivando os valores regionais que enriquecem a unidade espanhola;
- c) a educação é concebida como um processo permanente ao longo da vida do homem, que deve prosseguir após os estudos realizados dentro do sistema educativo regular;
- d) a estrutura do sistema educativo obedecerá a um critério de unidade e interrelação, para que a educação se desenvolva como um processo contínuo, adaptado às etapas da evolução psicobiológica do aluno, procurando estabelecer as especializações necessárias e as oportunidades de emprego de mão-de-obra e de profissões que oferece o país;
- e) o ensino partirá de experiências significativas, com ênfase na atividade prática, na criação e na espontaneidade inovadora;
- f) o sistema educativo oferecerá oportunidades para a reincorporação aos estudos sistemáticos de quantos os tiverem interrompidos para incorporar-se ao trabalho, incluindo instituições e serviços de adultos e de extensão cultural que proporcionem os meios necessários à promoção profissional e social através da educação;
- g) o objetivo fundamental da política educativa será o de incrementar o rendimento de todo o sistema, de maneira a que responda às necessidades presentes e futuras da sociedade espanhola;
- h) o Estado fomentará a expansão e o aprimoramento do ensino público e estabelecerá as ligações

necessárias para estimular a cooperação e a participação na obra educativa da família, da Igreja, das instituições do Movimento, dos Sindicatos, das Corporações locais, das empresas, das associações, das entidades sociais locais, e dos particulares. Adotar-se-ão as medidas necessárias para que o fato de residir no meio rural não impeça o acesso aos níveis educativos.

No que concerne à participação estudantil na vida universitária, a orientação que rege a matéria é no sentido de que cabe ao estudante cooperar permanentemente no aprimoramento do ensino superior e, portanto, participar dos órgãos de direção universitária através de representantes livremente eleitos. A constituição de associações universitárias deverá nortear-se por finalidades autenticamente ligadas ao desenvolvimento da educação, tanto em seu processo interno como em relação às exigências que a sociedade impõe à universidade.

A aplicação das distintas reformas propostas pela nova política educacional do Governo será objeto de uma cuidadosa programação a curto e a longo prazo, no âmbito nacional e provincial. No momento, encontra-se em fase de elaboração o projeto de lei que constituirá a base das futuras modificações do ensino espanhol.

POLÍTICA EXTERNA DIPLOMACIA PARA O RECONHECIMENTO (1936-1939)

O primeiro grande objetivo diplomático do Estado nascido em 18 de julho de 1936 foi o de obter aliados e reconhecimento. A implicação de simpatia ideológica que trazia o reconhecimento, dado o caráter especial da luta travada na frente interna, tornou esta tarefa particularmente difícil. Desta forma, entre 1936 e fins de 1939, apenas Guatemala, El Salvador, Itália, Alemanha, Albânia, Nicarágua, Santa Sé, Japão, Hungria e Portugal mantinham relações com a Espanha de Franco. As demais nações só começaram a se manifestar depois de abril de 1939, quando o número de países que haviam regularizado suas relações com a Espanha chegou a 53.

Nos primórdios da Revolução Nacionalista, o incipiente e embrionário Ministério de Assuntos Exteriores já dava a sua primeira contribuição ao novo Estado negociando e promovendo a assinatura de um Acôrdo com a Itália, subscrito em 28 de novembro de 1936. Este instrumento previa a neutralidade no caso da participação de qualquer dos signatários em conflito armado. Pouco depois, idêntico Acôrdo era firmado com a Alemanha.

Em 1939, terminada a Revolução e já com o Governo em período de consolidação, assinou a Espanha com a França, país com o qual não mantinha relações diplomáticas, compromisso que assegurava a devolução ao Governo espanhol dos bens depositados no país vizinho durante a Guerra Civil. Este Acôrdo nunca foi cumprido.

O primeiro instrumento internacional que a Espanha contrataria em forma própria e devida foi o Tratado Hispano-Português de Amizade e de Não-Agressão, firmado em março de 1939.

Logo após voltava o Governo a ser parte no cenário internacional, aderindo ao Pacto Anti-Komintern de 1939.

Começa então a firmar-se a posição que a Espanha invocaria mais tarde. Todos os Acôrdos de Não-Agressão subscritos denotam a permanente preocupação do negociador em não assumir compromisso substantivo, sobretudo no caso de guerra. Estava assim a diplomacia espanhola muito prudentemente preservando a neutralidade futura, em conflito que já surgia de forma clara no horizonte europeu.

O primeiro triênio da diplomacia nacionalista foi, portanto, marcada pela constante busca de relações com países suscetíveis de manter aberto o diálogo com o novo Estado espanhol. Procurava-se, assim, através do reconhecimento, fortalecer a soberania nacional.

DIPLOMACIA DA NEUTRALIDADE (1939-1945)

Este período foi para a Espanha sumamente difícil no plano internacional. Apenas saído da Guerra Civil, o novo Governo constituído dava seus primeiros passos no momento em que

os demais povos ingressavam na conflagração mundial.

Logo de início, a Espanha comunicou às potências em litígio que observaria a mais estrita neutralidade. O General Franco resistiu com firmeza às pressões que recebeu diretamente de Hitler (Handaya — 23-10-40) e de Mussolini (Bordighera — 11-2-41), no sentido de assinar o Pacto Tripartido. Dirigia então o Ministério de Assuntos Exteriores, Ramón Serrano Suñer.

Em junho de 1941, com o início das operações militares entre a União Soviética e a Alemanha, apoiou o Governo Nacionalista a formação da Divisão Azul, de 20.000 homens, voluntários, que combateram na frente oriental ao lado dos alemães. As referências que hoje são encontradas sobre o fato revelam o caráter voluntário dos componentes da famosa Divisão.

Os aliados, assim o atestam discursos de Churchill e de Anthony Eden, cuidadosamente citados pelos espanhóis, reconheceram a importância da neutralidade da Espanha.

DIPLOMACIA DO BLOQUEIO

(1946/1950)

Começa, com o advento da paz, a época amarga da diplomacia espanhola. Se bem que durante o conflito mundial o neutralismo tivesse sido aceito e até mesmo louvado, o pós-guerra surgia diferente. Começou a Espanha a sofrer castigos e sanções pelas vinculações que tivera durante a Guerra Civil com alemães e italianos.

A Declaração de Potsdam, de julho de 1945, firmada pelos Estados Unidos, URSS e Inglaterra, fechou à Espanha as portas do Organismo Internacional que surgia em São Francisco. Ao mesmo tempo, a França facilitava atividades terroristas dos exilados espanhóis republicanos, que, durante a Revolução, lá se haviam refugiado. A imprensa mundial, por outro lado, apresenta o Estado espanhol como o odioso remanescente do nazi-fascismo apenas derrotado.

Em 1946, a França, o vizinho respeitado — Portugal é o vizinho impo-

suas fronteiras. Começa o longo período em que a Chancelaria espanhola, habilmente conduzida por Alberto Martín-Artajo, procura esgrimir e repelir os ataques que sem descanso são dirigidos contra o seu país em todos os foros internacionais.

Em dezembro de 1946, as Nações Unidas aprovam recomendação para a retirada dos Chefes de Missão acreditados em Madri e de não-admissão da Espanha em organismos internacionais. Só permaneceram em seus postos o Nuncio Apostólico, o Embaixador de Portugal, e o Ministro da Suíça. Como sempre acontece em casos dessa natureza, o povo reagiu às pressões externas dando demonstrações de total apoio ao seu Caudilho e à política por ele preconizada. Paradoxalmente, portanto, as pressões e dificuldades sofridas pela Espanha naquele período contribuíram para fortalecer o Governo nacional e aglutinar a grande maioria dos espanhóis ao redor do Chefe do Estado. Assim mesmo, até 1950, sofreu este país duramente com o isolamento que lhe era imposto.

A difícil situação econômica, agravada com a exclusão da Espanha dos benefícios do Plano Marshall, criou momentos de desespero. Não fora o auxílio prestado pela Argentina, fornecendo trigo sem obrigações de pagamento imediato, o povo espanhol teria chegado à fome.

Pouco a pouco, porém, graças à ação pertinaz da diplomacia e ao apoio que começa a conseguir junto aos países hispano-americanos, decididos (Argentina, República Dominicana, Equador, Costa Rica, El Salvador e Paraguai) a assumir a defesa da Mãe-Pátria, o quadro internacional evolui favoravelmente. Em 1948, a França promove, por sua exclusiva iniciativa, a reabertura das fronteiras. Por fim, em outubro de 1950, as Nações Unidas revogam a violenta medida de 1946.

Esta solução da ONU marca o fim do isolamento e as perspectivas internacionais do país começam a melhorar sensivelmente. Ainda aqui, no entanto, a medida somente foi adotada com vistas aos interesses mais imediatos dos aliados. O Pentágono julgara, com efeito, necessário consti-

tuir bases militares em território espanhol. A iniciativa tinha de ser precedida de um gesto amistoso, considerando que o país sentia profundamente os efeitos do bloqueio político e econômico. Dean Acheson, no mesmo ano de 1950, propôs, então, US\$ 62 milhões de empréstimo à Espanha, que serviriam para atender apenas aos compromissos mais urgentes do país. Tal empréstimo ensejou, por outro lado, o início da aproximação com os Estados Unidos, através das negociações de 1951, de que resultaria, em 1953, a fixação norte-americana em bases militares no território espanhol.

DIPLOMACIA DO RESSURGIMENTO (1951 AOS NOSSOS DIAS)

a) Relações com Portugal

Apesar da contigüidade geográfica, demonstra a História que as relações entre os dois países ibéricos nunca se pautaram pela existência de vinculações profundas e amistosas no campo intelectual. No início da Guerra Civil, porém, por motivos políticos e de interesses entre os regimes de Franco e Salazar, o entendimento melhorou consideravelmente, concluindo-se o chamado Pacto Ibérico, em 1939.

Desde o primeiro instante da Revolução espanhola, o Governo português demonstrou, com palavras e atos, sua simpatia pelo Movimento, chegando mesmo a enviar uma legião para apoiar, simbolicamente, as tropas de Franco.

Em 1937, Lisboa nomeou seu primeiro agente diplomático junto ao Governo de Burgos e, um ano mais tarde, acreditou-o como Embaixador.

Em 1939, foi igualmente assinado em Lisboa o primeiro Tratado no qual a Espanha nacionalista figuraria como Estado Signatário. Este Tratado, até hoje vigente, apresenta as seguintes principais características:

1) obrigações *ut non facias*:

- jamais faltar ao absoluto respeito das fronteiras e territórios;
- não agressão;
- não prestar auxílio ou assistência de qualquer tipo a possíveis agressores da outra Parte Contratante;

— não permitir a utilização do território de cada uma das Partes para agressões atentadas contra a outra Parte;

2) obrigações *ut facias*:

— qualquer Pacto ou Tratado de aliança celebrados no futuro entre uma das Partes Contratantes e terceiros Estados respeitará sempre os compromissos do Pacto Ibérico;

— os Governos português e espanhol acordam pelo Protocolo Adicional firmado em 1940 salvaguardar seus interesses mútuos sempre que se verifiquem fatos que possam comprometer a inviolabilidade dos seus respectivos territórios metropolitanos, ou constituir perigo para a segurança ou independência de uma das Partes.

Dentro do espírito que surgiu com o Pacto, Salazar e Franco, a partir de 1942, celebraram entrevistas periódicas nas quais passavam em revistas os principais problemas que pudessem interessar aos seus respectivos países.

Foi assim consolidada a política de fraterna solidariedade peninsular. Em várias ocasiões este sentimento foi posto à prova tendo sempre resistido a eventuais dissidências conjunturais. Nos debates das Nações Unidas, no exame dos problemas da OTAN, no incidente do Santa Maria, no caso de Goa e, até muito recentemente, nas questões da descolonização, esteve sempre presente o espírito que o Ministro Castiella definiria como "a decisão de dois povos que têm um destino histórico próprio, de preservar e exaltar a personalidade de cada um, unindo-se em uma aliança superior que os defenda de qualquer ataque contra a sua independência ou o seu patrimônio espiritual comum".

b) Relações com a América Latina

A política exterior em relação à América Latina, particularmente aos países de origem hispânica, foi sempre conduzida pela Espanha com especial esmero e atenção.

Na época mais aguda da crise econômica do pós-guerra, quando se encontrava isolada econômica e politicamente por força do boicote imposto pelos Aliados pôde a Espanha, con-

forme já vimos, beneficiar-se do apoio da Argentina consubstanciado no fornecimento de alimentos em condições não comerciais.

Nas Nações Unidas, no momento em que se fazia necessário um permanente trabalho de persuasão para o rompimento deste bloqueio, um grupo de seis países hispano-americanos liderou a campanha para a reintegração da Espanha na comunidade internacional.

Na condução das suas relações com o mundo hispânico cumpre reconhecer que o Movimento Nacional nada mais fez do que dar continuidade à orientação traçada desde a segunda metade do Século XIX, quando já se haviam dissipado os naturais ressentimentos oriundos do processo da emancipação política das colônias americanas.

A criação do Instituto de Cultura Hispânica, em 1945, marcou o começo de uma política de aproximação sistemática e permanente com a América Latina no campo cultural, utilizando-se também esse órgão como instrumento valioso de fortalecimento da ação político-econômica espanhola na região.

Desde sua fundação, cuidou o novo organismo de preservar inteligentemente o patrimônio cultural e histórico hispano-americano. A idéia da Mãe-Pátria quase obsessivo e constante é o tema da ofensiva espanhola. A nação que ontem pedia socorro hoje presta assistência, dá apoio financeiro e promove reuniões de âmbito continental sobre temas de profundo interesse econômico e social para a América Latina.

c) Relações com os Estados Unidos

Apesar dos inevitáveis ressentimentos do Governo de Madrid contra os Estados Unidos, nação que não regateara simpatia e apoio à causa da República em 1936, os responsáveis pela ação diplomática tendente à reintegração da Espanha ao convívio internacional, tinham plena consciência de que o restabelecimento de relações com aquele país constituiria o caminho mais seguro para a colimação de seus objetivos.

Desta forma, a iniciativa de Dean Acheson em 1950, o primeiro empréstimo americano no mesmo ano e a ne-

cessidade que sentiu o Pentágono, em 1951, de construir bases militares em território espanhol foram etapas preliminares de fundamental importância para a ruptura do isolamento. Os Convênios de 1953 revelaram-se portanto decisivos para a recuperação econômica e política da Espanha. Negocia-se atualmente a sua renovação. Os fatores que hoje atuam já não são os mesmos de 1951 e 1953. O negociador espanhol se apresenta agora com um poder de barganha acrescido, respaldado por uma economia saneada e em expansão, do que resultam, naturalmente, pretensões mais ambiciosas.

A renovação dos acordos, como se verá em outro capítulo deste relatório, constitui elemento básico para a definição das relações futuras entre os dois países. A Espanha de 1969, se bem que ainda tenha interesse em beneficiar-se das vantagens econômicas previstas naqueles instrumentos, dificilmente estará disposta a aceitar condições que não atendam a um mínimo de suas exigências iniciais.

Não obstante, em outros setores o entendimento entre os Estados Unidos e a Espanha parece em constante progresso sem ser prejudicado pelos pruridos democráticos que agitam, nos últimos tempos, o Congresso americano, que passou subitamente a preocupar-se pelo apoio que a assinatura e renovação dos acordos de 1953 teriam representado para o Regime de Franco. O tratamento sensacionalista que vem sendo dado ao assunto e sobretudo algumas intervenções isolacionistas de certos membros da Comissão de Relações Exteriores do Congresso, poderão, mais uma vez, aglutinar em torno do velho Caudilho amplas camadas da opinião pública cujo tradicional sentimento nacionalista será por certo ferido pela campanha anti-espanhola ora em curso nos Estados Unidos.

d) Relações com o Mundo Árabe

Nação cujas raízes étnicas e culturais se confundem em certo sentido com as do Mundo Islâmico por força dos quase oito séculos de permanência árabe na península ibérica, procurou sempre a Espanha preservar no plano de sua política externa estas vinculações especiais.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, a multiplicação de novos Estados árabes soberanos — decorrente da ruptura, sob a égide da ONU, dos últimos elos do colonialismo europeu —, propiciou à diplomacia espanhola traduzir em concreto apoio político às novas nações as relações peculiares a que nos referimos anteriormente.

Por sua vez, como é possível verificar pelas votações do caso espanhol na ONU, em 1949 e 1950, o bloco árabe sempre negou-se a endossar as sanções que vinham sendo aplicadas a este país. Nos demais Organismos Internacionais, é também intenso o intercâmbio de opiniões e perfeito o entendimento entre a Espanha e o mundo islâmico.

A tal ponto predomina nos meios diplomáticos espanhóis a convicção da necessidade de uma política sistemática de aproximação com os Estados Árabes, que em 1954 — a exemplo do que fora feito em 1945 para a América Latina —, foi criado o Instituto Hispano-Árabe de Cultura, que vem executando exemplar trabalho de cooperação cultural.

Mais recentemente, quando da Guerra dos Seis Dias e de seus antecedentes, as simpatias deste país foram sempre pró-árabes. Na continuação da crise do Oriente Médio, a Espanha tem procurado fazer valer a sua qualidade de nação mediterrânea, com melhores condições de diálogo com os povos árabes, para contribuir na busca de fórmulas capazes de solucionar o problema ou pelo menos diminuir as tensões.

e) Atuação na ONU

A partir de 1955, quando foi admitida na ONU, graças a um *package deal* concertado entre as grandes potências, a Espanha tem participado de todas as atividades da Organização superando os traumatismos do longo período de sanções e ostracismo a que fora condenada pela entidade internacional.

Hoje, e isto bem indica a habilidade da sua diplomacia, a Espanha faz parte do Conselho de Segurança e exerce marcada influência sobre grupos regionais, além de participar ativamente dos trabalhos de quase to-

das as agências especializadas da ONU.

A posição espanhola dentro das Nações Unidas poderia ser assim caracterizada: 1) — apesar de todas as suas deficiências, a Carta de São Francisco deve ser preservada, corretamente interpretada e defendida; 2) — deve ser estudada a possibilidade de convocação de uma conferência *ad hoc* para uma eventual reforma da Carta; 3) — é preciso evitar que a Secretaria-Geral ultrapasse os limites de seus poderes; 4) — é necessário encontrar fórmulas que não se baseiem simplesmente em cifras de superfície e de população para o restabelecimento do equilíbrio de poder dentro da Organização; 5) — é indispensável a reformulação do poder de veto; 6) — os grupos regionais devem exercer papel de maior importância.

GRANDES TEMAS DA ATUALIDADE INTERNACIONAL

a) Conflito Leste-Oeste

O Ministro de Assuntos Exteriores espanhol, em outubro de 1968, referindo-se perante a XXIII Assembléia Geral das Nações Unidas à posição de seu país em face do confronto Leste-Oeste, fez as seguintes observações:

“Empenhados em garantir nossa segurança nacional, não entramos, no entanto, no jogo da política dos blocos adversos e das tensões bélicas, quentes ou frias. Cremos nas possibilidades de coexistência pacífica entre países de diferentes regimes político-sociais e propugnamos pela distensão entre as duas grandes potências nucleares, embora rejeitemos qualquer intromissão em nossa política interna.”

Trata-se, pois, de uma nitida profissão de fé favorável à distensão internacional. A ressonância do fóro da ONU e a autoridade do porta-voz (responsável nos últimos doze anos pela direção da Chancelaria espanhola) tornam tais palavras bastante representativas da completa mudança da posição da Espanha em um quadro internacional também cambiante, cuja configuração há pouco mais de 15 anos em muito contribuiu para a

quebra do isolamento a que esteve submetido o país no após-guerra.

Com efeito, a rígida bipolarização de poder que cindiu a Grande Aliança recém-vitoriosa no conflito mundial, sua rápida evolução para um sistema de blocos militares antagônicos e as concepções estratégicas então desenvolvidas pelos Estados Unidos vincularam quase naturalmente a Espanha — por sua situação geográfica particularíssima à entrada do Mediterrâneo e da conhecida opção ideológica de seu regime — à vasta estrutura militar de proteção do Ocidente.

O significado desta vinculação para a ressurgente política exterior espanhola, sua importância como elemento dinâmico no processo de reconstrução econômica do País, as transformações substanciais que lhe impuseram a extraordinária e mutável conjuntura internacional no período considerado, suas perspectivas e peso específico no marco político-econômico da nação a curto e médio prazos, eis alguns dos temas que procuraremos desenvolver mais adiante.

Dêste breve exame fluirão necessariamente observações sobre o relacionamento bilateral espanhol com os principais representantes do bloco ocidental, França e Grã-Bretanha em particular, bem como esclarecimentos quanto aos motivos determinantes da ausência de associação formal entre a Espanha e o grupamento militar atlântico como um todo.

A luz de tais considerações, e tendo sempre presente o conteúdo globalizante da política exterior deste País, passaremos em revista a transformação clara da posição espanhola — antes antagônica em termos dogmáticos e abruptos — no que diz respeito ao bloco socialista, assinalando seu nítido móvel econômico em um país tão dependente do comércio exterior.

Estados Unidos da América

Tema central da política externa da Espanha nos três últimos lustros, os Convênios de Madri de 26 de setembro de 1953 desdobram-se em três documentos básicos, referentes a:

— ajuda para a mútua defesa (fornecimento pelos Estados Unidos de material bélico nos termos da legislação mais favorecida de 1949 e 1951);

— assistência econômica atribuída inicialmente pelo próprio governo norte-americano e, a partir da renovação de 1963, pelo Eximbank);

— cooperação militar (o chamado "convênio defensivo", que justifica a ajuda econômica norte-americana e relativo à manutenção e utilização pelos Estados Unidos — como instalações conjuntas e, portanto, sob comando também espanhol — de três bases aéreas, Torrejón, Morón e Zaragoza, e de uma aero-naval, Rota).

A renovação destes instrumentos tem sido objeto, nos últimos meses, de tratamento emocional responsável em grande medida pelo clima de tensão em que se desenvolvem atualmente as relações entre os dois países.

É inegável a importância de tais convênios nos campos diplomático (pois facilitaram, também, a aceitação internacional do regime espanhol) e econômico (apesar da ajuda financeira à Espanha ter sido inferior à concedida à Grécia, Turquia ou Iugoslávia. A contribuição norte-americana, da ordem de US\$ 1,3 bilhão no período 1953/1968, foi importante para o êxito do Plano de Estabilização e conseqüente ingresso da economia espanhola no limiar de acelerada fase de desenvolvimento. Não obstante, em 1963 os novos dados da conjuntura mundial e o peso específico consideravelmente ampliado da Espanha, reincorporada à comunidade internacional e saneada em sua estrutura econômica, haviam obrigado os Estados Unidos, interessados no valor estratégico da gigantesca base de submarinos atômicos de Rota, a aceitar várias reivindicações de seu aliado peninsular.

Nesse sentido, a diplomacia espanhola foi particularmente hábil ao explorar o aparecimento de fratura e tendências policêntricas no bloco ocidental. Valorizou, por exemplo, no plano propagandístico, as implicações da aproximação Franco/De Gaulle e enfatizou a linha de independência de suas relações com o regime de Fidel Castro. Como fruto de tal campanha, a prorrogação firmada em setembro de 1963 em Nova York reconhecia à Espanha um status obviamente superior ao de 1953. De fato, foram-lhe prestadas por Washington formais garantias no que se refere à

defesa e à manutenção de sua integridade territorial. Criou-se, ademais, um comitê consultivo bilateral e se estabeleceu um novo sistema de distribuição da assistência financeira prevista no acordo econômico, a partir de então a cargo do Eximbank.

A vista do êxito dessas gestões e considerando a possibilidade, talvez levada otimisticamente à conta de probabilidade, de empregar ao máximo a margem de negociações de sua diplomacia, o Ministro Castiella sobrepuôs o interesse por uma solução política, de total integração no contexto econômico-militar ocidental, às considerações financeiras antes predominantes.

Haverá tido necessariamente grande ponderação nas suas razões o preço político representado pela permanência em seu território de bases militares estrangeiras, de difícil contabilização mas de fácil impacto na opinião pública, devido aos crescentes riscos que implicam para a população civil. Nesse sentido, a colisão de aviões norte-americanos carregados com bombas de hidrogênio em Palomares, em janeiro de 1966, e a queda na província de Huelva, em maio do mesmo ano, de uma esquadilha de jatos franceses (acidentes que efetivamente traumatizaram o povo espanhol), terão emprestado por certo um tom mais dramático à argumentação espanhola.

Os fatos parecem agora demonstrar, no entanto, terem sido subestimados importantes fatores conjunturais norte-americanos contrários àquelas reivindicações, em particular a natural incapacidade decisória de uma administração em final de mandato e muito especialmente a pesada carga que a ajuda exterior vem representando para o onerado balanço de pagamentos dos Estados Unidos.

Do longo processo de consultas mútuas, conduzidas ao nível de peritos militares no último trimestre de 1968 e retomadas pelo próprio Chanceler espanhol dias antes de findar-se o prazo semestral de prorrogação automática dos convênios, pouco haveria a referir. Mencione-se apenas o acordo de princípios a que chegaram no final de março os dois Governos, cuja próxima consubstanciação em novos

contratos quinquenais análogos aos anteriores deverá preencher o vazio jurídico deixado pela expiração dos instrumentos de 1953, ora em fase de liquidação.

Não são conhecidos os montantes da ajuda financeira e em material bélico a ser propiciada pelos Estados Unidos nos termos do entendimento Castiella/Rogers (e, de resto, o consenso havido parece referir-se mais às intenções do que é substância da matéria). Do ponto de vista espanhol, o problema é, como se disse, aproveitar a oportunidade para vencer as remanescentes reservas que ainda pesam sobre a nação e universalizar sua participação na área ocidental, inclusive no Pacto do Atlântico. Daí o acaloramento dos debates no Congresso e na imprensa dos Estados Unidos.

Do episódio — passada a fase de exploração sensacionalista de determinados órgãos de divulgação nos dois países (os norte-americanos, de um lado, reavivendo sepultadas restrições à ideologia do regime franquista e protestando contra a "chantagem atômica" dos espanhóis, e, do outro, estes dando livre curso às reservas de conteúdo nacionalista que sempre tiveram em relação à presença americana) —, procura a imprensa madrilenha mais representativa recolher a posteriori um saldo de sóbrio realismo.

Tal posição (cuja identidade com os interesses táticos do Governo não seria puramente casual) dá ênfase às repercussões que estaria obtendo no Senado norte-americano, e por via indireta na própria Administração Nixon, o relatório secreto Wood-Mc Clintock ultimado por especialistas militares e por diplomatas ao final da gestão Johnson. Destinar-se-ia esse estudo a servir de subsídio à nova equipe governamental norte-americana quanto ao custo, a médio prazo, da manutenção do atual sistema estratégico exterior norte-americano. Concluiria o documento pela inconveniência, em termos económicos, de abandonar o país as 400 bases militares fundamentais que constituem o cerne do vasto esquema de seus compromissos de segurança em escala mundial.

A constatação de que, neste contexto, as bases na Espanha seriam consideradas prioritárias e a expressa reafirmação, feita pelo próprio Secretário de Estado norte-americano, do interesse de seu país em conservar a amizade espanhola parecem marcar, finalmente, o retorno ao clima de normalidade nas relações hispano-estadunidenses, cujos prováveis desdobramentos tentaremos examinar nas conclusões.

c) Outros Países Ocidentais

Dentro da orientação europeizante de sua política externa — tônica que já se tornou tão irreversível para a diplomacia espanhola como as vinculações de natureza especial com os países árabes e a América Latina —, parecem também destinadas a ter particular relevo no corrente ano as relações com a França. As recentes visitas dos Ministros gauleses de Assuntos Exteriores e da Indústria bem atestam da intensidade que poderá adquirir este intercâmbio. O diálogo político hispano-francês tende a ser especialmente profícuo — considerando a circunstância atual de integramentos ambos os países o Conselho de Segurança da ONU e de pertencerem também à bacia mediterrânea — no encaminhamento de assuntos de interesse comum, em particular a crescente tensão resultante da confrontação russo-americana no Mediterrâneo e, à raiz deste problema, a questão do Oriente-Médio.

Apenas a título de menção, e considerando a atualidade que o tema terá no curso deste ano à vista do prazo estabelecido pela Resolução da XXIII Assembléa-Geral das Nações Unidas para o termo do processo de descolonização de Gibraltar, seria talvez conveniente alguma referência sobre a matéria. Interessa-nos aqui exclusivamente o aspecto de base militar da colónia, sua ligação de facto ao sistema defensivo da OTAN e a sistemática oposição que o Governo espanhol faz a tal vinculação.

Com efeito, a circunstância de o aeródromo de Gibraltar figurar em prospectos officiosos de divulgação da OTAN como sede de um de seus comandos zonais, e o levantamento desse problema no quadro das conversações hispano-britânicas de 1966 sobre

o futuro da base, deram margem a curiosos comentários dos representantes espanhóis quanto à posição de seu país em face da Aliança Atlântica. Ressalvando, embora, o fato de não sentir a Espanha qualquer tipo de hostilidade com relação à OTAN, assinalaram os delegados espanhóis naquela oportunidade que os acórdos bilaterais com os Estados Unidos e Portugal constituiriam, a seu juízo, suficiente contribuição da Espanha à defesa do mundo livre. Não haveria, pois — concluíam — porque obrigarse o país por riscos alheios e complementares a aqueles já aceitos livremente.

Do episódio, se examinado à luz da conhecida oposição dos países nórdicos ao ingresso da Espanha na OTAN, ressalta claramente a habilidade da diplomacia espanhola, que procura de forma sistemática contornar obstáculos não superáveis a curto prazo e capitalizá-los, na medida do possível, como trunfos marginais em outras frentes de negociações.

Esta observação é ainda mais nitidamente aplicável a um dos conceitos emitidos pelo Ministro Castiella nas declarações citadas anteriormente. De fato, valoriza o Chance'r espanhol a não-vinculação formal de seu país a blocos militares (realidade sem dúvida alguma contrária aos objetivos táticos e estratégicos de sua política exterior) de maneira desmesurada, buscando caracterizá-la exclusivamente como postulado básico de uma ação diplomática voltada para a distensão mundial.

d) Área Socialista

Reintegrada ao convívio internacional em 1953, em condições que, num certo sentido, pareciam dar validade à sua intransigente posição anticomunista, é importante analisar as causas e implicações da substancial modificação, no plano externo, da atitude da Espanha em relação ao bloco socialista. No fóro das Nações Unidas, esta evolução adquiriu inclusive conotações irônicas quando os países do Leste europeu, ao ser votada a questão de Gibraltar, em recentes Assembléas Gerais, sustentaram maciçamente as teses espanholas.

Extremamente pragmático em matéria de política exterior e cónscio da

necessidade de ampliar cada vez mais a área de sua aceitação internacional, o Governo espanhol — que detém os instrumentos para orientar por vias indiretas a opinião pública — tem levado a cabo; nos últimos anos, persistente campanha de esclarecimento através da imprensa sobre a conveniência de uma abertura para o Leste.

Nesse sentido, os próprios ideólogos da Falange, que já em 1961 haviam assinado documento recomendando a revisão da posição do Governo no que diz respeito às relações com a União Soviética, assinalam que tal atitude representaria uma mera atualização do país com as novas realidades econômicas e políticas de um mundo em constante evolução, sem prejuízo da posição interna do regime. É certo que influi de maneira fundamental neste comportamento o interesse que podem ter para a Espanha, tradicionalmente deficitária em sua balança comercial, os mercados socialistas, em constante expansão e oferecendo ademais a vantagem do intercâmbio escritural, sem dispêndio de divisas.

Em janeiro de 1967, o estabelecimento de relações consulares de natureza especial com a Rumânia (as respectivas representações exercem também determinadas atribuições normalmente reservadas às Missões diplomáticas) marca o início da consolidação, no plano político, de relações comerciais já bastante intensas com a área.

De fato, com a assinatura em rápida sucessão no decorrer de 1958 de convênios interbancários sobre comércio e pagamentos com a Polónia, Tchecoslováquia, Rumânia e Bulgária — aos quais se acrescentariam mais tarde os ajustes firmados com a Alemanha Oriental e Iugoslávia — pudera a Espanha desenvolver consideravelmente o intercâmbio com o Leste, antes meramente episódico.

As estatísticas compiladas nas tabelas anexas dizem bem da atual magnitude do comércio com o bloco socialista e explicarão por certo o interesse das autoridades espanholas em prosseguir em outros terrenos o diálogo com o Leste Europeu. Surpreenderá talvez observar que no período 1964/1968 — ao qual corresponde

uma expansão global de 60% do valor das exportações espanholas — as compras feitas pelos países socialistas europeus cresceram em 40%. No mesmo período, a participação dos membros do COMECON no conjunto das exportações espanholas passou de 2,05% a 4,91%.

Não deixa de ser curioso assinalar, à vista dos valores absolutos e do desenvolvimento relativo do intercâmbio comercial com os países socialistas entre 1964 e 1966 (Tabela I), que a decisão de privilegiar a Rumânia no processo de aproximação político-diplomática com o Leste europeu não obedeceu a razões exclusivamente econômicas, parecendo antes constituir — dadas as características de independência do regime rumeno em relação à liderança soviética e as raízes latinas do seu povo — uma concessão tática do Governo espanhol aos segmentos mais conservadores de sua base de sustentação e uma experiência-piloto no sentido de dar à sua diplomacia elementos de aferição idôneos sobre a viabilidade política de novas iniciativas neste campo.

O ano de 1968 caracterizou-se, a este respeito, como um período excepcionalmente fértil em contactos exploratórios e iniciativas marginais que buscam sensibilizar uma opinião pública por longo tempo condicionada à periculosidade de qualquer contacto com o mundo comunista. A instalação em Madri de uma delegação comercial iugoslava permanente incumbida de dinamizar o intercâmbio entre os dois países, a exibição de produtos da área socialista nas Feiras Internacionais de Amostras de Barcelona e do Campo em Madri, as visitas de delegações de personalidades russas ligadas ao comércio exterior e as inferências tiradas por alguns comentaristas especializados sobre a iminência da criação de uma Câmara de Comércio Hispano-Soviética são elementos, sem dúvida alguma expressivos, de um intenso trabalho subterrâneo, que poderá em breve aflorar à superfície já consubstanciado em gestões oficiais para o restabelecimento de relações diplomáticas com outros países da área.

Tal trabalho parece tanto mais sintomático quanto se centralizou no ano findo, praticamente, nas relações

com a União Soviética, até agora mantidas em um discreto plano oficioso devido ao complexo problema dos US\$ 575 milhões em ouro remetidos à União Soviética pelos republicanos durante a Guerra Civil e cuja retenção pelo Governo soviético constituiria ainda hoje o principal obstáculo ao reinício do convívio político Madri-Moscou. Recorde-se, a propósito, que as negociações sigilosas mantidas em Paris em 1963 pelos Embaixadores dos dois países naquela capital fracassaram por este motivo. É isto em pleno apogeu da era de distensão kruscheviana, que possibilitou, inclusive, uma amena troca de mensagens entre o Chefe do Estado espanhol e o Primeiro-Secretário soviético.

É de se crer, porém, que a habilidade diplomática acabe por impor-se e, dentro de um quadro político interno que se evidencie a cada dia mais liberalizado, possa apresentar-se proximamente uma fórmula de compromisso que preserve na justa medida o interesse espanhol, propiciando finalmente a retomada de um contacto diplomático regular há longo tempo interrompido.

Conviria, destacar, ademais, no que diz respeito às relações com os países socialistas, o caso especial de Cuba, que se constituiu ainda uma vez, à época de maior tensão na crise do Caribe, em delicado ponto de fricção entre Espanha e Estados Unidos. Apesar da oposição norte-americana, o Governo de Franco manteve em substância sua posição de preservar as vinculações diplomáticas e comerciais espanholas com a ilha. A margem dos postulados tradicionais da política de "hispanidad" que norteia suas relações com as antigas colônias americanas (e Cuba, a chamada quinta província galega, não haveria porque ser exceção à regra) —, a atitude da Espanha no particular deve ser entendida basicamente como condicionada pelos interesses comerciais que ali detinha, cujas possibilidades de incremento parecem demonstradas pela posterior evolução do intercâmbio entre os dois países.

Em 1968, o fluxo de mercadorias nos dois sentidos foi de quase US\$ 60 milhões, dos quais US\$ 18,5 representados por exportações espanholas. Merece ser sublinhado no recente comér-

cio bilateral a encomenda feita por Cuba a armadores espanhóis de uma frota de 90 barcos para pesca de camarões. A operação deverá totalizar cerca de US\$ 100 milhões e já em janeiro deste ano começou a efetivar-se com a entrega de 25 das unidades negociadas.

Com o objetivo de não alongar-me excessivamente e também porque o assunto é conhecido desta Comissão, deixo de referir-me à posição espanhola diante do problema do desenvolvimento, ao Tratado de não Proliferação de Armas Nucleares e ao apoio que a Delegação espanhola emprestou aos vários projetos de resolução brasileiros, apresentados à Assembléia-Geral da ONU em 1967, quando da Conferência dos Países Militarmente não Nucleares.

Peço, pois, licença para prosseguir, agora expondo o processo de descolonização da Guiné Equatorial, o que farei precedendo em rápidas considerações sobre o problema de Gibraltar.

DESCOLONIZAÇÃO

Gibraltar

Gibraltar tem constituído, para a Espanha, através dos tempos — mais do que um problema de soberania —, uma questão de amor próprio, expressa num processo ininterrupto de lutas, reivindicações, posse, manutenção, esbulho, reintegração e perda, hoje elevado por Madri à tribuna das Nações Unidas.

Entre os inumeráveis sítios, assaltos e combates havidos pela posse do "Peñon", ganham relevo histórico os ocorridos em 1350, 1435 e 1782 em que perderam a vida, respectivamente, o Rei Alfonso XI, o herói épico Henrique de Gusmán e o poeta-soldado da literatura hispânica Coronel José Cالدسو.

No reinado de Carlos IV, Juan de Gusmán, filho de Henrique, incorpora Gibraltar à coroa de Castela. Conquistada Granada, a Rainha Isabel fez incluir definitivamente a coluna de Hércules no escudo real, como uma manifestação de que o Penedo não mais fugiria à soberania espanhola e como firme determinação de conservar a porta do estreito inviolável e integrada no território pátrio.

Em 1560, repeliram os espanhóis o cerco dos turcos a Gibraltar. Mas em 1704, o assalto foi tão inesperado que a Espanha não pôde manter aquela posição. Os sítios e combates pela sua retomada repetiram-se no decorrer dos anos, particularmente em 1707, 1727, 1779 e 1782, todos porém inúteis, colhendo a vitória os ingleses, amargando as sucessivas derrotas os espanhóis.

Jamais, entretanto, reconheceu a Espanha a ocupação, e o Tratado de Utrech significou apenas um fim de hostilidade e não uma transferência de soberania.

Há anos, por isso, o Governo espanhol, através de inteligente e tenaz ação diplomática, vem tentando obter — primeiro bilateralmente com a Inglaterra, depois diante da ONU — que a bandeira espanhola volte à rocha de Gibraltar, em nome do princípio da descolonização. Busca, assim, a Espanha, na comunidade das nações, uma fórmula de solução adequada e pacífica a uma situação considerada intolerável no Século XX, qual seja, a existência de uma colônia em Continente europeu.

O ano de 1968 iniciou-se sob o signo do pessimismo em relação ao resultado prático das conversações entre os dois países para a liquidação do problema. Com efeito, a imprensa e a opinião pública espanholas não acreditavam que a Grã-Bretanha cumprisse as recomendações das Nações Unidas, no sentido de proceder a uma rápida descolonização de Gibraltar. As conversações previstas para o mês de janeiro não se realizaram, e mais uma vez o assunto foi adiado.

Somente três meses mais tarde, com a vinda a Madri do Senhor Beith, Subsecretário do "Foreign Office" para os assuntos espanhóis, restabeleceu-se o contato oficial. Entretanto, nenhum fruto foi obtido. Enquanto a Espanha desejava — e sua atitude não mudou — conversar amplamente sobre a matéria, os britânicos apenas pretendiam examinar determinado aspecto do problema, como, por exemplo, o do sobrevôo na zona próxima a Gibraltar.

Como é sabido, em maio de 1967, a Espanha proibiu o sobrevôo a aviões

militares e civis sobre toda a área circundante à Colônia, inutilizando, assim, praticamente, o aeroporto gibraltarinho. A Grã-Bretanha não se conformou com a medida e reiteradas vezes procurou, sem resultado, entendimentos com o Governo espanhol.

Em meados de 1968, o Governo do General Franco, diante do insucesso das negociações, determinou o fechamento da fronteira com Gibraltar. Com essa disposição, assestou duro golpe à viabilidade econômica da Colônia, pelas restrições que resultaram para o comércio e livre trânsito de trabalhadores espanhóis.

Na segunda metade do ano findo, a concessão de independência à antiga província africana da Guiné Equatorial fortaleceu a posição reivindicatória espanhola em relação à Grã-Bretanha no âmbito da ONU. Este fato foi bastante explorado pela imprensa francesa, à qual não passou despercebida a real intenção de Madri.

Em fins do ano passado, vinte e dois países-membros das Nações Unidas apresentaram um projeto àquele Organismo, no sentido de fixar — ou recomendar — uma data definitiva para o término do processo de descolonização por parte da Inglaterra. O dia primeiro de outubro de 1969 foi o prazo limite afinal estabelecido.

Não nos parece que a referida Resolução da ONU tenha tido a melhor inspiração. De fato, fixar uma data é marcar uma crise. As condições internacionais, e particularmente as do Mediterrâneo, não são de molde a estimular uma pronta modificação de um sistema de segurança dentro do qual se inclui Gibraltar em seu atual contexto militar inglês. Isto se evidencia a cada instante, em face do conflito árabe-israelense, da posição antagonista da U.R.S.S. e dos Estados Unidos no assunto e da progressiva alteração dos efetivos navais de ambos os países naquela área.

Todas estas circunstâncias conspiram contra as pretensões da Espanha e lhe aconselhariam adotar a respeito um prudente compasso de espera, de resto ainda perfeitamente plausível diante do caráter apenas recomendativo das resoluções da Assembléia Geral.

Votou bem o Brasil na ONU, quando apoiou o projeto de resolução, com as restrições feitas em relação à data, por considerar que a estipulação de prazo não facilitaria os entendimentos nem conduziria a um resultado adequado aos objetivos espanhóis.

A posição do país continua sendo a fixada em 18 de maio de 1966 pelo Ministro Castiella nas razões apresentadas ao Governo inglês:

"Em virtude de tôdas estas considerações, a Espanha propõe ao Governo britânico a assinatura de um Convênio, em cujo ARTIGO PRIMEIRO se acorde a anulação do Artigo X do Tratado de Utrecht de 1713 e a restauração — com a retrocessão de Gibraltar — da unidade nacional e da integridade territorial espanhola, cumprindo assim o mandato das Nações Unidas.

No seu ARTIGO SEGUNDO meu país aceitaria a presença em Gibraltar de uma base militar britânica, cuja estrutura, situação legal e coordenação com a organização defensiva espanhola, ou do mundo livre, seria objeto de uma negociação, com vistas a um acôrdo especial anexo ao Convênio proposto.

A Espanha propõe que em um TERCEIRO ARTIGO se estipule que o regime legal que protege os interesses dos atuais gibraltarrinos seja objeto de um acôrdo adicional hispano-britânico registrado nas Nações Unidas, como foi dito antes. No referido acôrdo, além das fórmulas econômicas e administrativas apropriadas, estabelecer-se-ia um estatuto pessoal, no qual, entre outros direitos fundamentais — como o da liberdade religiosa —, ficaria respeitada a nacionalidade britânica dos atuais gibraltarrinos, garantida sua residência, o livre exercício de suas legítimas atividades e a permanência em seus postos de trabalho.

Em um ARTIGO QUARTO e último, especificar-se-á que este Convênio vigorará uma vez subscritos e registrados nas Nações Unidas os dois acôrdos adicionais a que se faz referência nos Artigos Segundo e Terceiro."

Guiné Equatorial

Em julho de 1959, quando foi promulgada a Lei sobre organização e regime jurídico das Províncias africanas do Golfo da Guiné, um dos membros das Côrtes, ao discorrer sobre o assunto, fez as seguintes observações:

"A Espanha considera terminada sua missão tutelar na Guiné, cujo povo já alcançou o mínimo de plenitude necessária. Graças ao constante esforço de nossos homens, à sua abnegação, ao seu desinteresse e ao seu silencioso heroísmo foi possível à Guiné atingir este estágio. A Espanha levou para aquelas longínquas terras a fé cristã, a civilização moderna, o espírito de empresa, o hábito de trabalho e o sentido da dignidade humana. Únicamente por essas razões põe termo à sua colonização na Guiné Equatorial."

Mais adiante, ao explicar as razões pelas quais ainda não era considerada a possibilidade de tornar independente a nova província, disse o mesmo representante às Côrtes:

"No que se refere a Guiné, para pôr termo à tutela, não tem a Espanha opção. Deverá, forçosamente, inclinar-se pela integração corporativa. Prescindindo de fato de que este é o desejo da maioria dos guineanos, as circunstâncias econômicas, demográficas e ambientais daqueles territórios fecham a porta a qualquer outra solução."

Em 1959, portanto, era doutrina firmada na metrópole "ser impossível queimar etapas na África sem provocar graves transtornos de difícil remédio mais tarde". Estas palavras pronunciadas nas Côrtes provaram ser verdade alguns anos depois.

Em setembro de 1968, de acôrdo com o programa traçado, realizaram-se as eleições para escolher o Presidente da República do novo Estado. As Nações Unidas, a pedido do Governo espanhol, enviaram observadores ao pleito, tendo o "Comité dos Vinte e Quatro" aprovado o relatório de seus representantes no sentido de que o ato eleitoral havia sido cercado de tôdas as garantias, com pleno respeito às liberdades democráticas.

Assim, em 12 de outubro do ano passado, tornou-se independente a

República da Guiné Equatorial, o menor país africano e o mais recente membro das Nações Unidas. Com 250.000 habitantes, dos quais apenas 7.500 de origem européia, o novo país tem uma vida econômica extremamente limitada e totalmente vinculada à Espanha que, nos termos do próprio Acôrdo de concessão da independência, aceitou o compromisso de continuar a subsidiar a ex-província. Como única fonte de renda, possui a Guiné plantações de café e cacau e explora o comércio da madeira. A independência foi bastante tranquila e obedeceu, no pensamento de muitos, ao desejo dos responsáveis pela política exterior da Espanha de adotar posição anticolonialista, iniciando um procedimento sistemático de emancipação das suas províncias ultramarinas com vistas a forçar a aceitação pela Grã-Bretanha de idêntica solução para Gibraltar. Obviamente, tal atitude liberal conquistaria para a Espanha maior simpatia e apoio do bloco afro-asiático.

Quando da solene admissão da Guiné Equatorial na Organização das Nações Unidas, como membro 126, o representante espanhol ressaltava constituir o novo Estado um "esplêndido exemplo de conquista pacífica da independência". O delegado guineano, por sua vez, sublinhou que seus compatriotas esperavam "com ansiedade poder ser uma ponte ibérica para África".

No começo do mês de março deste ano, entretanto, já a situação interna da jovem república era de completo caos. Os fundos fornecidos pela Espanha para suplementar o modesto orçamento guineano eram utilizados para finalidades que não podiam ser classificadas como essenciais para o país. Os espanhóis que permaneceram em Fernando Poo e Rio Muni, em número aproximado de 7.500, detentores como é natural de quase todo o poder econômico, começaram a sofrer perseguições e vexames de toda ordem por parte das autoridades locais. Os grupos tribais em que se dividem os 250.000 habitantes da Guiné começaram também a inquietar-se e rumores de golpe de estado surgiram a todo instante. O Presidente Macias, que pertence ao grupo racial mais numeroso (os fangs), em determinado momento revelou ser vítima de conspiração inspirada pela própria

Espanha e chefiada pelo seu ex-Ministro do Exterior, Atanasio Ndongo, e por Saturnino Ibongo. Daí por diante os acontecimentos se precipitaram, a população espanhola entrou em pânico e o Presidente Macias aproveitou a oportunidade para eliminar seus adversários políticos e solicitar às Nações Unidas o envio de 150 soldados para substituírem os contingentes policiais espanhóis que ainda estavam no país, por força do acôrdo de independência.

Em Madri, a princípio, quando os atos de hostilidade de Macias se sucediam e as notícias provenientes de Bata e Santa Isabel eram confusas e contraditórias, certos elementos do Governo pretenderam que da península partissem forças capacitadas a dar efetiva proteção às minorias espanholas naquele território. Prevaleceu a opinião do grupo moderado e a Espanha promoveu a evacuação de todos os seus nacionais da Guiné, ao mesmo tempo que adotava política de estrita não-intervenção nos assuntos internos de um país já independente, limitando-se a proteger e garantir as vidas e os direitos dos poucos que ali permaneceram.

Hoje o assunto já começa a perder atualidade e existem indícios de que as relações entre os dois países se normalizarão em futuro não muito distante. É preciso levar em consideração que a Guiné não possui condições de subsistir economicamente sem o auxílio externo, seja propiciado pela Espanha — como até agora vinha ocorrendo — ou por outras nações ou organismos internacionais.

Uma solução combinada, no sentido de diversificar as fontes de cooperação financeira e técnica externa parece estar nas cogitações do atual Governo guineano.

Conjuntura

A expansão da economia espanhola, cujas linhas gerais, a partir de 1963, obedeceram aos critérios definidos no I Plano de Desenvolvimento, atingiu, no triênio 1964/66, níveis superiores aos da maioria dos países europeus.

Assim, vemos que naquele período o Produto Nacional Bruto da França acusou uma taxa de crescimento da ordem de 5%, na Inglaterra o acréscimo chegou a 4,25%, na Itália a 2,75%, enquanto a Espanha atingiu o índice de 6%.

A evolução dos setores produtivos foi perfeitamente satisfatória, com exceção da agricultura. A este respeito, é preciso notar a grande modificação de estruturas que se procura desenvolver a médio prazo no setor agrário. A preocupação do Governo no particular voltou-se não só para o aumento físico da produção, como também para uma elevação da produtividade, buscando alcançar um nível de renda per capita que situi a agricultura em plano de igualdade com os demais setores.

No que se refere à estrutura industrial do país, a orientação do Governo centralizou-se nos últimos anos na evolução das indústrias básicas. Reconhecendo embora o Estado ter atingido seus objetivos, preocupa-se ainda com insuficiências setoriais da oferta, sobretudo na siderurgia primária, mineração de carvão e produção de cimento.

No terreno social, o aspecto que reveste de maior interesse decorre do fato de ter o incremento da renda nacional correspondido na maior parte ao fator trabalho. Sem dúvida, convém ter em conta que tal redistribuição de renda, meta, aliás, do Plano de Desenvolvimento, supõe correção parcial do quadro anterior, tida por todos como não desejável. Por outro lado, há que estimar também que essa mais apropriada remuneração de mão-de-obra resultou em parte da ampliação qualitativa e quantitativa do fator trabalho. Em outras palavras, o Estado conseguiu aumentar o número de empregados assalariados e elevar-lhes o nível profissional.

Assim, os frutos do I Plano de Desenvolvimento Econômico, cuja execução deu-se por terminada em 1967, incidiram de forma muito positiva sobre a formulação do II Plano, a ser aplicado no período 69/71. O Estado incentiva o vigoroso processo de expansão, que se afigura agora ajustado e preciso, tendo em vista já existirem maiores possibilidades de reduzir ou evitar desequilíbrios setoriais, devido ao maior potencial econômico do país.

Durante os últimos anos, houve um aceitável equilíbrio entre consumo e investimento na economia espanhola. As estatísticas mostram que o Produto Nacional Bruto vem-se elevando ano após ano e que o nível de inver-

sões cresceu em maior velocidade que o de consumo. Tal fato, absolutamente favorável, indica que, em termos gerais, a economia espanhola manteve uma orientação satisfatória, posto que ao incremento do produto nacional correspondeu também uma considerável elevação de nível de investimento, refletido num aperfeiçoamento dos processos de produção.

O setor de alimentação exemplifica claramente as tendências acima assinaladas, apresentando constante expansão da oferta e da capacidade compradora. O espanhol, não obstante comer mais e melhor, incorporando à sua dieta alimentos de qualidade superior (carnes, ovos, peixes, frutas, açúcar), dispense atualmente com gastos de alimentação uma parcela menor de seu orçamento. A situação é idêntica em relação aos gastos de habitação e vestuário. Cumpre lembrar, a propósito, que uma grande porcentagem de famílias espanholas possui hoje residência própria.

O padrão médio do consumo ampliou-se consideravelmente, traduzindo-se para amplas parcelas da população na possibilidade de adquirir bens antes inacessíveis, como aparelhos eletrodomésticos, móveis, automóveis, televisores etc.

Apesar dos eventuais desequilíbrios setoriais e de medidas restritivas como as adotadas, em 1968, para debelar um surto inflacionário então recrudescente, parece lícito inferir do que precede que o processo de desenvolvimento econômico do país tem correspondido em linhas gerais às aspirações da massa espanhola, afinal quase resgatada de sua secular marginalização.

As dimensões de um mercado interno que, muito embora ampliado nos últimos anos, não se apresenta para o futuro propício à implantação de economias de escala, e, por outro lado, a relativa inadequação de sua estrutura agrário-industrial à competição em nível de mercados supranacionais, constituem, a curto prazo, os principais obstáculos à sustentação do ritmo expansionista da economia espanhola dos últimos anos.

A luz de tais perspectivas, os objetivos consignados no II Plano de Desenvolvimento parecem configurar uma solução de compromisso, no sentido de obviar o primeiro dos incon-

venientes assinaladas e — em consequência, pela superação das deficiências estruturais aludidas — completar, no plano econômico, a integração total da Espanha na moderna sociedade industrial.

Fechar-se-ia, então, o longo e trabalhoso ciclo iniciado em 1951, cujos desdobramentos procura analisar o presente relatório.

Indústria

O setor industrial espanhol constituiu durante o quadriênio 1964-1967 um fator dinâmico decisivo para o desenvolvimento do conjunto da economia. Efetivamente, o crescimento médio anual cumulativo da produção industrial durante o citado período foi de 9,7%, cifra que constitui um record se considerarmos as taxas verificadas nos demais países-membros da OCDE.

Em pesetas constantes observa-se igualmente que a participação da indústria no PIB passou de 35,8% em 1960 a 43% em 1967.

Quase todos os setores industriais participaram dessa expansão. Durante o período 64-67, os objetivos do I Plano foram plenamente alcançados, registrando-se em alguns ramos taxas de crescimento superiores às previstas.

Os índices globais de produção industrial, tendo como base o ano de 1958, demonstram o intenso processo de industrialização por que passou a economia do país entre 1963 e 1967.

1958	100
1959	100,2
1960	104,8
1961	121,2
1962	141,0
1963	146,4
1964	165,5
1965	186,2
1966	211,8
1967	218,4

A dinâmica do setor criou 550.000 novos postos de trabalho durante o período decorrido entre 1960 a 1967 e — o que é importante assinalar — mais 130.000 empregos no ano de 1968.

Convém igualmente destacar a crescente presença de manufaturados na pauta de exportação durante o período analisado. Por outro lado, 27% das importações espanholas estavam compostas por bens de capital, o que mostra o grande esforço de investimento realizado nos últimos anos.

Cabe, entretanto, ressaltar que em 1967 os índices de crescimento industrial não foram, em termos gerais, muito otimistas. Verificou-se naquele ano, com efeito, uma certa desaceleração no ritmo de expansão da indústria espanhola.

O Governo, por sua parte, atento aos sinais de alerta, tomou as medidas necessárias cujos efeitos benéficos se fizeram sentir no decorrer de 1968. A desvalorização da peseta e as providências complementares deram em parte os resultados esperados.

Na verdade, a expansão constante e auto-sustentada do setor industrial está intimamente ligada à superação de determinados obstáculos estruturais e tecnológicos, quais sejam:

- inadequada distribuição (pessoal e regional) das rendas;
- baixo índice de produtividade;
- equipamento deficiente em alguns subsetores;
- empresas de dimensões anti-econômicas;
- financiamento a médio e longo prazo deficiente.

Existem também, inegavelmente, alguns fatores dinâmicos que mostram a capacidade da economia espanhola de manter elevado ritmo de crescimento. Apontamos entre outros os seguintes:

- melhoria no nível educacional e profissional;
- importantes reservas de mão-de-obra existentes na agricultura;
- ampliação de mercados decorrentes do notável crescimento do poder aquisitivo da população;
- melhoria na infra-estrutura básica (transporte e comunicações).

Os resultados quantitativos alcançados durante a implementação do I Plano não se fizeram acompanhar de uma melhoria no grau de competitividade industrial. No passado tal fato foi atenuado por uma crescente demanda interna que absorvia toda a produção. Hoje em dia, entretanto, o mercado local vem sendo paulatinamente saturado pela maturação econômica do grande volume de investimentos antes realizados. Com a liberalização do comércio exterior, os problemas com que se depara a indústria adquiriram maior intensidade. A esses fatos recentes há de se somar a elevação dos custos internos, especialmente nos dois últimos anos (67/68),

quando o aumento dos salários superou o dos índices de produtividade, aparecendo ademais os sintomas de subutilização da capacidade produtiva.

Assim, para manter um razoável ritmo de crescimento, deverá a indústria espanhola modificar seu tradicional objetivo (produção para o mercado interno), orientado o crescimento futuro do setor com vistas a uma maior integração no mercado mundial. De fato, por mais otimista que possam ser as previsões quanto ao aumento da população e da renda per capita a dimensão do mercado interno será insuficiente para absorver os volumes de produção decorrentes da adoção de economias de escala.

Nesse sentido, cabe mais uma vez lembrar tanto o lema espanhol "compraremos a quem nos compra" quanto a ação desenvolvida pelo Governo no sentido de procurar uma forma de associação com o MCE e de abrir os mercados latino-americanos a seus manufaturados.

Conscientes de que a única alternativa válida para a indústria espanhola é a conquista de mercados externos, prevêem os planos governamentais a modificação das estruturas da produção bem como um novo dimensionamento para as indústrias, incorporando-lhes novas técnicas através de substancial ajuda financeira.

Nesta linha de considerações, o II Plano tem coerentemente por meta alcançar, no quadriênio 68/71, um crescimento anual do PIB em termos reais de 6,7%, aumentar a produtividade em 3,9%, e lograr um acréscimo de 2,7% na mão-de-obra ativa no setor industrial. Para atingir tais objetivos será necessário, de acordo com as projeções calculadas, atingir altos índices de produção em todas as indústrias de base.

Agricultura

Continuou em 1968 a expansão da economia espanhola. A renda nacional acusou um incremento da ordem de 15,8% sobre o ano precedente, o que, em termos reais, indica um aumento de 8,9%, constituindo um dos mais altos índices registrados mundialmente no mesmo ano.

O êxodo rural reduziu-se acentuadamente; a criação de mais de tre-

zentes mil postos de trabalho (sendo cerca de cento e trinta mil na indústria) diminuiu, de forma apreciável, o volume de emigrantes para o mercado europeu de trabalho, no ano de 1968.

A execução da "Ley de Bases de la Seguridad Social" e toda a ampla legislação complementar deram, sem dúvida, maior conteúdo à política social desenvolvida na Espanha a partir de 1966.

O acentuado processo de transformação estrutural, conseqüente ao emprêgo de técnicas mais avançadas, aliou-se, em 1968, a condições climatológicas favoráveis, impulsionando a recuperação do setor. Assim, o índice da produção agrícola aumentou de 9,1% e o da produção de gado em em 12,5%, enquanto a produção florestal cresceu de 1,9%.

Entre os cultivos básicos da agricultura, tiveram maior crescimento o do trigo, com 2,9%, o da cevada, com 15,6%, o da aveia com 13,9%, e o de arroz com 10,8%. A produção de beterraba açucareira superou, por sua vez, em 11% a do ano anterior. A produção de azeite se incrementou em 48,1%; a de vinho em 19,98% e finalmente a de laranja em 23,97%.

Em resumo, pode-se afirmar que o ano agrícola de 1968 apresentou em seu conjunto uma expansão considerável da produção e área cultivada.

Do total de crédito oficial à agricultura, 70% foi concedido pelo Banco de Crédito Agrícola e 30% pelo Banco Hipotecário, Serviço Nacional do Trigo e demais entidades de crédito estatais e autárquicas. Todavia, no ano que analisamos a inversão privada superou a inversão pública, já que sobre 100% das inversões, 42% corresponderam a inversão pública e 58% ao setor privado.

A produção das principais leguminosas também sofreu substancial aumento, a saber: grão de bico, mais 68,3%; feijão, mais 17,5%; lentilhas, mais 71,5%; favas, mais 2,9%; ervilhas, mais 1,5%.

Estes índices, percentualmente tão significativos, devem ser confrontados com números absolutos muito baixos, já que as produções a que nos referimos acima tiveram substancialmente aumentadas suas áreas de plantio em 1968.

O progresso agrícola beneficiou-se de importantes obras hidráulicas, objeto de capítulo especial do relatório e que permitiram, em apenas 4 anos, irrigar 547.293 ha, bem como melhorar o regadio de 73.571 hectares. Ainda assim o Governo não alcançou o objetivo do I Plano, por demais ambicioso, de cobrir uma superfície total regável de 859.881 hectares.

O II Plano prevê a irrigação de mais 380.685 hectares por iniciativa pública, e de 72.000 hectares por iniciativa privada. Estima-se para as inversões privadas uma despesa de 3 bilhões e 500 milhões de pesetas, das quais apenas 700 milhões serão realizadas pelo capital particular, e 2 bilhões e 800 milhões através de auxílios do Instituto Nacional de Colonização. Este auxílio, concedido aos agricultores não constitui financiamento mas sim uma subvenção ao custeio das obras. O Governo dá, portanto, especial ênfase ao setor agrícola que, com a educação, recebe tratamento prioritário na planificação espanhola.

Podemos afirmar que os principais problemas de infraestrutura que afetam o setor agrário do país são conseqüência de condições naturais adversas, que fazem da Espanha um país quase árido e de reduzida precipitação pluviométrica.

O esforço conjunto do Governo e dos proprietários rurais pelo desenvolvimento racionalizado do campo visa, numa primeira etapa, a reduzir substancialmente as necessidades de importação de produtos agrícolas, particularmente de gêneros alimentícios, e numa segunda fase, a preparar a sua estrutura produtora para uma eficaz participação no Mercado Comum Europeu.

Dêsse modo, a ação do Estado, no setor agrário, está sendo dirigida dentro da seguinte ordem programática:

- 1) orientar e selecionar a produção para atender adequadamente ao abastecimento interno, evitar o aparecimento de excedentes e melhorar o balanço de pagamentos;
- 2) incrementar a produtividade do campo com vistas a aumentar o nível de vida da população rural e promover o bem-estar social das zonas campesinas; e

- 3) elevar o nível cultural e técnico dos agricultores para aperfeiçoar a formação profissional e preparar o êxodo rural para outros setores da economia.

Tais objetivos, embora ambiciosos, parecem atingíveis dentro de uma estrutura administrativa eminentemente centralizada, em que sobressaia o poder decisório do Governo. Nesse sentido, as metas acima mencionadas se cumpririam mediante:

- 1) implementação de planos de ensino, formação profissional e investigação agrícola;
- 2) reforma das estruturas agrárias para estabelecer empresas economicamente viáveis;
- 3) reforço da infra-estrutura, visando a aumentar as áreas irrigadas, o reflorestamento e a adaptação dos núcleos de população rural a fim de equipará-los aos núcleos urbanos;
- 4) vigorosa ação na pecuária para melhoria tanto qualitativa quanto quantitativa dos rebanhos;
- 5) estabelecimento de assistência técnica e financeira a empresas agrícolas;
- 6) ação intensiva no sentido da transformação, intensificação e comercialização da produção agrícola;
- 7) adequada política de preços através dos mecanismos institucionais existentes (FORPA);
- 8) sistemas de financiamento eficazes e ágeis, destinados às empresas capazes de dispor de créditos a curto prazo; e
- 9) implantação de uma rede nacional de mercados para a distribuição dos produtos agrícolas.

Quantos às inovações mais destacadas do II Plano com relação à agricultura, cabe destacar:

- 1) obviar a carência de produtos da pecuária e a sistemática acumulação de estoques de trigo pela substituição das áreas destinadas ao plantio daquele cereal e por pastagens de elevado rendimento;
- 2) a reestruturação da ocupação rural mediante um plano (relativo a uma área de dois milhões de hectares) que tem por finalidade incentivar a formação de cooperativas agrícolas e consórcios de exploração agrária; e

3) se corrigir, em grande escala, os desequilíbrios hidráulicos das diversas bacias hidrográficas.

Paralelamente às medidas acima assinaladas, outras de política agrária deverão ser adotadas visando sempre aumentar seletivamente a produção e elevar a renda per capita do setor para que alcance a média geral do país.

Prevêem-se ainda investimentos públicos para o período de 1968/71 da ordem de 110 bilhões de pesetas, assim distribuídas: para melhoria do meio rural (abastecimento de água, saneamento, obras de infra-estrutura, conservação de estradas e promoção de investimentos de caráter social), 20 bilhões de pesetas; para a agricultura, 34 bilhões, 438 milhões e 600 mil pesetas; e, para obras de irrigação hidráulicas, 52 bilhões e 900 milhões de pesetas.

Não cabe dúvida de que é grande o esforço governamental no sentido de procurar soluções satisfatórias e economicamente viáveis para um setor de tão grande importância.

A Espanha, país eminentemente agrícola malgrado a geografia inóspita, busca de tódas as formas orientar seu setor primário para métodos modernos de produção, porquanto somente através de uma agricultura eficiente em termos de competitividade poderá o país aspirar a uma posição de relêvo no comércio internacional.

Ao encarar o problema da agricultura em termos de maior racionalização, a planificação governamental procura liberar fatores indispensáveis para manter o alto índice de crescimento industrial. A capacidade de importar da Espanha, está, por outro lado, intimamente ligada à sua maior independência agrícola, porquanto grande tem sido a parcela destinada à importação de produtos de consumo de primeira necessidade.

Para isso, o II Plano se amplia sensivelmente sobre o I Plano, equaciona melhor e mais objetivamente os problemas, libera dotações, auxílios, subvenções e créditos em volumes realmente importantes. Tóda a estrutura econômica e social agrária é reanalisada, a exploração agrícola é dimensionada em novos termos. São vigorosamente enfocados os fatores determinantes do êxodo rural e classificadas as ações necessárias para

criar condições de atração do meio rural em confronto com as zonas urbanas, isto é, para fixação do homem à terra. São levantadas as superfícies de cultivo atual, programadas as condições de sua ampliação e melhoria, bem como da produtividade agrícola e pecuária.

Um recenseamento completo da produção agrícola e da produção de gado, bem como das distorções e deficiências existentes nesses setores, fez-se com vistas a um perfeito diagnóstico capaz de assegurar o melhor aproveitamento do esforço particular e do Estado na sua ativação econômica.

Do mesmo modo, deu-se especial atenção às produções florestais, particularmente as de madeira; estabeleceu-se a intensificação do emprêgo de máquinas agrícolas, a fim de reduzir os encargos dos agricultores que se mecanizam, assim como para ampliar a utilização de equipamento mecânico pelos que não têm capacidade econômica de adquiri-los.

Dá-se grande importância ao programa de produção de fertilizantes, especialmente dos nitrogenados, fosfatados e potássicos, bem como ao de produção de rações para consumo animal. Chama a atenção, por outro lado, o plano vigorosamente incrementado de sementes selecionadas.

De outra parte, a política de preços que favorece os agricultores mostra-se perfeitamente coerente, como estímulo final, através da complementação da garantia de preços.

Para alcançar tais objetivos, a inversão pública deverá elevar-se a 140 bilhões de pesetas, em quatro anos, ou sejam 35 bilhões de pesetas por ano, cabendo à inversão privada 112 bilhões de pesetas, ou sejam 28 bilhões por ano (dos quais 20 bilhões por ano de origem oficial e os restantes 8 bilhões de pesetas provenientes do crédito privado).

A todos êsses conceitos há de acrescentar-se o esforço governamental que se

manifesta no combate à erosão e na conservação do solo; na formação de laboratórios agrônômicos, na construção de silos; nos centros de progênie e seleção de gado; nos laboratórios pecuários e centros de higiene pecuária; na aquisição de reprodutores; na colonização; nos levantamentos estatísticos; e nos serviços de mercados de preços e nos estudos de investigações agrícolas e pecuárias.

Turismo

A crescente importância do turismo no processo geral de desenvolvimento econômico espanhol ficou perfeitamente demonstrada desde a formulação do I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social.

As estatísticas indicam que, no período 1958/66, o turismo internacional apresentou uma taxa de crescimento anual superior a 11% (97 países considerados) chegando em 1966 a um volume de divisas da ordem de 13 bilhões de dólares, transformando-se assim numa das primeiras indústrias mundiais. Vinte e três países europeus absorveram 60% da renda anteriormente citada.

O turismo espanhol vem crescendo numa proporção que escapa às previsões elaboradas pelo Ministério de Informação e Turismo. Mesmo em 1967 — quando o Governo foi levado à desvalorização da peseta, alterando sua cotação de 60 para 70 por dólar —, aumentou o ingresso de divisas proveniente do turismo.

No período transcorrido do I Plano de Desenvolvimento, notou-se uma rápida expansão de afluência turística estrangeira à Espanha, passando de um volume de quase 11 milhões de visitantes para atingir, em 1967, a mais de 17 milhões.

Em 1968, entraram no país mais de 19 milhões de turistas.

As estradas de rodagem despontam como o principal meio de transporte canalizando, praticamente, dois terços da afluência turística externa.

	1964	1965	1966
Estradas de ferro	1.363.895	1.336.259	1.505.855
Estradas de rodagem	9.923.935	9.730.083	12.005.873
Portos	1.391.469	1.368.544	1.432.877
Aeroportos	1.423.589	1.816.542	2.307.141

Pelo quadro acima verificamos que o transporte aéreo vem sendo crescentemente utilizado pelos visitantes,

seja devido à economia de tempo que proporciona, ou porque sua utilização vai-se tornando cada vez mais barata.

A Europa continua sendo o principal provedor do turismo espanhol, seguida pela América Latina, África, Ásia e Oceania, enquanto a França, por nacionalidade, ocupa o primeiro lugar, com mais de 7 milhões de visitantes no ano de 1966. Com relação ao turista brasileiro na Espanha, as estatísticas apresentam a seguinte evolução:

1964	27.583
1965	29.133
1966	43.880
1967	48.591

Diante da importância que o turismo representa para a economia do país, o Governo tem desenvolvido os maiores esforços no sentido de que os bens e serviços procurados pelo turista sejam de qualidade superior. De acordo com tais princípios, o estudo da oferta no setor centralizou-se, fundamentalmente, nos serviços de alimentação, diversão, hospedagem etc. Por outro lado, incrementou a capacidade hoteleira e extra-hoteleira, promovendo a abertura de agências de viagem, restaurantes, cafés e tabernas.

A demanda turística, entendida num sentido amplo, não se dirige tão só ao setor de alojamento ou serviços complementares a que fizemos acima referência, mas afeta, com maior ou menor intensidade a toda uma série de serviços gerais cuja existência resulta indispensável para tornar efetiva essa demanda.

Existe também todo um conjunto de atrativos naturais ou culturais que integram o substrato real de atração das correntes turísticas, e que forçosamente devem ser não só preservados mas inclusive revalorizados no plano de desenvolvimento turístico. Ambos grupos — atrações e serviços — são os que compõem a infra-estrutura do turismo, merecendo, portanto, análise cuidadosa no II Plano de Desenvolvimento Econômico e Social.

Apesar do importante incremento já alcançado pelo turismo na Espanha, há um aspecto do mesmo que se encontra em grande atraso: as estações de esporte de inverno. Com efeito, nações como a Suíça e Austria, que ocupam uma posição destacada no concerto turístico mundial, baseiam sua situação nos esportes de montanha e, muito especialmente, nos de

neve, facilitados por suas magníficas estações alpinas.

A Espanha oferece neste aspecto grandes reservas naturais devido à sua riqueza geográfica. No entanto, o turismo de montanha ainda não pôde integrar-se na oferta efetiva pela falta de infra-estrutura. Na realidade, só as estações de inverno relativamente próximas aos grandes núcleos urbanos têm proporcionado atrações esportivas, ampliando, sob pressão da demanda, as suas instalações. Tal evolução se produz, lentamente e sem a coordenação necessária, o que torna tais estações pouco eficazes como elementos de atração turística na escala internacional.

Compreende-se que num país com tão grande índice de solarização, se ocupasse, primeiramente e de modo racional, de aproveitar ao máximo essa condição climatológica, sem par nos demais países europeus.

Assim, o problema sol, mar, campo, calor, caça, pesca, iatismo, touradas, esportes etc., tinha de ser considerado com absoluta prioridade nos programas governamentais.

Todavia, restava à Espanha outra reserva turística de significação, a ser adequadamente explorada. Os Pireneus, a Serra Nevada, Guadarrama, Gredos e outros sistemas de montanhas permitiam praticamente coexistir os turismos de sol e de neve.

Procurando corrigir o atraso no setor do turismo de inverno, o II Plano de Desenvolvimento empreendeu uma ação promocional ajustada em bases sólidas e vem realizando grande esforço para o seu incentivo. Assim, o Estado tem dado apoio à celebração de convenções, congressos e outros tipos de reuniões, tanto nacionais como internacionais, na baixa temporada. Realiza campanhas de promoção turística invernal nas regiões geográficas mais favorecidas, como as Ilhas Canárias, certos pontos da costa Mediterrânea (Sierra Nevada) e zonas de montanha que se mostram suficientemente equipadas para tal fim.

Com um esquema muito bem elaborado, o Estado procura agora preencher o vazio que representava a baixa temporada, completando, assim, o grande quadro turístico espanhol, que proporciona ao país um substancial ingresso de divisas.

O surto indiscriminado de edificações modernas tem sido criticado pelos organizadores do turismo, já que a ausência de planejamento na urbanização pode prejudicar a beleza paisagística natural. O assunto ganha amplitude nas zonas caracterizadamente turísticas, por ser onde a paisagem se integra como um fator de rendimento econômico. Visando a sua defesa, os responsáveis pelo fomento turístico vêm procurando robustecer na consciência de administradores de todos os níveis a necessidade de colaborar na preservação das belezas naturais do País, haja vista os rendimentos que as mesmas produzem.

Há que considerar, ainda, a constante preocupação do Estado em defender o patrimônio cultural. A Espanha tem sido, desde a mais remota antiguidade, centro de raças e civilizações, lugar de confluência e convivência de distintas culturas, todas as quais deixaram marcas e vestígios de sua passagem pela Península. Desta forma, os monumentos históricos, os conjuntos arquitetônicos, os objetos e criações artísticas que integram o patrimônio cultural, rico e variado, têm dado à Espanha, pelo interesse que despertam no visitante, uma formidável e inesgotável fonte de divisas.

Visando ao incremento do turismo, o Governo estabeleceu no II Plano de Desenvolvimento uma grande campanha de programa e difusão dos atrativos existentes no País. Considera o Governo necessário manter e incrementar a participação da Espanha no mercado turístico internacional. Para tal fim, o II Plano prevê a aplicação nunca inferior a meio por cento de todo o ingresso de divisas produzido pelo turismo estrangeiro. Caso contrário — asseguram os responsáveis pelo setor — e ante a crescente publicidade dos outros países competidores, a Espanha não só deixaria de manter a sua posição atual como não teria possibilidade de alcançar os objetivos programados para o triênio 1969/71.

Ainda no campo da promoção, o Governo deverá lançar novas campanhas de relações públicas e instalar dois escritórios de turismo na Europa (Inglaterra e Alemanha), dois na África (Egito e União Sul Africana), um na América do Sul (o qual poderá ser na Venezuela, Brasil ou no Peru),

um na Ásia e outro na Austrália. Tais escritórios têm como missão principal captar a demanda e canalizar a propaganda turística, proporcionando as mais amplas informações sobre a Espanha.

O Estado possui uma rede de alojamentos, cujo marco inicial foi o Parador de Gredos, posto à disposição do público, no ano de 1928. Atualmente conta com 82 estabelecimentos de diversos tipos, com capacidade para 3.600 lugares. É verdade que se trata de cifra pequena (menos de 5% do total nacional), porém o aspecto numérico carece de importância se levarmos em consideração a qualidade e os atrativos turísticos que os mesmos oferecem. Em 1928 criou-se o Patronato Nacional de Turismo, transformado em Serviço Nacional de Turismo dez anos mais tarde. Em 1939, recebeu a denominação de Direção Geral de Turismo e, finalmente, em 1961, passou a constituir o Ministério de Informação de Turismo, cujos objetivos permanecem idênticos aos dos órgãos que o antecederam no planejamento e execução da política governamental.

O "Parador Nacional" é um hotel construído ou adaptado pelo Ministério de Informação e Turismo, pertencente ao Estado, explorado por particulares, sob a fiscalização direta daquele Ministério.

Um dos aspectos da infra-estrutura que tem merecido atenção especial do Governo é o referente à preparação profissional dos servidores hoteleiros. Assim, ao lado da "Escuela Superior Sindical de Hoteleria y Turismo", em Madri, o Ministério de Informação e Turismo criou outros dez estabelecimentos similares, localizados nos maiores centros de polarização turística, como sejam Las Palmas, Santa Cruz de Tenerife, Palma de Mallorca, Gerona, Santander, Santiago de Compostela, Granada, Almería, Sevilha e São Roque. A duração do curso é de 3 anos de aulas práticas e teóricas. O último ano é dedicado ao aprendizado em estabelecimentos hoteleiros em diversas regiões da Espanha.

A posição invejável que a Espanha desfruta atualmente na exploração do turismo a escala internacional é coroação do gigantesco trabalho que o Governo vem executando desde longa data.

As estatísticas apresentadas pela Organização Comunitária de Desenvolvimento Econômico demonstram que a Espanha ocupa o segundo lugar no continente europeu entre os países preferidos pelos turistas. A Itália detém o primeiro posto.

Todo o esforço que se realiza hoje na Espanha visa à atingir um ambicioso objetivo, qual seja ultrapassar a Itália e ocupar o primeiro lugar dentre os países que se beneficiam do turismo internacional. E não está longe de consegui-lo.

Finalmente, e ainda tomando por base as estatísticas apresentadas pela Organização Comunitária do Desenvolvimento Econômico, damos abaixo um quadro sobre o volume de ingresso de divisas dos cinco mais destacados países europeus em 1967:

Pais	Ingressos (em milhões de dólares)
Itália	1.424
Espanha	1.127
França	1.041
Alemanha	871
Grã-Bretanha	652

Recursos hidráulicos

O aproveitamento das águas nas diversas regiões do Globo pode-se dividir em três ciclos, a saber: de aproveitamento inconexo, de aproveitamento integral e, finalmente, de superaproveitamento, no que se refere às reservas hidráulicas de um determinado país.

Caracteriza-se o primeiro por uma baixa demanda diante dos recursos naturais. Atingiria esta até 50% das disponibilidades; no segundo ciclo — que alcançaria 80% de aproveitamento — a demanda e a disponibilidade se acham, praticamente, equilibradas; e, finalmente, dá-se o terceiro quando a demanda iguala e ultrapassa a disponibilidade.

A situação hidrográfica da Espanha, de modo geral, indica que o país estaria entrando no segundo dos ciclos apontados. A bacia do Pirineu oriental — na região da Catalunha — já se encontra francamente na segunda etapa e a bacia do Segura — na região de Múrcia — está iniciando a terceira.

Recursos disponíveis — Dois tipos de recursos hidráulicos poderíamos distinguir: os de superfície, bastante bem estudados, e os de profundidade,

mal conhecidos, formados pelas correntes subterrâneas.

Dentro do primeiro tipo, a Espanha, com uma superfície de cerca de quinhentos mil quilômetros quadrados, apresenta uma precipitação média anual de 670 mm que contribui com a parte mais importante na formação do caudal dos seus rios.

Atualmente, são reguladas, mediante represas, 38,6% das águas desses rios, cuja capacidade útil atinge 24.163 Hm³, ou seja, 25% da aportação média.

Em 1972, data prevista para a conclusão do II Plano de Desenvolvimento, a utilização racional deverá alcançar 51,9% da aportação.

Finalmente, ao término de todas as obras de aproveitamento, atualmente em execução ou projeto, seria possível controlar uns 73,8% do caudal de todos os rios deste país.

Quanto aos recursos subterrâneos, mal conhecidos em relação às reservas, como já acentuamos, utilizam-se, anualmente, 3.100 Hm³. São constituídos por águas extraídas de poços, que permitem a irrigação de 550.000 hectares.

Demanda de água — Cabe aqui considerar dois tipos de demanda, conforme a água se destine ao consumo — utilização direta pelo homem e irrigação de culturas — ou à produção de energia elétrica, refrigeração de centrais térmicas etc.

As necessidades que denominaríamos consuntivas, isto é, que se destinam ao consumo pelo homem, são inferiores às de irrigação. A proporção atual entre as primeiras e as segundas é, aproximadamente, da ordem de um para seis e, no final do século, seria de um para três.

As necessidades médias, em água, do espanhol de hoje, variam de acordo com as regiões hidrográficas. O consumo diário por habitante vai de 100 a 400 litros, sendo a região dos Pirineus orientais a de maior quota e a do Segura a de menor.

Para o abastecimento urbano, já se encontram em execução projetos gerais que permitirão atender às demandas do ano 2.000, calculadas, por habitante, entre 210 e 850 litros, conforme a região.

Irrigação — O Governo vem dedicando especial atenção à utilização,

cada vez maior, de novas terras, através de um sistema adequado de irrigação. O II Plano de Desenvolvimento prevê a entrada em serviço de 70.000 Ha anuais, até o ano 2.000. Para aquela data, estariam sendo usados todos os recursos disponíveis de água para irrigação.

Além do crescimento apontado, de 70.000 Ha anuais, há um outro previsto, de pouco mais de meio milhão de Ha até o ano 2.000, meta natural de todo o planejamento espanhol em matéria de aproveitamento hidrográfico. Estaria constituído por terras irrigadas mediante água proveniente de poços.

Demanda não consuntiva — O potencial total instalado nas centrais elétricas espanholas, em 1967, elevava-se a pouco mais de onze milhões de quilovátios, dos quais sete milhões e setecentos mil correspondiam a centrais hidráulicas, e os restantes a centrais térmicas.

Cabe aqui citar uma afirmação da Comissão para o Estudo dos Recursos Hidráulicos da Espanha, em relação à produção de energia elétrica deste país. Com efeito, diz o referido órgão: "Se examinarmos as utilizações

Potencial hidrelétrico bruto	144,4	Twh/ano
Potencial hidrelétrico utilizado	24,6	" "
Potencial hidrelétrico utilizável	58,1	" "

Quer dizer que as possibilidades de desenvolvimento do potencial hidrelétrico espanhol se limitariam ao aproveitamento de uns 60 Twh/ano.

Dessalinização — Outro aspecto que desejamos mencionar, ainda que brevemente, é o da dessalinização da água do mar.

Em meados de 1968 realizou-se em Madrid, sob os auspícios da Junta Nacional de Energia Nuclear, um congresso internacional para estudos, visando a tornar potável a água do mar, mediante a energia atômica. Atualmente a conversão de água salgada em doce, com os processos convencionais, é demasiado cara. A solução do problema seria a central nuclear, que produziria energia elétrica e, ao mesmo tempo, água potável. Já existem, na Espanha, alguns centros que, pelos processos convencionais, dessalinizam a água. Um deles está situado nas Canárias, com uma produção diária de 2.000m³. Acha-se em construção um outro, também nas

anuais das centrais elétricas da Espanha, durante os últimos vinte e cinco anos, e compararmos esses dados com os correspondentes de outras nações (quer industrializadas, quer subdesenvolvidas), chega-se à conclusão de que a utilização do potencial instalado é inferior ao que se obtém em quase todos os países do mundo".

Atribui tal fato à irregularidade dos caudais das diferentes bacias, devido a diferenças climatológicas, sendo o remédio a construção de represas reguladoras.

Entre os anos de 1956 e 1961, a taxa de crescimento na produção de energia elétrica foi de 9%, chegando a 13% no período compreendido entre 1961 e 1966. Em relação ao futuro próximo, estima a Comissão de Energia que o crescimento elétrico manter-se-á a uma taxa de 12,6%, ou seja, haveria diminuição em relação ao quinquênio anterior. A partir de 1971, está prevista uma redução gradativa do incremento, que seria de 7%, em 1980, nível atual do crescimento europeu médio.

A estimativa atual do potencial hidrelétrico da Espanha é a seguinte:

Canárias, que atingirá uma produção de 20.000 m³ diários.

O preço atual oscila entre dez e vinte centavos de dólar por metro cúbico. Com a utilização de reatores nucleares, esse poderia cair para cerca de quatro centavos de dólar.

Os três mapas e o quadro demonstrativos, que foram escolhidos a título de ilustração das reservas da Espanha em recursos hidrográficos, naturais ou por captação, dão uma segunda idéia do esforço espanhol de aproveitamento máximo de suas poucas reservas hidráulicas. Em cada um dos mapas em apreço, figuram três tipos de planos: os de coordenação, onde o Estado aparece apenas como coordenador das diversas entidades — estatais ou privadas —; os de Obras Hidráulicas, de responsabilidade do respectivo departamento; e, finalmente, os elaborados e executados pelo Instituto Nacional de Colonização.

O primeiro dos mapas refere-se à parte sul da Espanha, à zona próxi-

ma a Almeria. Nêle destacam-se 18 represas, a maior parte já em pleno funcionamento ou em adiantada construção.

O segundo, da zona Norte, compreende toda a região desde a fronteira com a França até o norte de Portugal. Nêle figuram trinta represas, algumas de grande importância para o fornecimento de energia elétrica às zonas industriais de Bilbao e da Galícia.

Por último, o terceiro, cobre o vale do Douro. Esta região, onde se encontram localidades como Las Hurdes, consideradas há poucos anos como das mais atrasadas do mundo, transformou-se de maneira espetacular, graças às obras realizadas no campo da captação e do aproveitamento das águas. Existem nessa região 48 represas.

Conjuntura atual do desenvolvimento espanhol — Desde o início da presente década, a Espanha vem apresentando elevados índices de expansão econômica. Entre 1961 e 1967, a taxa média de crescimento do produto nacional bruto situou-se em torno de 8,2% ao ano, o que a coloca entre os países de mais rápido desenvolvimento do mundo. Essa extraordinária evolução da economia repercutiu sobre suas relações econômicas com o resto do mundo, possibilitando o aumento constante do seu comércio exterior. Com efeito as exportações passaram de US\$ 726 milhões em 1960 a US\$ 1.375 em 1967. O ritmo de crescimento das importações foi ainda mais intenso, pois de US\$ 722 milhões em 1960, chegou a alcançar US\$ 3.453 em 1967. Historicamente, pode-se dizer que o ressurgimento econômico a que ora assistimos remonta ao início da presente década, quando começou atuar de forma contínua sobre o mercado interno o fluxo de divisas provenientes das correntes de turismo, das rendas enviadas pelos trabalhadores espanhóis no exterior e dos acordos das bases norte-americanas. Por outro lado, tendo em vista o caráter autárquico da economia espanhola do pós-guerra, e que vigorou até 1964, quando teve início o I Plano, o desenvolvimento do país baseou-se, em grande parte, no fomento de atividades protegidas da concorrência estrangeira por elevadas barreiras alfandegárias. O papel do

Estado, através do Instituto Nacional da Indústria, tornou-se preponderante nos setores de infraestrutura, tais como siderurgia, mineração, eletricidade e transportes. Paralelamente, e a fim de exercer maior controle sobre as importações, o Governo incluiu no regime de "comércio de estado" a maioria dos gêneros alimentícios e matérias-primas que, pelo seu volume, acarretavam grande dispêndio de divisas. Este regime tarifário a que nos referimos continua vigente até o momento. Temos, assim, por um lado, uma indústria que se desenvolveu e consolidou sob o amparo oficial, portanto pouco habilitada a enfrentar a concorrência de países mais desenvolvidos na conquista de mercados externos, e, por outro, a capacidade legal do Governo de discriminar sobre a origem de grande parcela da importação.

Neste ponto, tem o Brasil se aproximado muito das soluções espanholas. Do mesmo modo que a Espanha, pode-se hoje dizer que o Brasil transformou em comércio de Estado os principais itens do seu intercâmbio internacional. Assim, o café está entregue à ação autárquica do IBC; da mesma forma o pinho, o cacau, açúcar, através dos respectivos órgãos de fomento e controle de exportação; e, na importação, o petróleo e o trigo sofrem, igualmente, o controle estatal.

Vinculações especiais com a América Latina — A conjuntura acima descrita favorece a intensificação do comércio com as regiões subdesenvolvidas. A América-Latina, devido ao seu atraso econômico e pela frágil estrutura do seu comércio exterior, presta-se, mais do que nenhuma outra área, ao tipo de intercâmbio comercial que interessa à Espanha na atual fase de seu desenvolvimento. Há de notar-se ainda que os vínculos históricos e a indiscutível ascendência cultural que a ex-metrópole ainda exerce sobre várias nações latino-americanas facilitam essa aproximação. O conceito quase místico da "Hispanidad", que figura na maioria das proclamações espanholas às nações latino-americanas e vice-versa, invocando nos foros internacionais por homens de um e de outro lado do Atlântico, capaz de sensibilizar a ex-metrópole e as ex-colônias, individualizando-as como um bloco homogêneo no contexto da ci-

vilização ocidental, encerra em seu bojo um propósito de integração do comércio e assistência mútua no plano internacional. De uma parte, traduz a procura espanhola de mercados para suas manufaturas e de apoio político para o regime; do lado dos subdesenvolvidos, a colocação de gêneros alimentícios e matérias-primas numa economia em expansão, bem como a expectativa de assistência técnica e financeira.

Bases econômicas de um entendimento — A consciência do problema existe tanto no setor empresarial quanto no público. Em recente simpósio promovido pelo Instituto de Cultura Hispânica sobre as relações entre a Espanha e a América Latina, o senhor E. Adarza Sevillano, em representação da Camer Internacional, apresentou tese sobre a questão. Partindo de vínculos históricos, idiomáticos, étnicos e mesmo econômicos existentes entre a Península Ibérica e a América Latina, extrapola o conceito de uma comunidade perfeitamente identificada, com características próprias e com um destino comum. A seu ver, o mundo contemporâneo tende à formação de grandes blocos identificados social e economicamente e, ao mesmo tempo, a uma mudança radical na mentalidade nacionalista que ora rege as relações entre países. No caso da comunidade ibero-americana, o interesse primordial que motivaria o ânimo da associação de uma parte e de outra seria, de um lado, o estabelecimento, para a América Latina, de uma cabeça de ponte na Europa, o que destarte lhe asseguraria a reexportação de seus produtos ao continente europeu e aos países mediterrâneos, além de poder contar com a crescente capacidade importadora da Espanha; esta, por sua vez, devido à fase de franca expansão industrial que atravessa, torna-se uma nação com decidida propensão à exportação de bens de equipamento, de tecnologia e de gerência, e a nível de pequenas e médias empresas, que é precisamente o que necessita a América Latina.

São êsses exatamente os dois pontos em que as autoridades espanholas fundamentam as bases de uma futura aproximação com a ALALC e o MCA: as previsões de aumento de consumo interno enunciadas no II Plano de

Desenvolvimento, que permitiriam incrementar o ritmo das exportações latino-americanas a Espanha e, conseqüentemente, garantir-lhes um maior poder de compra neste mercado, e a possibilidade de transformar a Península Ibérica numa plataforma ou ponte para a reexportação dos produtos latino-americanos à Europa, África e Oriente Médio.

Problemas jurídicos de um entendimento global — Os problemas jurídicos de um entendimento global com a ALALC e o MCA foram exploratoriamente estudados em tese apresentada por técnicos do Ministério do Comércio no Seminário América Latina e Espanha. Reconhece-se que o Tratado de Montevideu, em seu Artigo 58, não prevê a possibilidade de adesão de país extracontinental. Tampouco a nível de resolução da Conferência abordou-se de maneira formal a questão das relações do organismo com terceiros países. Diante disso, a solução jurídica do problema, no que se refere à ALALC, residiria ou na modificação do Artigo 58 ou na adoção de uma resolução especial que permitisse a associação com a Espanha. Esta, por sua vez, poderia contornar seus compromissos com a OCDE e o GATT se o entendimento com a ALALC se realizasse no marco de zona de livre comércio, excluindo, ipso facto, a obrigatoriedade de uma tarefa comum.

A questão se encontra atualmente em nível de estudos exploratórios. Na hipótese de persistir a tendência das nações latino-americanas de intensificar suas relações comerciais, econômicas e financeiras com a Espanha, o problema da associação ou do entendimento global provavelmente será levantado.

Posição com relação aos países subdesenvolvidos

Sendo a Espanha um país em franca expansão econômica, que dispõe de condições para ingressar no estágio da autocalcapitalização, com uma renda per capita que já alcança os setecentos dólares e, finalmente, não dependendo o seu comércio exterior da venda de produtos de base, era natural que adotasse, com relação às reivindicações do Terceiro Mundo, uma atitude reservada, compatível com os seus interesses econômicos.

Nos foros internacionais em que os subdesenvolvidos, em bloco, levantaram o problema da deteriorização de suas trocas com as nações industrializadas do Hemisfério Norte, mantiveram os representantes espanhóis uma posição cautelosa que em nenhum momento se converteu em antagonismo ostensivo ao grupo formado pelas 77 nações. O seu alinhamento entre os países já desenvolvidos era imperativo de seu estágio econômico e de sua posição-européia. A prudência com que se pautou na matéria decorre do fato de ser uma nação que vem demonstrando, inequivocamente, uma constante procura de estreitamento de relações com a América Latina e o Mundo Árabe. É precisamente essa orientação de sua política externa, por um lado, e a sua manifesta vontade de associar-se ao Mercado Comum Europeu, por outro, que condicionam a sua atitude de não comprometimento.

No campo político, os seus pronunciamentos são, via-de-regra, favoráveis aos subdesenvolvidos. Em 1968, o Ministro de Assuntos Exteriores, perante a Assembléa das Nações Unidas, apelou aos países mais ricos para que contribuíssem a remediar o subdesenvolvimento crônico da América Latina, que rotulou de injusto e perigoso para o mundo, endossando, ademais, as palavras de vários chefes de Estado latino-americanos no sentido de que as realizações efetivas da Aliança para o Progresso teriam ficado aquém de seus propósitos. No que se refere ao Mundo Árabe, é sobejamente conhecida a posição espanhola de simpatia pelas nações em conflito com Israel, e a procura de intensificação de relações comerciais com Marrocos, a Argélia e a Tunísia, em cujos planos internos de crescimento econômico tem colaborado sistematicamente.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que necessitando, de uma parte, sustentação no plano internacional para sua controvérsia com a Grã-Bretanha em torno de Gibraltar e, de outra, mercados para seus produtos industriais, corteja a Espanha, quando a ocasião se lhe afigura oportuna, tanto árabes quanto latino-americanos. Obteve assim, em contrapartida, o apoio maciço do Terceiro Mundo à defesa de suas teses sobre a descolonização de Gibraltar, e vai, paulati-

namente, penetrando com suas manufaturas nos mercados subdesenvolvidos.

Disponibilidade de recursos para a ajuda externa — No que respeita ao financiamento das áreas subdesenvolvidas através da ação multilateral de bancos e agências internacionais, cumpre assinalar, antes de mais nada que a Espanha é, e o será ainda por algum tempo, um país nitidamente importador de capitais. Desta forma, apresenta-se bastante limitada a sua capacidade financeira, e nesse sentido, a ajuda econômica que tem prestado aos países subdesenvolvidos revela-se modesta.

No que se refere especificamente à América Latina, a sua participação através dos bancos que operam na área limitou-se à subscrição, através do Instituto Espanhol de Moeda Estrangeira, de um convênio de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento no montante de US\$ 20 milhões, empréstimo destinado a estimular o fomento econômico dos países membros daquela entidade bancária e, em 1966, à aquisição de US\$ 5 milhões em bônus do BID.

Além da canalização multilateral da cooperação financeira, a Espanha assinou ultimamente com certos países da América Latina convênios de empréstimos, todos eles vinculados à exportação de manufaturados espanhóis. Assim foi o acôrdo com o Governo boliviano e o serão os que estão sendo negociados com os demais governos.

A principal razão que determina a "ajuda" externa vinculada espanhola para países em desenvolvimento é a necessidade imperiosa de a Espanha exportar manufaturados para utilizar a capacidade ociosa de seu parque industrial e baratear os custos de produção, colocando sua indústria em termos competitivos no MCE, organização em que está pleiteando seu ingresso.

Como foi mencionado, o país oferece grandes perspectivas para a aplicação de recursos. A rápida amortização do capital revela a rentabilidade dos diversos setores da economia espanhola. O aumento do nível de vida e a sofisticação gradual dos hábitos de consumo da população, características do desenvolvimento das economias do mercado, favorecem a

permanência e o aporte externo de capital. Como fator paralelo e integrado nesse contexto, as rendas oriundas do turismo contribuem notavelmente não só para acelerar o processo de crescimento da oferta mas também para impulsionar a demanda através da circulação desses recursos.

Ocorre, entretanto, que aos poucos o parque industrial tende a atingir um grau de saturação com relação ao mercado interno, apresentando índices de lucratividade marginal reduzidos. A entrada da Espanha no MCE, aliada ao esforço desenvolvido no sentido da penetração na América Latina, mostram a fragilidade estrutural em que se encontra a capacidade de consumo interna. Nesse aspecto a América Latina oferece perspectivas mais animadoras. Daí podermos afirmar que há possibilidades de canalizar capitais privados para o Brasil.

Posição com relação à CEE

Em 1968 o custo de vida na Espanha registrou o menor aumento verificado nos últimos sete anos. Sua balança de pagamentos acusou um apreciável superavit. O processo de inversão de capitais recobrou o ritmo anterior e até mesmo a sua intensidade, criando novas oportunidades de trabalho que reduziram o desemprego aos níveis mais baixos do após-guerra. A economia espanhola mostrou-se, portanto, em expansão.

Superadas as principais dificuldades que a afetavam política e economicamente, conforme já foi narrado neste relatório, passou a Espanha a uma intensa atividade industrial. Promoveu, assim, uma razoável legislação social, abriu sua economia às realidades do exterior, estimulou a concorrência internacional pelo aperfeiçoamento de seus produtos a preços competitivos e fomentou o turismo, que se revelava poderoso estímulo para a economia.

Através do I Plano de Desenvolvimento, tomou a Nação consciência de que somente seria possível vencer o atraso e a pobreza se fôssem colocados ao alcance do seu conhecimento os dados e as opções para a solução de seus problemas. Sem as estatísticas das atividades produtoras, sem os quadros que cotejassem a produtividade nacional com a de outros

países mais desenvolvidos, e sem os compromissos governamentais de formação de uma infra-estrutura, tornar-se-ia inviável trabalhar economicamente e enfrentar a competição. A análise geral da economia e a promoção dos estudos setoriais constituem a radiografia e o diagnóstico indispensáveis para o combate ao subdesenvolvimento. De outro lado, a segurança dos preços, a efetividade do salário, o direito ao lucro e a confiança na reinversão, aliados à defesa do poder aquisitivo que permite uma constante absorção da produção pelo consumo interno, despertam o interesse de aplicação dos capitais ociosos, sedentários ou de mera usura, ampliando os financiamentos a juros aceitáveis. Converte-se, desse modo, a inflação em estabilidade, transformando-se a ordem política em paz social, e abrem-se, enfim, aos passos do povo os caminhos da prosperidade, da confiança e da tranquilidade no futuro.

De fato, uma conscienciosa e inteligente planificação responde hoje à moderna concepção de que liberdade e ordem constituem aspiração, representam instrumentos e somente subsistem onde haja economia organizada, riqueza dinamizada.

São assim os planos de desenvolvimento, fatores de aglutinação para o esforço nacional, pois em seus orçamentos, em sua mecânica, em sua aplicação e em seus resultados realizam uma fusão de empenhos, solidarizam capital e trabalho, mobilizam a técnica, conceituam e explicam os fenômenos sociais e econômicos, definem rumos e dão sentido construtivo ao trabalho uniforme da Nação.

Em 1938, Manuel Azaña, falando como Presidente da República, afirmou solene e categoricamente que "durante 50 anos os espanhóis estão condenados à pobreza absoluta e a trabalhos forçados; isto não tem remédio".

O seu vaticínio durou pouco mais de um decênio, findo o qual estava rigorosamente comutada tão pesada pena. Partiu-se então para a reconstrução, a estabilidade e finalmente a prosperidade, que se converteram em prêmio ao povo espanhol pelos seus sacrifícios e esforços.

Durante todo esse tempo, a partir da formação da Comunidade Econô-

mica Européia, porfiou a Espanha em dela participar, concretizando em 1962 a solicitação de abertura de negociações para a adesão ao Mercado Comum. Somente em 1964 decidiu o Conselho de Ministros da CEE constituir uma comissão para dar início a conversações exploratórias, as quais duraram até julho de 1966.

Os principais objetivos espanhóis, no que se refere à sua participação na Comunidade Econômica Européia, não podem ser considerados excessivos, nem sequer ambiciosos. São, em resumo, os seguintes:

- 1) instauração progressiva entre as partes interessadas de uma união, mediante harmonização da política econômica, sobretudo agrícola;
- 2) proteção da mão-de-obra espanhola nos países da CEE;
- 3) expansão dos investimentos comunitários na Espanha.

O Governo desejava, ademais, definir um tratamento equânime para os seus produtos agrícolas, ante as facilidades oferecidas pelo MCE aos países de Magreb.

Com base no relatório da Comissão exploratória, o Conselho de Ministros da Comunidade inclinou-se pelo estabelecimento de uma união aduaneira e econômica que seria alcançada em duas fases de crescente integração. Credenciou, nesse sentido, uma Comissão negociadora para retomar as conversações com a Delegação espanhola, estabelecendo a amplitude de seu mandato. Celebraram-se, assim, reuniões plenárias e formais em setembro e novembro de 1967, e fevereiro e abril de 1968.

No decorrer das conversações, evidenciou-se que o mandato da Comissão não era o suficientemente amplo que lhe permitisse negociar um acordo nos moldes pretendidos pela Espanha. Paralelamente, as partes já admitiam a possibilidade de chegar a um entendimento dentro das normas do GATT. Assim, a Delegação espanhola atingia seu objetivo apresentando propostas que extravazavam os limites estabelecidos pelo mandato da Comissão, obrigando-a a concluir pela necessidade de reformular, em níveis mais amplos, a sua posição negociadora.

Comércio exterior

O isolamento, a penúria e a escassez da década 1950/1959 converteram em rentável qualquer inversão na Espanha, pelo simples motivo de que o país não dispunha de divisas para importar bens de consumo. Aquela época, 70% de seus ingressos provinham da agricultura e dos minerais. Dêsse modo, não havia para a Espanha outra alternativa senão apoiar-se em seu balanço de pagamentos para iniciar uma fase de dinamização comercial no campo internacional, aceitando manter um desequilíbrio da balança comercial como rotina a ser corrigida pelas auferições de divisas de outras procedências, que não exclusivamente a exportação.

Essa política, porém, foi paulatinamente debilitando o balanço de pagamentos, em sua missão de subministrar o poder de compra exterior. Para corrigir essa distorção, passou o Governo a defender e a estimular a tese da exportação e do significado da divisa.

Até que produzissem frutos as novas linhas econômicas, permaneceu a crise do balanço de pagamentos que, junto com outros fatores, acabou forçando a desvalorização da peseta.

A teoria do desenvolvimento espanhol passou, então, a girar em torno da idéia de que a divisa é um bem precioso e escasso. Lançam-se dois postulados: alto tipo de câmbio para favorecer a exportação; altas tarifas alfandegárias para desestimular a importação.

Os estímulos cambiais e financeiros para exportar despertam o interesse dos produtores espanhóis; assim, passa-se a produzir mais e isso acaba criando disponibilidades internas, pois a alta tarifa dificulta os acordos bilaterais e impede que a produção seja escoada em sua totalidade.

De outra parte, necessitava o Governo estimular a implantação de novas indústrias que incrementassem ainda mais o volume da exportação, sendo para tanto indispensável expandir a capacidade de importação de máquinas e matérias-primas.

Chegava-se, pois, à consciência de uma realidade prática: a Espanha teria de ser, por longos anos, nitidamente importadora. Em consequência, não poderia fundamentar o seu desenvolvimento na balança comer-

cial, mas sim, procurar obter saldos no balanço de pagamentos, a fim de compensar os inevitáveis déficits do comércio exterior.

O país ingressa, então, impetuosamente, na indústria de turismo. Ela iria proporcionar-lhe todos os anos rendidas aproximadamente iguais ao volume de suas exportações.

O mercado europeu de trabalho, por outra parte, permitiu-lhe colocar um grande número de trabalhadores, principalmente na Alemanha e França. Com isso, o país se alivia da mão-de-obra desocupada e improdutivo e passa a suprir-se de uma renda anual de centenas de milhões de dólares, que chega a atingir, em 1967, a US\$ 450 milhões.

Desta forma consegue a Espanha auferir rendimentos apreciáveis capazes de compensar os déficits da balança comercial e de manter por largos períodos a estabilidade monetária.

As importações espanholas passam a ser tratadas dentro de diversos regimes, de acôrdo com o país de origem da mercadoria e com a mercadoria.

I. Quanto ao país de origem:

Categoria "A" — São os membros da OCDE, seus territórios de ultramar e os que concedem à Espanha a livre conversibilidade dos saldos provenientes das suas exportações. A esse grupo de países aplicam-se, de modo geral, os regimes de importação liberalizada e de contingentes. Aplicam-se, também, excepcional e transitória, o regime de Comércio de Estado e Bilateral às mercadorias desses países que não se encontram expressamente incluídas no regime anteriormente citado.

Categoria "B" — São os demais países (não membros da OCDE). O comércio com esse grupo efetua-se através de convênios bilaterais e de pagamentos. O Brasil está incluído entre os países da categoria "A".

II. Quanto à mercadoria:

"Comércio de Estado" — Compreende aqueles produtos para os quais o Estado se reserva o direito de importação. Figuram entre eles determinados alimentos e produtos agrícolas não alimentí-

cios. Neste caso, o único agente importador será a organização ou departamento ministerial que recebe a ordem, como, por exemplo, o Comissariado de Abastecimentos e Transportes do Ministério do Comércio.

Comércio liberalizado — Compreende a maior parte dos produtos alimentícios, matérias-primas e bens de capital não incluídos no "Comércio de Estado". Em 1969, esta rubrica representou, aproximadamente, 50% das importações totais da Espanha, alcançando 70% em 1967. Qualquer firma pode realizar a importação desta classe de mercadorias, desde que procedentes do primeiro grupo de países mencionados, sem nenhuma limitação de caráter quantitativo.

Comércio globalizado — Este é o regime de importação para produtos que não figuram em nenhum dos sistemas precedentes. Aplica-se unicamente às mercadorias originárias de países que comerciem com a Espanha em moeda conversível, e, como é óbvio, a qualquer mercadoria procedente de países que mantenham acôrdo bilateral com a Espanha. Trata-se de um sistema de liberação individual de importação, cuja concessão fica ao arbítrio das autoridades competentes.

A liberação das importações vem se produzindo paulatinamente. Assim, o comércio liberalizado, que em 1959 compreendia 50% das importações espanholas, passou em 1968 a abranger, aproximadamente, 70% das compras externas do país.

A marcha seguida pelas importações espanholas durante a presente década dá uma idéia suficientemente clara da extraordinária expansão das mesmas e das possibilidades que atualmente apresenta a Espanha como mercado importador. Uma prova a mais de que a citada expansão superou tôdas as previsões encontra-se no exame da projeção das importações realizadas no Plan de Desarrollo Económico y Social, 1964/67.

Para ela contribuíram, principalmente, os dois seguintes fatores: a) o processo de liberalização do comércio iniciado em 1959; b) o desenvolvimento econômico acelerado que atra-

vessou a Espanha durante o período 1960/1968, havendo passado a renda per capita de 290 dólares no primeiro ano a 700 no último.

Todavia, durante o período 1958/1968, a evolução favorável das contas da balança de pagamentos mostrou-se suficiente para financiar o déficit comercial e acumular reservas de divisas.

O quadro abaixo demonstra o excepcional crescimento do volume global da balança de pagamentos espanhola:

Ano	Em milhões de dólares
1958	1.002,70
1959	805,47
1960	1.460,73
1961	1.819,90
1962	2.036,78
1963	2.377,56
1964	2.871,59
1965	3.546,90
1966	4.147,57
1967	4.182,72
1968	4.700,00

Intercâmbio comercial com o Brasil

Em 24 de julho de 1952, o Brasil firmou com a Espanha um acôrdo comercial pelo período de um ano, que previa um intercâmbio de dez milhões de dólares. Da lista brasileira constavam algodão, US\$ 5 milhões; fumo, US\$ 3.300 milhões; café, US\$ 1.200 milhões; dormentes, US\$ 200 mil; e mercadorias diversas no total de US\$ 300 mil. A Espanha participava com um contingente numéricamente superior, diversificado em 37 produtos.

Esse acôrdo foi automaticamente prorrogado, conforme previa o parágrafo 9, tendo sido ultrapassados de muito os quantitativos indicados.

Por iniciativa brasileira, o ajuste foi denunciado em maio de 1962. Tal medida, vale salientar, contrariava o ponto de vista espanhol, uma vez que acarretaria a diminuição do intercâmbio entre os dois países, fato que efetivamente ocorreu.

A propósito, cumpre mencionar que em 1961 o Brasil detinha 53,66% das importações espanholas de café; em 1965 passou a Colômbia a liderar as exportações do produto, caindo a participação brasileira a 14,67%.

A partir de 1962, o intercâmbio comercial entrou numa fase de depressão com acentuada redução em nossas exportações, que passaram de US\$

21,1 milhões em 1962 e US\$ 15 milhões em 1963, e a US\$ 12,5 milhões em 1964, voltando a reagir em 1965, quando atingiram a US\$ 27,9 milhões, mantendo-se estagnadas em torno dessa cifra nos anos seguintes, até culminar com o excelente resultado obtido em 1968 — US\$ 59,4 milhões, o dobro do ano anterior, quando, como referi no início, já me encontrava chefiando aquela Missão diplomática.

CULTURA E CIÊNCIA

Relações Culturais com América Latina

A ação pioneira da Espanha na América, as instituições fundadas com sua inspiração ecumênica e a centenária convivência cultural, terminaram criando uma nação ultramarina que é, de certa forma, parte integrante da ex-metrópole. As doutrinas de Jobellanos e de Covarrubias adquirem solene autoridade nas Cortes de Cádiz ao definirem que "a Nação espanhola é a reunião de todos os espanhóis de ambos os hemisférios". Não é portanto de estranhar-se que o Conde de Aranda tenha apresentado seu projeto de federação e autonomia dos povos hispânicos um século antes de que se cogitasse da formação do Commonwealth. As vinculações íntimas do passado e a homogeneidade linguística, a par da identidade de ideais cristãos, constituem a base do mundo hispânico e favorecem, no presente, o entendimento entre as duas comunidades.

A cultura espanhola apresenta-se hoje enriquecida por significativos avanços em diversos setores da ciência e da arte. Cabe mencionar, por exemplo, no campo da planificação econômica, a inédita experiência para o Mundo Hispânico dos Planos de Desenvolvimento postos em prática pelo Governo espanhol, com a teoria e implantação dos chamados "pólos de crescimento", de acordo com um programa de âmbito nacional destinado a revitalizar vastas regiões do país; no planejamento urbano, o emprêgo de esquemas e soluções que permitirão obviar os problemas da excessiva concentração populacional das cidades do futuro; no campo da educação técnica, a constituição de inúmeros estabelecimentos de ensino de nível médio, indispensáveis à formação da mão-de-obra exigida pela expansão econô-

mica do país; nos vários ramos da medicina, na química farmacêutica, no aparelhamento médico-hospitalar, na indústria naval e eletrônica, na utilização da energia nuclear, para fins civis, na gerência e administração da empresa, na programação e fomento da indústria do turismo, bem como em muitos outros setores da vida moderna, mostra-se a Espanha perfeitamente capacitada a transmitir conhecimentos às nações menos desenvolvidas da América Latina. No que se refere ao pensamento e às artes, bastaria mencionar a riqueza de seus museus, o patrimônio histórico disseminado entre as cidades, o nível alcançado pela pesquisa, a intensa atividade editorial amparada pela universalidade do idioma, o movimento teatral e cinematográfico, — todo um quadro de atualidades científicas e artísticas, enfim, que exerce inegável influência e atração sobre a cultura latino-americana.

A política de aproximação que o país desenvolve atualmente nas ex-colônias americanas, em particular junto à intelectualidade local, visa à preservação dos valores espirituais e do patrimônio histórico que compõem o substrato do conceito de Hispanidade. A manutenção dessa coesão cultural assegura-lhe uma posição privilegiada no mundo hispânico e facilita sua atuação junto às elites latino-americanas, possibilitando, em muitos casos, a obtenção do respaldo político e a penetração econômica que são os seus objetivos permanentes na área. Forçoso é reconhecer o apoio que os países americanos, isolada ou conjuntamente, prestaram à Espanha no pós-guerra; igualmente, já foram analisadas neste relatório as formas de sua penetração comercial na América.

A eficácia dessa política mede-se pelo intenso intercâmbio de homens e de idéias existentes hoje entre as duas comunidades. A distribuição pelo Governo espanhol de bolsas-de-estudo a pós-graduados americanos tem-se revelado, nesse sentido, um meio valioso de polarização cultural. Por outro lado, os convites a personalidades da ciência ou das letras ibero-americanas para visitarem a Espanha, bem como a troca de professores e conferencistas, sucedem-se numa rotina que favorece a consolidação dos

vínculos já existentes nesse terreno. A presença de editoras espanholas nas grandes capitais da região e, ainda, as facilidades acordadas com vários países para venda de publicações completam o conjunto dos principais instrumentos de aproximação cultural.

Cabe a execução dessa política e sua coordenação com os setores privados espanhóis ao Instituto de Cultura Hispânica, órgão governamental que dispõe de excelentes instalações, numeroso pessoal técnico e uma dotação orçamentária que rivaliza com a do Ministério de Assuntos Exteriores, (ao qual no entanto está vinculado organicamente) fatos indicativos da importância que as autoridades emprestam à difusão cultural. O Instituto mantém estreito contato com as Missões diplomáticas das nações latino-americanas em Madri. De outra parte, patrocina a realização de exposições, festivais, conferências, ciclos de cinema, publicação e distribuição de obras de interesse, estipulando de grande prestígio nos meios intelectuais espanhóis e americanos.

Posição do Brasil

O Brasil, como nação latino-americana, insere-se no contexto da área de penetração cultural que analisamos anteriormente, recebendo um tratamento ditado por suas características peculiares. Com efeito, a formação social que acompanhou seu processo histórico o diferencia dos demais países da região e limita, de certo modo, o campo da influência espanhola. O seu passo político e importância econômica compensam a diferença idiomática e a inexistência de vínculos mais profundos com a Espanha, fazendo com que este país se mantenha igualmente interessado no estreitamento das relações culturais.

Presença cultural brasileira na Espanha

A presença cultural brasileira situa-se em níveis pouco satisfatórios. Em primeiro lugar, a reduzida dotação que recebe a Embaixada (US\$ 2.000,00 anuais) sob a rubrica "Verba cultural" impede uma programação objetiva de atividades que possibilite aos brasileiros interessados o acesso às fontes da ciência e da cultura espanhola. Tornase assim difícil a captação da tecnologia e do

progresso científico que constitui, em última análise, o nosso objetivo básico. Por outro lado, a deficiência do material de promoção e propaganda existente na Missão, em qualidade e quantidade, seja no que se refere a filmes, discos, livros, mapas ou mesmo simples folhetos de propaganda, anulam os esforços no sentido de uma aproximação construtiva junto ao mundo cultural espanhol, circunscrevendo-os a um papel de mera informação esporádica. A carência de recursos a que nos referimos anteriormente poderia ser contornada pela existência da Casa do Brasil, não fôsse a sua congênita situação deficitária, que dificulta o pleno aproveitamento da instituição.

A Embaixada, através da publicação da Revista de Cultura Brasileira, promove a difusão das nossas letras entre uma pequena faixa de intelectualidade local. Mediante o uso intensivo de seus filmes de curta-metragem, leva a cabo uma campanha de promoção turística junto a colégios, centros de ensino médio e superior, entidades culturais diversos, cine-clubes etc., tanto na capital quanto na província. Empréstimo sistematicamente diapositivos e discos de música popular e erudita. Realiza, outrossim, exposições e recitais de artistas, sempre limitada por suas disponibilidades financeiras e pela qualidade do seu material.

Intercâmbio de bolsistas

A concessão de bolsa de estudo a brasileiros para cursos de especialização na Espanha obedece à orientação geral do Instituto de Cultura Hispânica. No período letivo 1967-1968, de cerca de mil bolsas distribuídas entre candidatos latino-americanos, couberam a brasileiros menos de sessenta. Essa desproporção resulta, em grande parte, não só do desistério do universitário brasileiro em realizar cursos de especialização na Espanha, mas também da inexistência de reciprocidade na concessão de bolsas por parte do Governo brasileiro. Estas, em número reduzido (3 no corrente ano), mal dotadas financeiramente, não são de natureza a atrair o interesse de estudantes espanhóis.

Sob tal aspecto, a nossa política poderia valer-se da posição espanhola, conjugando-a com a existência da Casa do Brasil em Madrid, e procurar

auferr os maiores benefícios possíveis do acervo cultural e científico do país. Assim, no intercâmbio de bolsistas, dever-se-ia facilitar a vinda à Espanha de estudantes cujos propósitos de especialização estivessem vinculados ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro, com ênfase especial nas carreiras técnicas.

Possibilidades de incrementar as atividades culturais

A Revista de Cultura Brasileira, devido ao seu alto padrão literário, conta hoje com um público interessado entre a intelectualidade espanhola. Transformou-se, com o correr do tempo, num instrumento de difusão cultural de elite que extravazou as fronteiras espanholas e as da própria América Latina. No entanto, o seu círculo de leitores é bastante reduzido, seja pela tiragem (4.000 exemplares trimestrais) ou pela matéria versada, que se tem concentrado exclusivamente na prosa e na poesia brasileiras. A fim de ampliar a importância da Revista de Cultura Brasileira e a sua mais proveitosa circulação, a Embaixada determinou à Redação que procurasse incluir, desde o primeiro trimestre de 1969, trabalhos de natureza histórico-social sobre o Brasil, e solicitou da Secretaria de Estado um reforço de dotação que lhe permitisse aumentar o seu número de páginas, bem como a tiragem. Por outro lado, tentará na medida do possível, estender o campo da Revista de Cultura Brasileira a outros setores da cultura brasileira, com a inclusão de trabalhos sobre artes plásticas, música e teatro, propiciando, desta forma, uma visão mais completa do panorama artístico brasileiro.

No que se refere ao cinema promocional, a Embaixada dispõe de um pequeno acervo de filmes de curta metragem, dos quais os de melhor aceitação têm sido os da série "Brasil, Retrato de um País". Vem assim, precariamente, atendendo à demanda de filmes que retratem paisagens, cidades e aspectos históricos do Brasil. No entanto, esses curta-metragens esgotam suas possibilidades de projeção à medida que vão sendo conhecidos do público. Torna-se inadiável ampliar a filmoteca da Missão, dotando-a de películas que enfoquem outros aspectos do Brasil, sobretudo no que res-

peita à dinâmica industrial, seja por setores ou empreendimentos isolados.

Quanto ao cinema comercial, poderia a Embaixada fomentar o interesse já existente num pequeno círculo especializado do público pelo moderno cinema brasileiro, que se tornou parcialmente conhecido na Espanha através da projeção de algumas obras de valor ("Deus e o Diabo na Terra do Sol", "A Falecida", "Selva Trágica"). Esses filmes foram recentemente apresentados em salas de arte, sem a indispensável cobertura de propaganda. A exibição de pelo menos seis filmes representativos da indústria cinematográfica brasileira atual, sob o patrocínio do Instituto de Cultura Hispânica e da Embaixada, consolidaria a impressão favorável deixada por aquelas obras, despertando, eventualmente, interesse na sua exibição a escala comercial.

Outro campo de atividades que convém explorar é o da música popular. Entre 1961 e 1967, a Embaixada manteve um programa radiofônico semanal de música popular brasileira. Na época de sua extinção, o programa "Aquarela do Brasil" contava com uma boa audiência, como o atesta o número de solicitações de empréstimos de discos que a Missão atendia, e também o interesse da emissora em continuar a irradiá-lo a custos inferiores aos reais. O programa vinha realizando uma difusão sistemática e construtiva da música popular brasileira na Espanha, com provável repercussão na América Latina, haja vista a influência cultural que este país exerce sobre a comunidade hispano-americana. O seu restabelecimento foi oportunamente proposto à Secretaria de Estado.

Investigação científica e técnica

A vida moderna e suas necessidades levaram o homem ao exercício de atividades intelectuais que procuram explicar, por meio de leis naturais, o comportamento da matéria em todos os seus estados de transformação ou de utilização. Esta atividade qualificada da indagação, experimentação e aplicação é o que constitui hoje os amplos conceitos da investigação científica e tecnológica.

No passado recente, tal investigação era obra de indivíduos que trabalhavam isoladamente. Os descobri-

mentos científicos constituíam, na maior parte das vezes, curiosidade de museus. A utilização de um descobrimento puramente científico — e seria nesse instante que ele se tornaria tecnológico — tropeçava com inúmeras dificuldades. Por um lado, a indústria era por demais primitiva para incorporá-lo rapidamente; por outro, a sua não absorção determinava penoso processo mecânico. O círculo se fechava e não havia solução aparente.

Graças à luta e coragem de homens realmente extraordinários, que impuseram seus descobrimentos a uma geração incrédula e comodista, a situação evoluiu, transformando-se. A distância entre o teórico e o prático era de cem anos nos tempos de Newton e Leibnitz. De meio século, no início deste. De frações de segundo, atualmente. Os descobrimentos de novas partículas, para citar um exemplo, são utilizados quase que simultaneamente com o seu nascimento nas deduções de novas teorias e estas, por sua vez, num ricochetear infinito, em novos descobrimentos de outras partículas.

Administração científico-tecnológica, porém, não é mais possível, nos dias de hoje, de maneira isolada. O crescimento logarítmico do conhecimento humano e a exigência desse conhecimento em dados de informação só pode ser atendido mediante o trabalho de equipe. Nos últimos anos, advertiram os Governos que os problemas sociais básicos que afligem o mundo —, segurança, bem-estar e prosperidade —, só poderiam ser solucionados através das aplicações tecnológicas da investigação científica.

Daí, nos países mais avançados, fixar-se cada vez maiores recursos orçamentários à investigação científica propriamente dita.

Divide-se ela em dois grandes setores: o da formação de pessoal especializado e o da investigação como tal. Esta, por sua vez, subdivide-se em investigação pura — onde o investigador trata de descobrir alguma coisa nova e, posteriormente, buscar-lhe uma eventual aplicação — e investigação aplicada ou tecnológica — onde se apresenta ao investigador uma situação concreta para a qual se pede solução.

Na Espanha, ocupa-se o Governo da investigação científica através da Pre-

sidência do Governo e dos Ministérios da Agricultura, do Ar, do Comércio, da Educação e Ciência, da Governação, da Indústria, da Marinha e, finalmente, das Finanças Públicas. A cada um destes estão subordinados centros, institutos, serviços diversos que cobrem o campo geral da pesquisa pura e aplicada.

Além do Governo, a indústria privada também promove a investigação, ainda que em muito menor grau. O Governo, entretanto, mediante o "Centro de Investigación Científicas y Tecnológicas", coordena as diferentes atividades.

Em 1964, dispendeu a Espanha para a investigação da qual nos ocupamos um bilhão, setecentos e quarenta e dois milhões de pesetas (cerca de US\$ 25 milhões). Em 1967, essa cifra elevou-se para três bilhões, trezentos e cinquenta e quatro milhões de pesetas (cerca de US\$ 65 milhões).

Não obstante haver o país dispendido uma quantia bastante elevada relativamente às suas possibilidades orçamentárias, o próprio Governo reconhece deficiências na organização da investigação. Em primeiro lugar, existe falta de pessoal. Esta falha é atribuída a: a) indiscriminação do ensino, devido à falta de professores e à falta de laboratórios em centros urbanos reduzidos; b) bolsas de estudo escassas em número, pobres em dotação e difíceis de obtenção; c) falta de retribuição adequada ao pessoal especializado que, em grande escala, opta pela emigração a outros centros do estrangeiro; d) a vitaliciedade de lugares de interesse nos diversos centros, o que anula o estímulo ou a esperança daqueles que se encontram na expectativa de um lugar melhor.

O II Plano de Desenvolvimento, que se acaba de iniciar, preconiza uma série de medidas tendentes a remediar tal situação. Eleva as remunerações, a fim de tornar atrativa a carreira de investigador e evitar a fuga para o estrangeiro dos mais capazes. Procura ademais acelerar a formação de pessoal especializado. Nesse sentido, prevê-se, no quadriênio em curso, a formação de dois mil investigadores anuais. Por outro lado, preocupa-se em fomentar o crescimento dos diferentes centros de investigação existentes no país, de acordo com suas necessidades e importância dentro do

plano geral, bem como auxiliar, por quantos meios estiverem ao seu alcance, a investigação no setor privado.

A Espanha se dá bem conta da necessidade absoluta de incrementar a investigação científica, pois encontra-se atualmente, nas quantias atribuídas para fins de investigação, em nitida posição de inferioridade com relação a outros países da Europa. É muito acentuada, por exemplo, a distância tecnológica entre a Espanha e a França. Assim, os esforços espanhóis visam a evitar que esta distância aumente. Procura o Governo alcançar os benefícios da tecnologia e diminuir o excessivo atraso do país com relação às nações mais desenvolvidas. Mas para apenas impedir que a distância a que antes nos referimos aumente terá de empregar na pesquisa recursos muito superiores aos atuais. Aqui, também, a Espanha vem pagando o alto preço do seu isolamento, que, por anos, impediu-lhe o acesso à oportuna participação no desenvolvimento tecnológico verificado em outras áreas.

Um dos melhores centros que possui o país, é, sem dúvida, a Junta de Energia Nuclear, seja pelo pessoal altamente especializado com que conta ou pelos resultados práticos com que tem contribuído para o desenvolvimento industrial da Espanha.

A Junta deve-se a instalação e supervisão dos reatores de potência, em funcionamento ou em construção. Na realidade, está funcionando apenas o de Zorita, próximo a Madri, com uma capacidade de cento e cinquenta mil quilowatts hora, que ainda não se acha a plena carga.

A Junta de Energia Nuclear promove também a exploração e tratamento do minério de urânio, de produção local. A produção da Espanha é escassa e nem mesmo atende às suas necessidades.

Cooperação científico-tecnológica com o Brasil

As relações científico-tecnológicas entre o Brasil e a Espanha se desenvolvem, no momento, sob a forma de intercâmbio de professores e bolsistas não existindo, como seria desejável, nenhum acordo específico entre os dois países.

Atualmente, mantém a Espanha convênios científico-tecnológicos com

grande número de nações, sendo os mais recentes o negociado com a Argentina, em meados de 1969, e os que estão prestes a ser assinados com a Itália e o Brasil.

A doutrina espanhola, e a seguida pela maioria dos demais países, é de que os referidos convênios, tendo em vista sua especial natureza, devem ser diretamente negociados pelos órgãos de investigações científicas de cada país. Com efeito, caracterizam-se esses convênios: a) pelo campo específico de aplicação relativo à investigação científica e tecnológica; b) por verificar-se o intercâmbio de professores e bolsistas (estudantes) dentro de um quadro puramente científico-tecnológico; e) pela assistência recíproca, altamente especializada.

No mundo da técnica, em que vivemos em constante e acelerada expansão, as negociações entre governos, para o intercâmbio de determinados conhecimentos, precisam ser levadas a cabo com a maior rapidez possível. Um retardamento de alguns meses em conhecer e aplicar tal ou qual técnica pode significar para o desenvolvimento de um país atraso de anos, muito difícil de recuperar.

Os acordos ou convênios, concluídos entre governos, são necessariamente lentos em sua elaboração e ratificação. Torna-se necessário movimentar boa parte da máquina administrativa do país, ocupado com mil outras questões, para elaborar o convênio. Por tal razão, os acordos, quando concluídos entre Estados, são o suficientemente amplos para cobrir em um grande número de situações mais ou menos previstas, e, uma vez ratificados, devem funcionar por períodos bastante longos que compensem o tempo consumido em suas respectivas elaborações.

Entretanto, a característica principal do desenvolvimento científico-tecnológico é a rapidíssima mudança de situação, às quais, dificilmente, poder-se-iam aplicar normas ou diretrizes de uma situação anterior. Daí a necessidade de se dispor de um instrumento que possa ser em pouco tempo negociado e aplicado e, se as condições assim o exigirem, substituído por outro. Nesse sentido, o convênio, diretamente negociado e assinado pelos órgãos especializados de

cada país, seria a solução. Os entendimentos diretos entre as partes interessadas permitem maior agilidade de estudo e sua rápida entrada em vigor.

Em junho de 1968, o Professor Lora Tamayo, quando de sua viagem a Buenos Aires, a fim de concluir um acordo de cooperação científico-tecnológico com a Argentina, deteve-se alguns dias no Rio de Janeiro, com o objetivo de estudar as bases de convênio semelhante que seria assinado com o Brasil. Posteriormente, enviou ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas cópia do texto que acabava de ser negociado com a Argentina, concluído em meados de 1968 e que entrou em pleno funcionamento a 1.º de janeiro último. Segundo a cópia fornecida pelo Ministério de Assuntos Exteriores a esta Embaixada, o convênio proposto ao Brasil seria assinado entre os respectivos Governos e não diretamente entre os órgãos interessados.

Não é preciso repetir os argumentos sobre os atrasos que isto acarretaria. Apenas basta observar que, de dois acordos, cujas negociações foram iniciadas simultaneamente pela Espanha, um com o Brasil e outro com a Argentina, o segundo já está vigente, por haver-se adotado a fórmula da negociação direta mais simples e mais aconselhável nestes assuntos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Relatório, como também o que apresentei ao Ministério das Relações Exteriores, não pretende ser completo, embora haja apresentado múltiplos aspectos, identificado fatores essenciais e investigado sobre circunstâncias nacionais e internacionais que tiveram decisiva influência na vida espanhola, a partir de sua Revolução. Procurou explicar as adversidades sofridas pelo país, o seu isolamento durante largos anos da comunidade das nações ocidentais, as dificuldades enfrentadas pela sua diplomacia para reencontrar o convívio internacional.

A princípio, a ameaça do comunismo, a desordem financeira e econômica, a instabilidade social e o abandono das tradições espirituais levaram à Revolução e à formação do novo Estado. Este procurou desde logo restabelecer o Tradicionalismo, como conteúdo moral e espiritual de sua ação, reprimir as esquerdas, unificar o Mo-

vimento, e organizar-se com base no Exército, na Igreja, no Partido único e na ação sindical.

Mais tarde, a necessidade de tornar-se parceiro das nações democráticas do ocidente levou à progressiva liberalização, a distanciar-se das formas fascistas sepultadas na segunda Grande Guerra, à declaração dos direitos e garantias dos cidadãos, no Fuero de los Españoles.

O Relatório, para esclarecer tais pontos, analisa a estrutura do Estado, estuda as Leis Fundamentais, a formação do Movimento Nacional, a Concordata com o Vaticano e a institucionalização das Forças Armadas no quadro constitucional, tudo já sob modelos cambiantes para as formas liberais.

Isto se vê mais claramente ao garantir o Estado espanhol, em certo momento de sua evolução jurídica, a liberdade de cultos, quando antigamente apenas consentia da religião católica apostólica romana; ao prever a destinação das Forças Armadas em termos idênticos aos estabelecidos nas constituições democráticas do ocidente; ao modificar a composição das Cortes, procurando torná-las mais autênticas e representativas, através de considerável ampliação da faixa de membros eleitos; e ao suspender, enfim, a censura prévia dos órgãos de divulgação.

No que respeita ao Sindicalismo, igualmente se verifica uma acentuada marcha para os tipos de atuação trabalhista usuais na maioria dos países ocidentais. As modificações havidas nos conceitos iniciais, a partir de José Antonio para nossos dias, a maior liberdade de reunião e de crítica e a aceitação pelo Governo dos estudos reivindicatórios de autonomia sindical demonstram esse processo de transformação.

A reforma do ensino é de alto sentido atualizante, constituindo sua tônica a modernização de métodos e a democratização da atividade. Os próprios conflitos com a área estudantil e religiosa nascem dessa liberalização, que permite as manifestações até o ponto em que não comprometem a manutenção da ordem, nem ultrapassam os limites de respeito ao patrimônio particular e público.

A sua economia teve de voltar-se para a iniciativa privada a fim de participar da competição internacio-

nal e de suprir com maior eficiência as necessidades internas. O chamado comércio de estado reduziu-se ao ponto de ser hoje a Espanha pouco mais intervencionista do que grande número de países que se consideram liberais.

Estas aberturas no campo jurídico (envolvendo a economia, a cultura, a política), permitiram o vitorioso advento do turismo espanhol.

Tendo em vista que o território espanhol é extremamente árido, com índices pluviométricos e níveis hidrográficos baixíssimos — (o que através dos tempos foi causa de atraso e impediu as conquistas de bens essenciais ao conforto e à prosperidade) —, o Relatório deu ênfase proposital ao esforço do Governo nesse setor, valorizando-o, inclusive, com os gráficos e mapas que ilustram o tema.

Vê-se, ainda, que o país se industrializa em ritmo acelerado, absorvendo técnicas e capitais estrangeiros. Tem, entretanto, a sua própria maneira de participar dos movimentos universais. Dá uma importância definitiva aos valores de sua tradição e não deseja perdê-los na prosperidade e na riqueza. Salvador Madariago assim definiu o pensamento espanhol nesta hora de revitalização econômica e de progresso: "a verdadeira economia consiste na administração adequada dos valores morais no reino material".

A Espanha européia, foi dito neste relatório, batida pelos ventos africanos, na sua península de dois oceanos, tem a alma posta nas Américas, que são filhas de sua glória, de sua coragem, de sua grandeza. Repete, em 1968, os versos do sevilhano Luiz Belmonte y Bermudez: "nome demos ao mar, nomes aos rios, medindo estrelas e fixando imãs".

A doutrina da Hispanidade não é senão o cumprimento daquilo que a Espanha considera seu dever histórico: imantar a comunidade dos povos que dela nasceram e ser a ponte das Américas com a Europa.

Por último, Sr. Presidente e Srs. Senadores, cabe-me lembrar uma curiosidade e muito rara circunstância ocorrida.

Geralmente os embaixadores de outros países têm assistido à queda de reis e à ascensão de presidentes. Eu assisti a exatamente o contrário: à ascensão de um rei.

O Generalíssimo Franco, nos termos da Lei do Estado e da Lei de Sucessão, indicou Rei da Espanha Juan Carlos de Bourbon, neto de Afonso XIII e filho do Conde de Barcelona.

Após a renúncia de Afonso XIII, este, com seus filhos, mudou-se para Roma, e, mais tarde, o Conde de Barcelona transferiu-se para Portugal.

Seu filho, Juan Carlos, tinha cinco anos quando foi matriculado em uma escola pública de Cascais e depois cursou o ginásio e ingressou na Universidade de Lisboa. Com isso, tornou-se na língua portuguesa, que é a sua língua natural, a que melhor fala e na qual pensa. Aos vinte e um anos deixou Portugal, para se apresentar ao serviço militar na Espanha. Em seguida, tornou-se cadete da Marinha, onde permaneceu até se tornar tenente. Transferiu-se, então, para a Escola do Exército, que cursou, na qual se formou, serviu às tropas e chegou ao posto de capitão. Depois entrou para a Aeronáutica, realizou seus cursos, tornou-se aviador e atingiu a patente de capitão. Casou-se com a Princesa Sofia, filha da então Rainha Frederica, da Grécia.

O interesse desse jovem pelas Forças Armadas, a sua dedicação a elas e os estudos superiores que cumpriu também na Universidade de Madri, tudo isso chamou a atenção do Generalíssimo Franco.

A partir de certo momento o Príncipe passou a ser visto acompanhando o Chefe de Estado; depois passou a participar de reuniões ministeriais; mais adiante a discutir com os técnicos a respeito de planejamentos econômicos, planos educacionais e política exterior. Em determinado instante o Caudilho decidiu fazer uso das suas prerrogativas de indicação do futuro Chefe de Estado e, diante das Côrtes reunidas, designou Rei da Espanha o Príncipe Juan Carlos de Bourbon, a quem anteriormente conferira o título de "Príncipe de Espanha".

Houve uma reação para que o Generalíssimo Franco fizesse preceder a sua Proclamação daquele título. É que, de acordo com a Lei Familiar da dinastia de Afonso XIII, o filho-herdeiro do trono era o Conde de Barcelona, que tinha o título de "Príncipe das Astúrias", assim como o herdeiro na Inglaterra tem o título de "Príncipe de Gales".

O ato foi muito discutido na Espanha, entre os monarquistas. Supunham eles que o Generalíssimo Franco deveria cumprir a Lei Dinástica. O Generalíssimo, porém, aplicou o que lhe cabia cumprir — a Lei do Estado —, deixando claro que a Espanha se regia pelas suas leis fundamentais e não pela Lei Familiar de uma dinastia. Definiu com firmeza que ele não estava restabelecendo uma monarquia e, sim, instituindo uma monarquia, que, em consequência, não era uma família real que renascia, mas uma família real que nascia na pessoa de Juan Carlos de Bourbon.

Juan Carlos é, portanto, Rei da Espanha. Exercerá, porém, as suas funções "a suscepienda", conforme a Proclamação do Generalíssimo Franco, aprovada pelas Côrtes, ou seja, a partir do momento em que o Generalíssimo, voluntariamente ou por sua própria morte, deixe de ser o Chefe do Estado.

Essa monarquia e esse rei instalados deverão desempenhar-se, no futuro, dentro de um sistema monárquico-parlamentar, cabendo ao Rei a Chefia do Estado, devendo ele indicar às Côrtes o Chefe do Governo.

É possível, e até perfeitamente plausível, que essa situação se configure e se mantenha, mesmo porque a Espanha é historicamente um povo republicano que sempre amou ter um Rei, e a tal ponto que os tiveram de origem austriaca, francesa, além dos Reis espanhóis.

Não me cabe, porém, fazer profecias, nem a isso me atreveria, por mais que tivesse penetrado na história, nos sentimentos, na alma da Espanha. Ninguém pode dizer a quem pertence o futuro neste mundo conturbado.

Sr. Presidente, como me alonguei excessivamente, creio, se nenhum dos Srs. Senadores tiver qualquer indagação a fazer, creio poder pedir licença para encerrar a minha exposição, com os meus melhores agradecimen-

tos a V. Exa. e aos ilustres membros da Comissão de Relações Exteriores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Marinho) — Ao Senador Moura Andrade só me cabe agradecer

e felicitá-lo pela brilhante exposição, correspondendo à confiança que nele depositou o Senado da República e esta Comissão, ao indicá-lo pela unanimidade de seus pares.

Está encerrada a Sessão.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

ATA DA 7.ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 1970

As vinte e uma horas e quinze minutos do dia vinte de outubro de mil novecentos e setenta, na Sala de Reuniões das Comissões, sob a Presidência do Sr. Senador Victorino Freire, Presidente, presentes os Srs. Senadores Ney Braga, Mello Braga e Atílio Fontana, reúne-se a Comissão de Segurança Nacional do Senado Federal.

Ausentes, por motivo justificado, os Srs. Senadores José Guomard, Gilberto Marinho, José Cândido, Oscar Passos e Aurélio Vianna.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que é tida como aprovada.

O Sr. Presidente pede permissão aos nobres Pares, e ausenta-se por alguns momentos da Reunião para tratar de assunto de relevante interesse Parlamentar, passando a direção dos trabalhos ao Sr. Senador Mello Braga, nos termos do Regimento Interno.

O Sr. Presidente eventual dá a palavra ao Sr. Senador Ney Braga, que relata o item único da Pauta: "Projeto de Decreto Legislativo n.º 61, de 1970, que aprova o Acôrdio sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre os Governos do Brasil e do Equador, firmado em Quito, em 11 de junho de 1970".

O Sr. Relator tece considerações sobre o projeto, concluindo por oferecer parecer favorável.

Durante a discussão é anotado o retorno à Sala da Comissão do Sr. Senador Victorino Freire, que agradece a cooperação do Sr. Senador Mello Braga, a quem pede que continue exercendo a presidência dos trabalhos.

O Sr. Presidente eventual declara em votação o Parecer, que é aprovado e assinado pela Comissão.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião; para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

INELEGIBILIDADES

LEI COMPLEMENTAR Nº 5, DE 29 DE ABRIL DE 1970

"Estabelece, de acôrdo com a Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências."

INDICE — LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.581, DE 26 DE MAIO DE 1970

"Estabelece normas sobre a realização de eleições em 1970, e dá outras providências."

LEGISLAÇÃO CITADA

PREÇO: CR\$ 3,00

Trabalho elaborado, revisado e impresso pelo Serviço Gráfico do Senado Federal

Nota: A distribuição desta obra foi entregue à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Os pedidos devem ser endereçados à Fundação Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em S. Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C.P. 5534

MESA		LIDERANÇA DO GOVERNO
Presidente: João Cleofas (ARENA — PE)	4º-Secretário: Manoel Villalva (ARENA — RN)	Líder: Filinto Müller (ARENA — MT)
1º-Vice-Presidente: Wilson Gonçalves (ARENA — CE)	1º-Suplente: Sebastião Archer (ARENA — MA)	Vice-Líderes: Petrônio Portella (ARENA — PI) Eurico Rezende (ARENA — ES) Antônio Carlos (ARENA — SC) Guido Mondim (ARENA — RS) Dinarte Mariz (ARENA — RN)
2º-Vice-Presidente: Lino de Mattos (MDB — SP)	2º-Suplente: Sigefredo Pacheco (ARENA — PI)	DO MDB
1º-Secretário: Fernando Corrêa (ARENA — MT)	3º-Suplente: Domício Gondim (ARENA — PE)	Líder: Aurélio Vianna (GB)
2º-Secretário: Edmundo Levi (MDB — AM)	4º-Suplente: José Feliciano (ARENA — RJ)	Vice-Líderes: Adalberto Sena (AC) Bezerra Neto (MT)
3º-Secretário: Paulo Tôrres (ARENA — RJ)		

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES
Arnon de Mello
José Leite
Benedicto Valladares
Vasconcelos Torres
Teotônio Vilela

SUPLENTES
Mello Braga
José Guiomard
Adolpho Franco
Lobão da Silveira
Victorino Freire

MDB

Nogueira da Gama — José Ermírio
Josaphat Marinho — Aurélio Vianna

Secretário: Cláudio Carlos Rdrigues Costa — R. 360.
Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Flávio Brito
Vice-Presidente: Atílio Fontana

ARENA

TITULARES
Flávio Brito
Ney Braga
Atílio Fontana
Teotônio Vilela
Milton Trindade

SUPLENTES
Benedicto Valladares
José Guiomard
Júlio Leite
Menezes Pimentel
Clodomir Millet

MDB

José Ermírio — Aurélio Vianna
Argemiro de Figueiredo — Nogueira da Gama

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.
Reuniões: terças-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES
Arnon de Mello
Antônio Carlos
Mello Braga
Vasconcelos Torres
Mem de Sá

SUPLENTES
José Leite
Eurico Rezende
Benedicto Valladares
Carvalho Pinto
Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna — Pessoa de Queiroz
Adalberto Sena

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.
Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portella
Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULARES
Milton Campos
Antônio Carlos
Carvalho Pinto
Eurico Rezende
Guido Mondim
Petrônio Portella
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Clodomir Millet
Moura Andrade

SUPLENTES
Mem de Sá
Flávio Brito
Benedicto Valladares
Milton Trindade
Júlio Leite
Mello Braga
Adolpho Franco
Filinto Müller
Dinarte Mariz

MDB

Antônio Balbino — Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto — Nogueira da Gama
Josaphat Marinho — Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena B. Brandão — Ramal 305.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL
(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz
Vice-Presidente: Adalberto Sena

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
Dinarte Mariz	Benedicto Valladares
Eurico Rezende	Mello Braga
Petrônio Portella	Teotônio Vilela
Attilio Fontana	José Leite
Júlio Leite	Mem de Sá
Clodomir Millet	Filinto Müller
Guido Mondin	Milton Trindade
Antônio Fernandes	Waldemar Alcântara

MDB

Aurélio Vianna	Bezerra Neto
Adalberto Sena	Argemiro de Figueiredo
Oscar Passos	

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R. 307.
Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA
(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Mem de Sá
Vice-Presidente: José Ermírio

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
Mem de Sá	José Leite
Carlos Lindenberg	Filinto Müller
Júlio Leite	Petrônio Portella
Teotônio Vilela	Eurico Rezende
Ney Braga	Arnon de Mello
Cattete Pinheiro	Antônio Carlos
Attilio Fontana	Flávio Brito
Duarte Filho	Milton Trindade

MDB

Bezerra Neto	Nogueira da Gama
José Ermírio	Josaphat Marinho
Pessoa de Queiroz	

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 306.
Reuniões: terças-feiras, às 17 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Guido Mondin

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
Eurico Rezende	Benedicto Valladares
Ney Braga	Waldemar Alcântara
Guido Mondin	Antônio Carlos
Cattete Pinheiro	Teotônio Vilela
Duarte Filho	Raul Giuberti

MDB

Adalberto Sena	Ruy Carneiro
Antônio Balbino	

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 306.
Reuniões: quartas-feiras, às 9 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO
E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS
E POVOAMENTO**
(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Moura Andrade
Vice-Presidente: José Cândido

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
Moura Andrade	José Guimard
Antônio Carlos	Victorino Freire
Waldemar Alcântara	Filinto Müller
Milton Trindade	Lobão da Silveira
Flávio Brito	Raul Giuberti
José Cândido	Petrônio Portella
Eurico Rezende	Daniel Krieger
Guido Mondin	

MDB

Ruy Carneiro	Adalberto Sena
Antônio Balbino	José Ermírio
Argemiro de Figueiredo	

Secretária: Maria Helena B. Brandão — Ramal 305.
Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE FINANÇAS
(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro de Figueiredo
Vice-Presidente: Carvalho Pinto

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
Carvalho Pinto	Carlos Lindenberg
Cattete Pinheiro	Teotônio Vilela
Mem de Sá	José Guimard
José Leite	Daniel Krieger
Moura Andrade	Petrônio Portella
Clodomir Millet	Milton Trindade
Adolpho Franco	Antônio Carlos
Raul Giuberti	Benedicto Valladares
Júlio Leite	Mello Braga
Waldemar Alcântara	Flávio Brito
Vasconcelos Torres	Filinto Müller
Attilio Fontana	Duarte Filho
Dinarte Mariz	Eurico Rezende

MDB

Argemiro de Figueiredo	Oscar Passos
Bezerra Neto	Josaphat Marinho
Pessoa de Queiroz	Aurélio Vianna
José Ermírio	Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.
Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
Flávio Brito	José Cândido
Adolpho Franco	Mello Braga
Júlio Leite	Arnon de Mello
Mem de Sá	Clodomir Millet
Teotônio Vilela	Milton Trindade

MDB

Antônio Balbino	Ruy Carneiro
José Ermírio	Bezerra Neto

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R. 305.
Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Adolpho Franco
Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA

TITULARES

Adolpho Franco
Victorino Freire
Attilio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTES

Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Raul Giuberti
Duarte Filho

MDB

Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna

Josaphat Marinho

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.

Reuniões: quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: José Leite

ARENA

TITULARES

Antônio Carlos
José Leite
Celso Ramos
Carlos Lindenberg
Benedicto Valladares

SUPLENTES

Vasconcelos Torres
José Guiomard
Teotônio Vilela
Guido Mondin
Victorino Freire

MDB

Oscar Passos

Josaphat Marinho

José Ermirio

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DO POLIGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA

TITULARES

Clodomir Millet
Antônio Fernandes
Arnon de Mello
Duarte Filho
Menezes Pimentel

SUPLENTES

Teotônio Vilela
José Leite
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Carlos Lindenberg

MDB

Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 313.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Waldemar Alcântara

ARENA

TITULARES

Daniel Krieger
Raul Giuberti
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Waldemar Alcântara
Carvalho Pinto

SUPLENTES

Adolpho Franco
Petrônio Portella
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Filinto Müller
Guido Mondin
José Guiomard

MDB

Antônio Balbino

José Ermirio

Aurélio Vianna

Ruy Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R. 307.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares
Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULARES

Benedicto Valladares
Cattete Pinheiro
Antônio Carlos
Mem de Sá

SUPLENTES

Filinto Müller
José Leite
Clodomir Millet

MDB

Nogueira da Gama

Aurélio Vianna

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 311.

Reuniões: quartas-feiras, às 14 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gilberto Marinho
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA

TITULARES

Filinto Müller
Waldemar Alcântara
Antônio Carlos
Mem de Sá
Ney Braga
Milton Campos
Moura Andrade
Gilberto Marinho
Arnon de Mello
José Cândido
Mello Braga

SUPLENTES

José Guiomard
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Petrônio Portella
José Leite
Teotônio Vilela
Clodomir Millet

MDB

Pessoa de Queiroz

Aurélio Vianna

Oscar Passos

Bezerra Neto

Josaphat Marinho

Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco — Ramal 457.

Reuniões: quintas-feiras, às 14 horas e 30 minutos.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Raul Giuberti

ARENA

TITULARES

Cattete Pinheiro
Duarte Filho
Waldemar Alcântara
José Cândido
Raul Giuberti

SUPLENTES

Júlio Leite
Menezes Pimentel
José Leite
Flávio Brito
Vasconcelos Torres

MDB

Adalberto Sena

Bezerra Neto

Nogueira da Gama

Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.

Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Senhor Diretor-Geral.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Victorino Freire

Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA**TITULARES**

Victorino Freire
José Guimard
Giberto Marinho
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Filinto Müller
Atílio Fontana
Dinarte Mariz
Mello Braga
Celso Ramos

MDB

Argemiro de Figueiredo

Oscar Passos
Aurélio Vianna

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.
Reuniões: quintas-feiras, às 9 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carlos Lindenberg

Vice-Presidente: José Guimard

ARENA**TITULARES**

Victorino Freire
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Raul Gluberti
José Guimard

SUPLENTE

Celso Ramos
Petronio Portella
Eurico Rezende
Menezes Pimentel

MDB

Pessoa de Queiroz

Ruy Carneiro
Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.
Reuniões: quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Celso Ramos

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

ARENA**TITULARES**

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Vasconcelos Torres
José Guimard

SUPLENTE

Guido Mondin
Atílio Fontana
Eurico Rezende
Lobão da Silveira
Carlos Lindenberg

MDB

Ruy Carneiro

Pessoa de Queiroz
Bezerra Neto

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.
Reuniões: quartas-feiras, às 9 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Clodomir Millet

Vice-Presidente: Milton Trindade

ARENA**TITULARES**

Clodomir Millet
Milton Trindade
José Guimard
Flávio Brito
Lobão da Silveira

SUPLENTE

José Cândido
Filinto Müller
Duarte Filho
Dinarte Mariz
Cattete Pinheiro

MDB

Aurélio Vianna

Oscar Passos
Adalberto Sena

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira —
Ramal 313.
Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Ex-
teriores.

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF